



Convergência

JANEIRO / FEVEREIRO 2016
ANO LI • Nº 488

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil – CRB

ISSN 0010-8162





CRB

Convergência ISSN 0010-8162

DIRETORA: Irmã Maria Inês Ribeiro, mad
EDITOR: Irmão Lauro Daros, fms
REDATORA: Irmã Rosa Maria Martins Silva, mscs – MTb 0010693/DF

CONSELHO EDITORIAL: Frei Moacir Casagrande, ofmcap
Irmã Helena Teresinha Rech, sst
Irmã Vera Ivanise Bombonato, fsp
Jaldemir Vitório, sj
João Edênio Valle, svd

PROJETO GRÁFICO: Manuel Rebelato Miramontes
COORDENAÇÃO DE REVISÃO: Marina Mendonça
REVISÃO: Mônica Elaine G. S. Costa e Sandra Sinzato
IMPRESSÃO: Gráfica de Paulinas Editora
ILUSTRAÇÃO DA CAPA: Sergio Ceron

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

SDS, Bloco H, n. 26, sala 507 – Ed. Venâncio II
70393-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3226-5540 - Fax: (61) 3225-3409

E-mail: crb@crbnacional.org.br

www.crbnacional.org.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73

Sumário

Editorial

Ano da Misericórdia do Pai: O cuidado da casa comum	5
---	---

Mensagem do Papa

<i>Laudato Si'</i> : Sobre o cuidado da casa comum	8
Sobre o cuidado da casa comum	8

Rostos da misericórdia e da compaixão do Pai

Que significa misericórdia e compaixão no mundo dos migrantes?	12
--	----

Informes

Descrição da arte para a capa	17
XXIV Assembleia Geral Eletiva da CRB Nacional – 2016	19
Reflexões sobre a vida comunitária	21

Artigos

Casa comum, nossa responsabilidade ALFREDO J. GONÇALVES	25
A espiritualidade proposta pela encíclica “Louvado Sejas” FREI BETTO	41
Vida Consagrada e espiritualidade HELENA T. RECH	50
O Papa Francisco interpela a Vida Consagrada CARLOS PALÁCIO	62
Redescobrir-se com fé: um apelo à Vida Consagrada Apostólica VINÍCIUS AUGUSTO RIBEIRO TEIXEIRA	77

Critérios de discernimento da realidade sociopolítica na missão da Igreja e da VRC ROBSON SÁVIO REIS SOUZA	99
Peregrinas com os peregrinos: 300 anos da Congregação das Religiosas do SS. Sacramento – Sacramentinas ANA IDA CASO DE GODOY	115
Animação Vocacional: Desafios e perspectivas na alegria da Vida Consagrada MÁTICIO HENRIQUE FERREIRA DA COSTA	129

Ano da Misericórdia do Pai

O cuidado da casa comum

Criados à imagem e semelhança de Deus, sejamos, em 2016 e sempre, o rosto misericordioso do Pai, como foi Jesus, cuidando da nossa casa comum – o respeito e a promoção da vida humana, e das demais formas vitais, animal e vegetal –, além do cuidado com a água, o ar e o solo. Cuidar da vida é um jeito de ser sábio, é o melhor jeito de mostrar que somos homens e mulheres de Deus. A mensagem do Papa nos chama ao cuidado da casa comum – a Terra –, o único lugar onde podemos realizar o Reino de Deus.

Para destacar o Ano da Misericórdia, a CRB, por meio do Conselho Editorial, criou a seção “Rostos da misericórdia e da compaixão do Pai”. Abre a seção Pe. Alfredo com o texto “Que significa misericórdia e compaixão no mundo dos migrantes?”. O autor é Scalabriniano, bastante envolvido com os migrantes.

O informe “Descrição da arte para a capa” é inspirado na Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, *Misericordiae Vultus*. O autor, Sergio Ceron, faz uma descrição detalhada da arte e destaca que “a misericórdia não é apenas o agir do Pai, mas torna-se o critério para individuar quem são os seus verdadeiros filhos”.

Ir. Maria Inês apresenta o livro-subsídio para a XXIV AGE e para o Triênio 2016-2019. Preparemo-nos espiritual, emocional e intelectualmente para o grande evento da CRB Nacional, que acontecerá em Brasília, de 11 a 15 de julho de 2016.

Dom Bruno Giuliani faz algumas “Reflexões sobre a vida comunitária”. Lembra que “a essência da vida religiosa é a consagração a Deus na vida em comum”.

A seção Artigos inicia-se com o lema da CF 2016: “Casa comum, nossa responsabilidade”. A Campanha afina-se com a *Laudato Si'*, Carta do Papa Francisco “sobre o cuidado da casa comum”. O artigo foi escrito pelo Pe. Alfredo.

Frei Betto oferece “A espiritualidade proposta pela Encíclica *Louvado Sejas*”, do Papa Francisco. Para o autor, “a encíclica socioambiental do Papa Francisco é um documento que, além de sua profunda conotação ecológica, traz um enfoque novo para a espiritualidade cristã”.

Ir. Helena, no contexto do Ano da Vida Consagrada, escreve sobre “Vida Consagrada e espiritualidade”. Traz uma definição bela e sadia dos votos: “A pertença ao Deus de Jesus que chama, unge e consagra de forma gratuita e pessoal não se reduz à renúncia daquilo que a pessoa tem ou faz, mas é consagração de tudo o que ela é: sua capacidade de amar e ser amada (âmbito da castidade), a capacidade de usar e programar sua liberdade (âmbito da obediência), a capacidade e o desejo de possuir (âmbito da pobreza), seus sonhos, desejos e projetos”.

Também no contexto do Ano da Vida Consagrada, Pe. Carlos Palácio reflete sobre a carta apostólica “Testemunhas da alegria” e considera surpreendente o documento, pois “o Papa Francisco se dirige aos consagrados e consagradas de maneira direta e próxima, longe do formalismo dos textos oficiais”.

Um outro artigo no contexto do Ano da Vida Consagrada é do Pe. Vinícius Augusto: “Redescobrir-se com fé: um apelo à Vida Consagrada Apostólica” é continuação do texto “Um olhar sobre a Vida Consagrada Apostólica. Nas trilhas do Vaticano II e do Papa Francisco”, publicado na *Convergência* de novembro 2015. Nesta segunda parte, o autor fala do núcleo identitário da VC e da beleza dos votos, e afirma convicto: “a VC é um dom de Deus para a Igreja e para o mundo”.

Robson Sávio analisa o cenário sociopolítico brasileiro e fornece “Critérios de discernimento da realidade sociopolítica na missão da Igreja e da VRC”. Ele explica que “a pretensão deste artigo não é uma análise exaustiva do

cenário atual. Pretendemos, pelo menos, apresentar alguns elementos que podem nos auxiliar na árdua tarefa de compreensão do grave momento nacional”. O autor cita o Papa Francisco, que “sugere critérios para a ação do cristão na Igreja e no mundo”.

Trezentos anos de história. Irmã Ana Ida relata os “300 anos da Congregação das Religiosas do SS. Sacramento – Sacramentinas” (R.S.S.S). Para a autora, “Celebrar um jubileu é uma ocasião privilegiada para revisitar a própria história e também para partilhar as graças recebidas, o caminho percorrido, as descobertas e as esperanças”.

“Animação Vocacional: desafios e perspectivas na alegria da Vida Consagrada”, artigo escrito pelo Ir. Márcio Henrique, marista, apresenta a compreensão da trajetória de uma *Pastoral Vocacional* para uma *Animação Vocacional*. O autor esclarece duas palavras-chaves da Animação Vocacional: itinerário e processo. “O itinerário deve ser o sinal de que a ação vocacional exige uma profunda caminhada entre as etapas *despertar, discernir, cultivar e acompanhar*, marcando entre elas o início, o meio e o fim da caminhada vocacional. O processo, por sua vez, acontece nesse caminho, e se desenvolve a partir das relações que incluem conhecimento mútuo, diálogo, partilha de vida, acolhimento, celebração, exercício de memória orante, opção pessoal e compromisso missionário”.

Ir. Lauro Daros, marista

O Papa Francisco presenteou o planeta Terra com uma bela Carta Encíclica, denominada *Laudato Si'* – Sobre o cuidado da casa comum. Ele chama a Terra de “casa comum”. A Terra é nosso lar, onde somos natureza, onde convivemos com todas as pessoas, com todas as demais formas de vida, animal e vegetal, e com os minerais, com o ar, a água, o solo. Onde fazemos a nossa história, onde somos amados/as e amamos. Onde somos chamados/as a realizar, com alegria e leveza, o Reino de Deus.

Fica bem claro que os problemas sociais e os problemas ambientais estão bem associados, e ambos apresentam a mesma causa.

Nos dois primeiros números, nos diz o Papa:

1. “*LAUDATO SI, mi' Signore* – Louvado sejas, meu Senhor”, cantava São Francisco de Assis. Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: “Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras”¹.

2. Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que “geme e sofre as dores do parto” (Rm

1 Cântico dele creature: Fonti Francescane, 263.

8,22). Esqueçemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2,7).
O nosso corpo é constituído pelos elementos do Planeta; o seu ar
permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos.

No último número, 246, o Papa Francisco nos propõe
duas orações:

Oração pela nossa terra

Deus Onipotente,
que estais presente em todo o universo
e na mais pequenina das vossas criaturas,
Vós que envolveis com a vossa ternura
tudo o que existe,
derramai em nós a força do vosso amor
para cuidarmos da vida e da beleza.
Inundai-nos de paz,
para que vivamos como irmãos e irmãs
sem prejudicar ninguém.
Ó Deus dos pobres,
ajudai-nos a resgatar
os abandonados e esquecidos desta terra
que valem tanto aos vossos olhos.
Curai a nossa vida,
para que protejamos o mundo
e não o depredemos,
para que semeemos beleza
e não poluição nem destruição.
Tocai os corações
daqueles que buscam apenas benefícios
à custa dos pobres e da terra.
Ensinai-nos a descobrir o valor de cada coisa,
a contemplar com encanto,
a reconhecer que estamos profundamente unidos
com todas as criaturas
no nosso caminho para a vossa luz infinita.
Obrigado porque estais conosco todos os dias.
Sustentai-nos, por favor, na nossa luta
pela justiça, o amor e a paz.

Oração cristã com a criação

Nós vos louvamos, Pai,
com todas as vossas criaturas,
que saíram da vossa mão poderosa.
São vossas e estão repletas da vossa presença
e da vossa ternura.

Louvado sejais!

Filho de Deus, Jesus,
por vós foram criadas todas as coisas.
Fostes formado no seio materno de Maria,
fizestes-vos parte desta terra,
e contemplastes este mundo
com olhos humanos.

Hoje estais vivo em cada criatura
com a vossa glória de ressuscitado.

Louvado sejais!

Espírito Santo, que, com a vossa luz,
guiais este mundo para o amor do Pai
e acompanhais o gemido da criação,
Vós viveis também nos nossos corações
a fim de nos impelir para o bem.

Louvado sejais!

Senhor Deus, Uno e Trino,
comunidade estupenda de amor infinito,
ensinai-nos a contemplar-vos
na beleza do universo,
onde tudo nos fala de vós.

Despertai o nosso louvor e a nossa gratidão
por cada ser que criastes.

Dai-nos a graça de nos sentirmos
intimamente unidos
a tudo o que existe.

Deus de amor,
mostrai-nos o nosso lugar neste mundo
como instrumentos do vosso carinho
por todos os seres desta terra,
porque nem um deles sequer

é esquecido por vós.
Iluminai os donos do poder e do dinheiro
para que não caiam no pecado da indiferença,
amem o bem comum, promovam os fracos,
e cuidem deste mundo que habitamos.
Os pobres e a terra estão bradando:
Senhor, tomai-nos
sob o vosso poder e a vossa luz,
para proteger cada vida,
para preparar um futuro melhor,
para que venha o vosso Reino
de justiça, paz, amor e beleza.
Louvado sejais!
Amém.

Que significa misericórdia e compaixão no mundo dos migrantes?

Nestes últimos tempos, o tema da mobilidade humana emergiu com força e tomou conta dos noticiários cotidianos. De um lado, a mídia em geral, a opinião pública, autoridades, igrejas, entidades, movimentos, organizações não governamentais e mesmo o povo nas ruas – todos passam a falar dos direitos e da dignidade humana dos migrantes. De outro lado, grupos e partidos de direita não hesitam em manifestar intolerância, discriminação, xenofobismo e até o rechaço puro e simples diante do “outro, estrangeiro, diferente”.

Semelhante pauta tem a ver com o fluxo recente e crescente de refugiados, prófugos e migrantes que, de vários países da África, do Oriente Médio e da Ásia, tentam alcançar o velho continente europeu. Convém atualizar os números: desde o início de 2015, beira 500 mil o número de imigrantes que chegaram à Europa, pela via do mar Mediterrâneo ou pela via balcânica. Os que perderam a vida na travessia já ultrapassam 2.800 pessoas. Neste momento, ao redor de 200 mil imigrantes pressionam para cruzar as fronteiras da Turquia, Grécia, Macedônia, Sérvia, Hungria e Áustria. Somente a Alemanha recebeu neste ano cerca de um milhão de pedidos de asilo.

Diante de tal fenômeno migratório – que se repete com maior ou menor intensidade em outras regiões do Planeta, faz sentido a pergunta do título: *Que significa misericórdia e compaixão no mundo dos migrantes?* Tendo como ponto de partida a predileção de Jesus pelos doentes e marginalizados, pelos pequenos e indefesos, pelos pobres e excluídos – pelos últimos e sofredores, diria o Papa Francisco –, proponho um olhar retrospectivo, voltado ao Antigo Testamento, e um olhar prospectivo, em direção à Igreja primitiva.

A prática de Jesus

Diz literalmente o texto do evangelista Mateus: “Jesus percorria todas as cidades e aldeias, ensinando nas sinagogas e pregando o Evangelho do Reino, enquanto curava toda sorte de doenças e enfermidades. Ao ver a multidão, teve compaixão dela, porque estava cansada e abatida, como ovelhas sem pastor” (Mt 9,35-36). A caravana de Jesus se detém diante do sofrimento, jamais atropela quem sofre. E o olhar do Mestre busca preferencialmente aqueles que, por qualquer motivo, têm sua vida fragilizada e ameaçada.

Compaixão é uma palavra formada por dois vocábulos: com + paixão. Ou seja, estar *com* na *paixão* do outro, seja ele um indivíduo, um grupo social ou uma multidão de migrantes em êxodo. Paixão pode ser entendida como uma dor profunda em situações-limite da vida. Por exemplo, a fome, o desemprego, uma perda irreparável, uma separação dolorosa, uma doença em fase terminal, a dependência física... Ou necessidade imediata e imperiosa de buscar uma nova pátria, diante dos horrores da guerra e das privações da pobreza.

São momentos em que as forças se esgotam. O sofrimento atinge um limite. O desespero bate à porta. Impotência, medo e insegurança tomam conta da mente e da alma. Às centenas, milhares e milhões, pessoas e famílias lançam-se à estrada. Fuga e busca, dor e esperança se mesclam e se confundem. Do fundo do poço levanta-se, então, um grito, que é clamor e apelo ao mesmo tempo. Na cruz da paixão, toda a resistência encontra-se debilitada. Daí o pedido de socorro às sociedades mais opulentas, às autoridades, às Igrejas, a todos!... Nem é preciso acrescentar que na compaixão de Jesus, o povo sem raiz, errante pelas estradas do êxodo, tem um lugar privilegiado: “Eu era estrangeiro e me receberam em sua casa” (Mt 25,35).

Acolher o estrangeiro

Mas o conceito de misericórdia e compaixão para com o estrangeiro tem raízes no Antigo Testamento, especialmente nos livros da Lei, com destaque para o Deuteronômio e o

Levítico. Vejamos o que diz este último: “Quando um imigrante habitar com vocês no país, não o oprimam. O imigrante será para vocês um concidadão: você o amará como a si mesmo, porque vocês foram imigrantes na terra do Egito. Eu sou Javé, o Deus de vocês” (Lv 19,33-34).

A aliança de Deus com o Povo de Israel reside no binômio *lembrança* e *promessa*. Enquanto a primeira remete aos tempos da escravidão em um país estrangeiro e à libertação por parte da intervenção divina, a segunda aponta para um duplo horizonte: a terra prometida e uma descendência numerosa. O movimento profético retomará o mesmo tema em três dimensões entrelaçadas: um *lembra-te*, sobre a experiência do Egito, da qual deriva a necessidade de acolher o estrangeiro; uma *denúncia*, que abarca toda sorte de opressão e exploração, também no que se refere aos que chegam de fora; e um *anúncio*, voltado para “um novo céu e uma nova terra”, onde “nunca mais se ouvirá choro ou clamor” (Is 65,17-25).

No projeto de Deus, ninguém é escravo, ninguém é excluído pelo fato de ser estrangeiro. Todos somos irmãos, convidados à pátria definitiva, o Reino de Deus. A memória da opressão-libertação, a profecia, a oração dos salmos e a prática de Jesus não deixam dúvidas a esse respeito, recordando-o com uma insistência que, como fio condutor, perpassa toda a Palavra de Deus.

Um lar para quem não tem casa

Este é o título que a Edição Pastoral da Bíblia (Ed. Paulus) confere à Primeira Carta de Pedro. Isso significa que, no ambiente das primeiras comunidades cristãs, prevalecerá o mesmo princípio de compaixão e misericórdia com relação aos estrangeiros. A carta do apóstolo começa assim: “Pedro, apóstolo de Jesus, aos que vivem dispersos como estrangeiros no Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia” (1Pr 1,1). A estas localidades, poderíamos hoje acrescentar nações como a Turquia, a Grécia, a Macedônia, a Sérvia, a Hungria, a Áustria, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, os

Estados Unidos, o Brasil... e tantos outros países onde é expressivo o número de imigrantes.

Diz o comentário bíblico à mesma carta: “Esses cristãos tinham deixado suas raízes, os parentes e amigos e se encontravam em situação de isolamento em regiões que não lhes davam o aconchego que tinham na própria terra. Sofriam humilhações, injúrias, perseguições por serem estrangeiros e cristãos”. E acrescenta: “Pedro escreve, mostrando que a união entre eles, seja na família, seja na comunidade, há de ser tão fraterna e acolhedora, que formam juntos a ‘casa de Deus’”.

Neste caso – e em toda a prática da compaixão e da misericórdia – o ambiente familiar, comunitário e eclesial desempenham um papel preponderante. Disso resulta que a solidariedade e a acolhida passam, necessariamente, pela vida comunitária e fraterna. De fato, fluxos migratórios da magnitude do que está ocorrendo hoje na Europa exigem uma ação conjunta de governos e autoridades, instituições e organismos, entidades e movimentos de direitos humanos, Igrejas e todas as pessoas sensíveis e solidárias com o fenômeno maciço da mobilidade humana.

Conclusão

Mas não é só isso! Os próprios imigrantes, quando vistos não do ponto de vista de “um problema” ou “uma ameaça”, mas do ponto de vista de “uma oportunidade”, podem ser portadores de sementes evangelizadoras. Neste sentido, as migrações são “sinais dos tempos”, como não se cansam de lembrar declarações e documentos da Doutrina Social da Igreja. Oportunizam encontros e intercâmbio permanente entre as culturas e seus respectivos valores.

O ato de migrar, por si só, expressa vontade de mudar. E esta, de uma forma ou de outra, faz avançar o curso do tempo. Em outras palavras, os migrantes, quando se põem em marcha, também fazem marchar a própria história. São profetas e protagonistas de novos horizontes. Questionam,

na origem, uma sociedade incapaz de cuidar de seus cidadãos; exigem, no trânsito, uma atenção aos direitos e à dignidade da pessoa humana; e apontam, no destino, para uma revisão urgente e necessária das relações entre países e regiões: sejam tais relações de ordem social, econômica, política ou cultural.

Roma, 16 de setembro de 2015.

Pe. Alfredo J. Gonçalves, CS*

* **Pe. Alfredo J. Gonçalves** é sacerdote religioso da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos). Nasceu no ano de 1953, na Ilha da Madeira, Portugal, de onde migrou para São Paulo, Brasil, em 1969. Como sacerdote religioso, trabalhou junto aos migrantes de favelas, cortiços, periferias, fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina e zona rural. Ocupou sucessivamente os cargos de Diretor do Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM), Assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Superior Provincial da Província São Paulo. Hoje, em Roma, exerce a função de Vigário-Geral da Congregação. **Endereço do autor:** Via Ulisse Seni 200153 – Roma – Itália.

Descrição da arte para a capa

O que nos inspirou foi a Bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia, *Misericordiae Vultus*. Sobre-tudo os seguintes passos:

- Jesus Cristo é o rosto da misericórdia do Pai;
- Jesus de Nazaré revela a misericórdia de Deus;
- Misericórdia: é a palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade;
- “É próprio de Deus usar de misericórdia, e nisto se manifesta de modo especial a sua onipotência”;
- Com o olhar fixo em Jesus e no seu rosto misericordioso, podemos individuar o amor da Santíssima Trindade;
- Misericórdia é apresentada como a força que tudo vence, enche o coração de amor e consola com o perdão;
- Jesus declara que a misericórdia não é apenas o agir do Pai, mas torna-se o critério para individuar quem são os seus verdadeiros filhos.

Observações:

1. A composição se dá por uma diagonal, cujo movimento começa na mão – símbolo do agir do Pai –, passa pelo Rosto misericordioso do Filho e termina na Pomba do Espírito Santo e seus dons;
2. Então o núcleo é o mistério trinitário que se revela como misericórdia;
3. O Rosto do Ressuscitado é a força e a porta por onde passa a misericórdia do Pai, que juntos doam o Espírito, pelos sete dons (sete é um número totalizante, para dizer que a graça é abundante);

4. As cores também são ilustrativas: a mão do Pai e as três camadas do Céu – Trindade – são feitas apenas por traços para indicar o Céu de Deus, inteligível, aquele que não vemos, feito de uma luz tabórica inacessível; já no Rosto do Senhor se manifesta a cor, pois ele se encarnou, assumiu nossa condição; a auréola vermelha revela este movimento de misericórdia que passa pela cruz – desenhada em traço preto – e pela paixão e derramamento do sangue: é o amor do Esposo pela Igreja-Esposa mostrada em cores;
5. O amor doado à Igreja através do Espírito convida a Esposa a ser distribuidora da misericórdia divina a todos os homens e mulheres;
6. Nos sete raios temos a cor verde – o mundo, os homens e mulheres, transformados pelo Espírito do Senhor, a cor vermelha;
7. A força centrípeta é o olhar misericordioso do Filho que espalha a força centrífuga do Amor do Pai, pelo Espírito.

Sergio Ceron
Vitória – ES, 28 de agosto de 2015.

XXIV Assembleia Geral Eletiva da CRB Nacional – 2016

19

A AGE – 2016 acontecerá de 11 a 15 de julho, em Brasília, com o tema “Vida Religiosa em Processo de Transformação” e com o lema “Vejam que estou fazendo uma coisa nova” (Is 43,19). Tema e lema estão relacionados com o livro da CRB, de autoria da Equipe Interdisciplinar, denominado *Vida Religiosa Consagrada em processo de transformação*, publicado pelas Paulinas. O livro, além de ser subsídio para a AGE, será subsídio para o Triênio 2016-2019.

A apresentação do livro é feita pela Irmã Maria Inês. Vejam o texto na íntegra:

Queridas Religiosas, queridos Religiosos, Deus, em seu infinito amor, cuida de nós e, respeitando a nossa liberdade, nos possibilita a vida plena. E para despertar o nosso interesse, anuncia: “Vejam que estou fazendo uma coisa nova” (Is 43,19). E nos convida a acolher com carinho o seu Sonho – a vida plena –, porque ele é o Deus da vida e do amor.

O Papa Francisco, íntimo de Deus, compreendeu o Sonho e instituiu o Ano da Vida Consagrada. Na Carta Apostólica, o Papa nos apresenta os três objetivos do Ano: olhar com gratidão para o passado; viver com paixão o presente; abraçar com esperança o futuro. A nossa esperança é Deus, para quem “nada é impossível” (Lc 1,37). Centrada em Cristo e iluminada pelo Espírito, a VRC poderá escrever a grande história no futuro.

A Equipe Interdisciplinar de Assessoria da CRB, num gesto de doação e de esperança, imbuuiu-se do Sonho e, gentilmente, produziu e partilha conosco esta sublime obra: *Vida Religiosa Consagrada em processo de transformação*. Sozinhos apenas fazemos reformas, mas, com Deus, transformamos. O Sonho de Deus

é um projeto de transformação, não de reforma. E aqui está o livro para nos ajudar a encontrar o horizonte.

A CRB e a VRC sentem-se imensamente gratas à Equipe Interdisciplinar e outros autores convidados. Nestes tempos de individualismo e de utilitarismo, a gentileza dos autores é sinal de que a bondade e o desprendimento – sinais do Reino – são valores perenes e indestrutíveis. Mais que as palavras, são as obras que tornam possível o Sonho.

Religiosas e Religiosos, recebam com alegria esta obra – graça de Deus. O Ano da Vida Consagrada torna-se mais rico e nossas ações mais transformadoras. E tenhamos continuamente na missão as palavras do Papa: “Sempre onde estão os/as consagrados/as, sempre há alegria!”.

Irmã Maria Inês Ribeiro, MAD
Presidente Nacional da CRB

Reflexões sobre a vida comunitária

21

A essência da vida religiosa é a consagração a Deus na vida em comum

Os religiosos abraçam a vida comunitária como expressão concreta da fraternidade. Também o religioso que vive isolado, por motivo de estudo ou de trabalho, está ligado a uma comunidade.

Mas, na prática, como se concretiza a vida comunitária? Num hotel os hóspedes moram sob o mesmo teto, comem no mesmo refeitório, se saúdam, e até podem fazer amizade. Porém, formam verdadeiramente uma vida comunitária?

Qual é então a diferença entre um hotel e uma casa religiosa? Digo mais: muitas casas religiosas parecem mais hotéis, porque os membros moram juntos sob o mesmo teto, comem no mesmo refeitório, rezam até juntos, mas cada qual tem sua vida própria, suas tarefas, seu horário, seu projeto de vida.

O que falta a estes religiosos para ter uma verdadeira vida fraterna?

Temos aqui o grande problema, que deve ser resolvido para viver plenamente a vida comum.

Eis aqui algumas reflexões

Primeiro ponto. Para qual finalidade foi construída ou adquirida aquela casa? É casa de formação? É sede provincial? É casa para atividades pastorais? Na medida do possível a própria arquitetura da casa deve obedecer a uma das finalidades expostas. Na medida do possível todas devem adaptar-se à própria finalidade, para não dar uma impressão de *provisoriidade e precariedade*

Segundo ponto. Existe na casa a sala das reuniões? Está bem equipada e responde à sua finalidade? Nos mosteiros antigos a sala capitular era o coração da casa, o lugar onde a comunidade reunia-se *todos os dias* para planejar o trabalho, dividir as tarefas, corrigir as distorções, prestar conta do trabalho executado. A sala capitular era o motor propulsor das atividades, que podiam ser executadas em conjunto ou em particular, mas sempre concordadas em comum, sob a regência do superior.

Hoje em muitas casas religiosas a sala principal é a sala da televisão, onde os religiosos assistem passivamente a um programa político, esportivo ou teatral. A sala capitular, em muitas casas, é um pequeno ambiente, reservado para arquivo, que contém, e não sempre, os documentos mais importantes.

Nas empresas, nos escritórios, nas escolas, a sala de reunião é a sala nobre, bem equipada e bem ornada. É aí que se elaboram propostas, projetos, se discutem sugestões que darão vida e sucesso à instituição.

Terceiro ponto. Há um horário estabelecido, e possível, para todos os membros da comunidade? Infelizmente, com a desculpa de que a comunidade é composta de poucos membros, ou porque, contentando-se com trocar ideias durante as refeições, se omitem as reuniões oficiais, tomam-se decisões sem a participação de todos e sem uma suficiente reflexão.

Ao contrário, eu não temo em afirmar que a essência da vida religiosa está no planejamento e na avaliação em comum das atividades de cada membro. Do superior ao menor, todos devem participar dos projetos, programas e atividades da comunidade, em primeiro lugar porque todos agem em nome da própria comunidade, e em segundo lugar porque a maioria, se não todos, participam da realização das atividades propostas.

É escandaloso ouvir o superior dizer: “O superior sou eu, não se meta”; ou o pároco afirmar: “O pároco sou eu, não devo dar conta a você”. Os outros religiosos acabam sendo simples executores, sem saber o porquê e para que estão trabalhando.

Portanto, a projeção e a avaliação em comum dos trabalhos são essenciais para viver plenamente o espírito de vida em comum. Sem isso, a casa religiosa torna-se de verdade um hotel.

É importante, sobretudo, acompanhar comunitariamente projetos de longa duração, como são os projetos dos capítulos gerais e provinciais que, se não avaliados frequentemente, caem no esquecimento e no descuido. Isso provoca em muitos religiosos um sentimento de incapacidade ou de inutilidade. Desse modo, cada um ou se acomoda, ou trabalha por conta, fortalecendo aquela grave doença do nosso tempo, chamada individualismo.

Quarto ponto. A importância da arte do diálogo. Quantas vezes escutamos queixas sobre a dificuldade das reuniões: o superior vem sempre com o projeto pronto, e não adianta falar; ou se a gente não aprova, é considerado um opositor, ou não é possível dar palpites, porque nascem brigas, ou se responde com a voz alterada.

A conclusão é uma só: precisa-se aprender a arte do diálogo. Em outras palavras, aprender e aplicar a técnica do *ver, julgar, e agir*.

Para planejar em comum precisa-se, antes de mais nada, propor o assunto, a proposta, o projeto a ser discutido por todos. Não é admissível que quem apresente uma proposta tenha já no bolso a solução, sem que seja discutida.

É a fase do ver. Nesta primeira fase da reunião todos devem entender o que se deseja fazer. É tarefa do apresentador esclarecer o assunto, para que todos tenham a visão clara da proposta.

Passa-se assim ao segundo momento do diálogo: o julgar. Cada participante deve poder expressar sua opinião, e aceitar opiniões diferentes, sem impedir a palavra do outro, e sem interferir de maneira passional. A liberdade concedida a todos permite a possibilidade de se ter uma visão mais ampla e mais completa do assunto proposto, para enfim passar à terceira fase da reunião, que é o agir.

Nesta terceira fase deve-se decidir o que fazer, quem vai assumir o trabalho, como vai ser realizado, com quais

meios, em quanto tempo. Já os antigos romanos nos deram o método da ação comunitária com estas palavras lapidares: *Quis? Quid? Cur? Ubi? Quomodo? Quando?* (Quem? O quê? Por quê? Onde? Como? Quando?)

Faltando a reflexão sobre um desses componentes da ação comunitária, qualquer projeto fatalmente terá problemas na execução, criando recriminações, acusações, ofensas. E a comunidade acaba sofrendo na sua essência: tem fim o diálogo, a confiança, a colaboração, e entra o individualismo, a fofoca, a crítica e a divisão.

Finalmente, a comunidade, após a obra executada, deve reunir-se para a avaliação. Se todos aprenderam a arte do diálogo, poderão discutir serenamente sobre a obra realizada, com respeito e com sinceridade. Pode-se aprovar ou desaprovar, sempre salvando a boa vontade de quem realizou a obra aprovada anteriormente, e apontando, quando for o caso, sugestões, que poderão servir para o futuro.

Para tanto, deve-se ter uma preparação específica. Estudam-se tantas matérias, dedica-se tanto tempo a coisas menos importantes, e não sempre se tem a preocupação de oferecer os meios para haver uma bela e frutuosa vida comunitária, que resumo nestas palavras: *Planejar e avaliar em comum, executar cada qual o trabalho a ele confiado e viver a arte do diálogo.*

Dom Bruno Giuliani*

* **Dom Bruno**

Giuliani é abade da Congregação dos Cônegos Regulares Lateranenses (CRL), a mais antiga forma de vida comum do clero. Nascido em 1930, na Itália, foi ordenado padre no dia 27 de junho de 1954, em Roma. Exerceu, por muitos anos, a função de formador na Itália e no Brasil. Foi eleito Superior-geral, e abade, no ano 2000, cargo que ocupou até 2012. Hoje é prior da comunidade canonical de Osasco, SP. **Endereço do autor:**

Rua Santa Erotildes, 483 – Vila dos Remédios – Osasco – CEP: 06298.060 – Fone: (11) 3687-5851.

E-mail: donbruno-giuliani@gmail.com.

Casa comum, nossa responsabilidade

PE. ALFREDO J. GONÇALVES, CS*

A Campanha da Fraternidade de 2016 (CF/2016) retoma, de certa forma, os debates que orientaram e iluminaram a Campanha da Fraternidade de 1993 (CF/1993). Naquele ano, com efeito, a CF tinha como tema *Fraternidade e Moradia* e como lema a expressão “Onde Moras?” (Jo 1,38b). Era uma tentativa de alertar a sociedade, as autoridades e as organizações não governamentais para o déficit habitacional na década de 1990, mas também para a precariedade das moradias das populações mais pobres e excluídas. E, ainda, chamar a atenção para a multidão dos que simplesmente não tinham onde morar. Daí a pergunta evangélica do lema. Pergunta dupla, na verdade. Do ponto de vista dos que possuem casa e endereço fixo, “onde moras?” dirige-se àqueles que estão do lado de fora. Do ponto de vista de quem não tem casa, porém, a forma mais correta de fazer a pergunta talvez seja “onde morar?”. Ou seja, onde encontrar um lugar adequado para proteger a família e a cidadania!

O direito de morar com dignidade

Digo que a CF/2016 retoma a discussão passada porque, a exemplo daquela ocasião, a temática central da CF, uma vez mais, girará em torno do direito básico a uma habitação decente, como garantia indispensável para a defesa e manutenção da integridade física, moral e psíquica da pessoa humana e sua família. De fato, do ponto de vista antropológico, podemos dizer que a casa é a “roupa” da família. Todo grupo ou comunidade que se quer bem e se ama – e

* **Pe. Alfredo J. Gonçalves** é sacerdote religioso da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos). Nasceu no ano de 1953, na Ilha da Madeira, Portugal, de onde migrou para São Paulo, Brasil, em 1969. Como sacerdote religioso, trabalhou junto aos migrantes de favelas, cortiços, periferias, fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina e zona rural. Ocupou sucessivamente os cargos de Diretor do Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM), Assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Superior Provincial da Província São Paulo. Hoje, em Roma, exerce a função de Vigário-geral da Congregação. **Endereço do autor:** Via Ulisse Seni 2 00153 – Roma – Itália.

em particular o casal e a família – tem seus segredos e seus mistérios. Desenvolve uma intimidade única, irrepetível e inviolável. Para protegê-la dos olhares estranhos, faz-se necessário um abrigo, um lar, revestido de paredes, cortinas, janelas e teto.

A nudez requer a proteção do amor, do carinho da solicitude gratuita. E estes valores primordiais, por sua vez, pressupõem o abrigo aconchegante de uma casa. Só dessa forma a intimidade, tão laboriosamente adquirida, pode ser preservada com a devida relevância. Uma família sem casa é como um corpo sem roupa, exposto aos olhares e à curiosidade alheia, sujeito à devastação dos transeuntes desconhecidos. Nada é mais corrosivo aos segredos e mistérios do amor do que escancará-los em praça pública. Como manter a dignidade humana em tais condições? A casa é o refúgio onde o amor pode criar raízes e se fortalecer, o sacrário e a cidadela da pessoa e da família. Casa e calor humano são realidades intrinsecamente ligadas e indissociáveis. Com razão o sonho da casa própria representa, para todos e para cada um, uma das aspirações mais difundidas e sagradas.

Devo acrescentar, porém, que a CF deste ano não só retoma, mas *amplia* o conjunto de debates em torno da casa como espaço de moradia, uma vez que, diferentemente de 1993, a temática focalizará não apenas o direito à habitação em si mesma, mas estenderá sua reflexão ao conjunto socioeconômico e cultural do direito humano de morar com dignidade. Com o tema *Casa comum, nossa responsabilidade* e o lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”, extraído do profeta Amós (Am 5,24), a CF/2016 tem em mira, além do direito à casa, toda a infraestrutura habitacional, saneamento básico e as condições essenciais do sonho e esperança humana de encontrar um lugar para uma habitação segura e devidamente protegida. Juntamente com o trabalho, a saúde e a educação, sem dúvida, estão em jogo as aspirações mais profundamente entranhadas na condição humana, durante sua provisória travessia sobre a face da Terra.

Outra novidade da CF/2016 é que ela será ecumênica. Pela quarta vez na longa trajetória da Campanha da Fraternidade, esta será coordenada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), e não somente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com isso, amplia-se ainda mais o raio de reflexão e de ação em torno do tema escolhido. Todos os cristãos, durante o tempo privilegiado da Quaresma, são convidados a uma dupla conversão: pessoal, no sentido de reconciliação e reencontro com Deus; e social, em termos de solicitude evangélica e pastoral para com as multidões que moram em situações precárias e sub-humanas, ou nem sequer possuem uma casa e um endereço como indicador básico de cidadania digna.

Convém não esquecer que o tema proposto pela Campanha da Fraternidade leva em conta a estrutura mesma da casa, mas também os serviços prestados pela União, pelos Estados e pelos Municípios, tais como água potável e esgoto, ambos devidamente encanados; energia elétrica; limpeza e coleta de lixo etc. Mas não é só! Está em jogo, além disso, o nível de vida do bairro onde se localiza a moradia de cada família: ruas e avenidas, asfaltadas ou não; calçamento e ciclovias, transporte público regular e adequado, escola, saúde, creche, lugares para recreação e esporte, área verde etc. Numa palavra, está em jogo uma habitação sadia e saudável, tanto em termos intrafamiliares quanto em termos dos serviços a cargo do poder público. Amplia-se o conceito popular de moradia, o qual passa a incluir, além da casa em seu sentido estrito, a qualidade de vida que o poder público deve proporcionar no seu entorno.

A verdade é que nestes últimos vinte e três anos – de 1993 a 2016 – o déficit habitacional no Brasil (e em outros países da América Latina e Caribe, África e Ásia) não sofreu grandes alterações para melhor. Em alguns casos, pode até ter retrocedido. Apesar dos esforços do governo com algumas tentativas de política pública voltadas a diminuir essa dívida com a população mais carente (como, por exemplo, o programa *Minha casa, minha vida*), seguem escassas e precárias as condições de moradia de boa parte da população de baixa renda,

como podemos comprovar pelas análises do texto-base da Campanha. Essa, por falta de meios financeiros, é obrigada a refugiar-se nos morros que circundam as cidades, na beira de riachos quase sempre pútridos e sujeitos a inundações, nos cortiços ocultos em porões sórdidos e úmidos ou em favelas e periferias longínquas. Literalmente, os pobres “se escondem” nos terrenos abandonados e menos valiosos da zona urbana ou nos grotões esquecidos da zona rural.

Tomando em mãos a Carta Encíclica *Laudato Si'*, publicada pelo Papa Francisco em junho de 2015, a temática da CF/2016 em torno da casa ganha proporções universais, planetárias. Isso porque a *casa comum* inclui, por um lado, o *habitat* natural de uma família, de um grupo étnico ou de uma comunidade, e, por outro, a preservação do meio ambiente como um todo, e como *casa comum* de toda a humanidade. Hoje em dia, é impossível desvincular uma coisa da outra. O “cultivo e o cuidado” com a criação que Deus confiou à nossa responsabilidade – para usar as expressões do Pontífice – direcionam-se tanto à defesa do direito pessoal e familiar de moradia quanto à defesa dos ecossistemas que mantêm o equilíbrio da natureza e da biodiversidade, isto é, da vida em todas as suas formas. Vale lembrar que a aliança de Deus com o Povo de Israel, simbolizada pelo arco-íris, leva em conta não apenas o homem e a mulher, e sim “todos os seres vivos que se movem sobre a face da terra e todas as gerações futuras” (Gn 9,12-17). O Deus de Israel revela-se o Deus da vida: vida em todas as suas manifestações e vida para toda a eternidade.

Casa, família e economia

Economia é a arte de administrar de maneira justa e equilibrada os bens de que dispõe a casa. Casa, aqui, em seu sentido mais amplo, pode significar o ambiente familiar, uma comunidade, determinada sociedade ou o mundo no seu conjunto. Qualquer pai ou mãe de família sabe que esta não pode gastar mais do que ganha o conjunto de seus membros. De acordo com a lei e a lógica mais elementar,

dos cofres familiares não pode sair mais do que entrou. O descumprimento dessa lei terá como resultado final, e inevitável, a bancarrota.

Essa lei e essa lógica, entretanto, parecem ser ignoradas por boa parte de nossos governos, tecnocratas e políticos. Com frequência abusiva, suas despesas públicas ultrapassam a soma das arrecadações. Não que estas sejam poucas. Ao contrário! Entre taxas, impostos, multas etc., alcançam cifras fabulosas, medidas em milhões, bilhões e até trilhões, como resulta claro no painel do impostômetro instalado no coração da cidade de São Paulo. Uso indevido do erário público, má administração, desvios de verba para enriquecimento pessoal, superfaturamento, corrupção crônica – são algumas das causas do desequilíbrio entre entradas e saídas. A solução quase sempre tem sido recorrer aos credores, sejam estes nacionais ou internacionais. Daí a dependência que sofrem vários países, como devedores, em relação ao setor financeiro, aos bancos mais poderosos e, em última instância, ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O problema é que, se os devedores parecem ignorar a lei férrea da economia e do mercado globalizado, os credores, por seu lado, levam-na ao extremo oposto. Concedem empréstimos em condições abusivas e extremamente desiguais, com juros exorbitantes, aproveitando-se da vulnerabilidade dos governos e de suas economias nacionais debilitadas e enfermas. Em termos mais claros, especulam financeiramente com a pobreza, a miséria e a fome, como verdadeiros usurários. Com isso o país devedor cai numa ratoeira praticamente sem saída. A cada ano deve reservar um montante nada desprezível para pagar juros e serviços da dívida, tanto interna como externa – o chamado superávit primário. Raramente conseguirá liquidar por completo a dívida, mas os credores batem à porta como abutres para obrigar a cumprir com suas exigências mensais e anuais.

Presos na ratoeira, no círculo vicioso da dívida, mais juros e mais dívida, os governos tornam-se reféns dos empréstimos contraídos, bem como de um endividamento cada vez mais elevado. Qual a solução? Enfrentar o FMI e sua política

de austeridade parece estar fora do horizonte. Assim, a saída mais comum é repassar aos cidadãos essa condição de refêns permanentes. São eles, os cidadãos, que acabam pagando as consequências de tal endividamento interminável, através de impostos e taxas cada vez mais rigorosos e escorchantes. Além disso, os credores exigem contínuos e crescentes cortes nos gastos da administração pública, políticas de austeridade. É preciso apertar o cinto, reduzir despesas!

É nessa hora que a tesoura costuma funcionar de maneira seletiva em favor daqueles que habitam o andar superior da pirâmide social. Isto é, para salvar bancos e empresas, a tecnocracia diminui o orçamento de investimentos e serviços públicos que são essenciais para aqueles que moram no andar inferior. Austeridade somente para a base da pirâmide. Somente ali se aperta o cinto, que continua a alargar-se nas classes altas. Disso resulta que não poucos governantes, além de refêns, tornam-se cúmplices, quando não capatazes, dessa política econômica fortemente centrada no capital financeiro especulativo. Capital volátil e virtual: entra e sai do país sem qualquer compromisso com as condições sociais do mesmo, deixando atrás de si um rastro desolador de carências e de falências.

Dessa forma, encolhem-se as despesas com saúde, educação, transporte coletivo de qualidade, segurança, criação de postos de trabalho e, evidentemente, habitação popular e saneamento básico. O sonho da casa própria converte-se em pesadelo. Ou porque a casa permanece um horizonte inalcançável, ou porque ela se reduz a uma espécie de “maloca”, para usar a expressão do poeta. Quantos bairros e moradias pobres, efetivamente, encontram-se privadas de água potável, luz elétrica, rede de esgoto, coleta de lixo, escola, posto de saúde, hospitais, áreas de lazer, calçamento e asfalto! Sem falar dos dejetos humanos que correm a céu aberto, atraindo ratos, mosquitos e perigo de doenças.

Voltando ao preço da dívida e à contenção do orçamento público, a verdade é que os cortes recaem em geral sobre os benefícios de ordem social. Uma vez mais, como diz o ditado popular, “a corda rebenta do lado mais fraco”. Resulta

que os gastos com a dívida terminam pesando sobre os ombros das populações carentes. Quando a casa, a comunidade ou o país são mal administrados, os pobres e abandonados é que acabam pagando a conta. “Os mais débeis e indefesos, os pequenos e excluídos, os necessitados e últimos”, como diria o Papa Francisco.

Uma luz a partir da Palavra de Deus

No seu clássico comentário sobre a Primeira Carta de Pedro – *Um lar para quem não tem casa* –, J. H. Eliot joga com as palavras gregas *paroikoi*, *parepidemoi* e *oikos*, respectivamente peregrinos, forasteiros e casa. A carta de Pedro, segundo ele, insiste em que a hospitalidade, o amor fraterno e a união entre os cristãos, estrangeiros e perseguidos, converter-se-ão em *oikos* para os *paroikoi*, isto é, em casa para os que se encontram fora de casa e da pátria.

Ao contrário das comunidades que estão por trás das cartas paulinas e dos Atos dos Apóstolos, o contexto social das comunidades da carta de Pedro é muito mais tenso e hostil. Isso leva os cristãos a aplicarem à própria comunidade o conceito de *casa/família* enquanto referencial de segurança e apoio. Mais precisamente, conforme o comentário da Edição Pastoral da Bíblia, “Pedro escreve, mostrando que a união entre eles, seja na família, seja na comunidade, há de ser tão fraterna e acolhedora que formem juntos a ‘casa de Deus’”. Casa como fator de unidade e proteção.

Traços dessa identificação estreita entre casa/família, comunidade e solo pátrio encontram-se também na Carta aos Efésios. Diz o apóstolo Paulo: “Vocês, portanto, já não são estrangeiros nem hóspedes, mas concidadãos do povo de Deus e membros da família de Deus. Vocês pertencem ao edifício que tem como alicerce os apóstolos e profetas; e o próprio Jesus Cristo é a pedra principal dessa construção. Em Cristo, toda construção se ergue, bem ajustada, para formar um templo santo no Senhor. Em Cristo, vocês também são integrados nessa construção, para se tornarem morada de Deus, por meio do Espírito” (Ef 2,19-22).

Estudando as origens sociais do cristianismo primitivo, Ekkehard W. Stegemann e Wolfgang Stegemann chamam a atenção para a importância da instituição casa/família no nascimento e consolidação das comunidades cristãs. Seus comentários referem-se ao contexto social dos Atos dos Apóstolos e das cartas paulinas, mas, guardadas as diferenças, podem estender-se para o universo das cartas de Pedro. Os autores, efetivamente, descrevem as condições socioeconômicas do terreno histórico em que nascem as primeiras comunidades cristãs.

Afirmam eles que “a casa, a unidade socioeconômica fundamental das sociedades antigas, tem uma importância fundamental tanto no contexto social das comunidades cristãs primitivas como no vocabulário neotestamentário”. Segundo eles, “às metáforas da casa e da família correspondem também as exortações éticas do amor ao próximo e do amor fraterno. Estas se inspiram, a seu modo, em antigas normas de reciprocidade, em que o amor fraterno representa um comportamento solidário no seio da família nuclear ou da parentela, e o amor ao próximo a reciprocidade equilibrada entre vizinhos e amigos... Também a hospitalidade é uma forma de solidariedade no contexto da reciprocidade equilibrada”.

Ainda de acordo com os Stegemann, “os que acreditavam em Cristo, comprometidos com a missão, encontravam nas casas dos companheiros de fé hospitalidade e, em caso necessário, também apoio econômico. As relações sociais entre os mesmos inspiravam-se na antiga solidariedade de vizinhança e de família. Assim, podemos afirmar com tranquilidade que as comunidades cristãs, para a concepção que tinham de si mesmas e de suas relações sociais, inspiravam-se no modelo da casa antiga ou do núcleo familiar”.

Convém, a esta altura, retomar alguns salmos do Antigo Testamento e ver aí a simbologia e espiritualidade da noção de casa. Com frequência a poesia de tais orações alude à “casa ou tenda de Javé” como sinônimo de refúgio, abrigo, segurança, acolhida, rocha firme. Diante das intempéries da caminhada, “uma só coisa peço a Javé e só esta procuro:

é habitar na casa de Javé todos os dias de minha vida, para gozar a doçura de Javé e contemplar o seu templo”, diz o salmista (Sl 27).

Por que os israelitas sonhavam com a “casa de Javé”? Talvez porque, sendo um povo peregrino, sempre a caminho, acabassem desenvolvendo e nutrindo o sonho de estabilidade numa casa segura. Tal segurança é transferida para o sagrado e transparece na espiritualidade dos salmos. A realidade dura do caminho e da tenda leva a sonhar com o abrigo da casa. Afinal, como bem sabemos, os sonhos costumam expressar nossas carências mais profundas. Ocorre o mesmo com os poetas e cantores do samba: experimentando a realidade difícil dos barracos “pendurados no morro”, cantam com frequência o tema da moradia.

Seja como for, o que queremos sublinhar é o conceito de moradia enquanto solo firme, “casa construída sobre a rocha e não sobre a areia”, para recordar a parábola do Evangelho (Mt 7,24-27). Lugar sólido e seguro, onde podemos nos abrigar para recuperar as forças. Quem caminha, precisa de um ponto de chegada, ainda que este se transforme em novo ponto de partida. Casa ou tenda, o peregrino necessita descansar, se quiser continuar a caminhada. A casa representa a certeza do pão sobre a mesa, dos amigos ao redor dela e do calor humano. O fato de contar com ela torna a travessia mais ágil e alegre. Que seria do viajante sem tais espaços de encruzilhada e de encontro, como os poços ou oásis no deserto!

Ou seja, está em jogo a certeza de que, refeitas as energias e devidamente saciados, o caminho pode ser retomado. A casa permite ainda oferecer hospedagem aos forasteiros, os quais podem se revelar mensageiros do próprio Deus, como no episódio de Abraão e Sara junto ao carvalho de Mambré (Gn 18,1ss). A hospitalidade, de resto, constitui um dos valores mais destacados nas páginas bíblicas, tanto no Antigo como no Novo Testamento. Também se encontra presente na literatura de todos os tempos, como nas obras clássicas de Homero, Virgílio, Shakespeare, Miguel de Cervantes, Guimarães Rosa, e tantos outros. Casa aberta aos amigos

converte-se em tenda que convida e acolhe; casa fechada, torna-se castelo ou fortaleza, o que significa não raro o tumulto dos tiranos que os construíram.

A noção de casa/família contém, portanto, quatro dimensões indissociáveis: *lugar de segredos e intimidade*, onde as pessoas criam ou reforçam laços de família e se sentem em um lar de acolhida e proteção; *campo de resistência e mútuo apoio*, ante todo tipo de hostilidades e tensões por parte dos inimigos, como também ante a curiosidade dos estranhos; “ponto de abastecimento” para a recuperação das forças, com vistas a prosseguir a caminhada; *horizonte de utopia e esperança*, na mística daqueles que, ainda a caminho, buscam e lutam pela construção da Terra Prometida, do Reino de Deus ou de um outro mundo possível.

Necessidade de políticas públicas

Uma solução séria, sólida e de longo prazo para os problemas e carências de natureza socioeconômica pressupõe, necessariamente, o desenvolvimento de *políticas públicas* por parte dos governos, seja em nível municipal e estadual, seja em nível nacional. Se isso vale para os direitos sociais e básicos em geral, com maior razão se aplica à questão do déficit habitacional, o que significa concretamente a elaboração de uma *política pública* para enfrentar a falta crônica de habitações populares. Não se trata de oferecer respostas imediatas para desafios pontuais e localizados. Para dizê-lo de outra forma, não se trata de uma *política compensatória* que, longe de resolver essa chaga social, esconde o problema debaixo do tapete a cada vez que emerge à tona um grupo de famílias vítimas de uma inundação, de um despejo ou de um incêndio em qualquer favela. Tampouco se trata de uma resposta provisória e paliativa diante de uma ação mais enérgica do Movimento dos Sem-Teto, por exemplo.

Toda política pública exige um programa de conhecimento da realidade, prioridades, metas, estratégias, etapas e fonte segura de recursos. Semelhante programa, evidentemente, deverá privilegiar: a) um *estudo científico* aprofundado

sobre o número das famílias necessitadas e de suas condições precárias, bem como de uma eventual contribuição condizente com a renda familiar; b) uma *rigorosa fiscalização* por parte do poder público, no sentido de evitar qualquer possibilidade de apadrinhamento, desvio de verbas e de “fura-fila”; c) uma *extensão da casa* propriamente dita, em termos de infraestrutura adequada, saneamento básico e serviços públicos de qualidade que possam garantir o direito de moradia de forma digna e cidadã; d) um *efetivo protagonismo* das pessoas e famílias interessadas, desde a discussão, elaboração, desenvolvimento e avaliação constante do programa.

Este último ponto – o protagonismo dos interessados – tem importância relevante e decisiva, dado o descaso costumeiro das autoridades ante a população. Em geral os governos nacional, estadual ou municipal levam adiante suas políticas públicas sem uma consulta real e efetiva dos cidadãos envolvidos. Estes costumam ser convidados à mesa de debate ou ao cenário da história somente ao cerrar das cortinas. Dessa forma, comparecem não para contribuir concretamente com a modificação, correção ou melhoramento do projeto a ser implementado, mas para oferecer um consenso mudo a um programa previamente decidido. Daí a necessidade de Conselhos e Consultas populares, onde se abram novos canais, instrumentos e mecanismos de participação. O poder público não pode privar os moradores do direito de opinar sobre a forma, a qualidade e a construção de suas futuras casas.

Nada disso será levado adiante se o poder público não reservar uma porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) para as políticas sociais em geral e, em particular, para o setor da habitação, infraestrutura e saneamento básico. Tal porcentagem deve ser anual, estabelecida por lei e intocável, intransferível, independentemente de quem esteja no comando. Entretanto, isso não basta! Pouco adianta ter uma casa: piso, teto, paredes, portas e janelas etc. Esta deve estar cercada pelos benefícios do progresso e pelos planos de uma urbanização centralizada não tanto nos interesses da especulação imobiliária, e sim no bem-estar das pessoas. Vale o primado da dignidade humana sobre o capital e os lucros privados.

Entram em cena, então, os serviços indispensáveis à organização do bem comum, conforme os princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja. São eles especialmente: uma rede devidamente organizada de água potável e esgoto tratado e reciclado; um sistema viário de transportes coletivos que permita um deslocamento minimamente confortável em toda a zona urbana; ruas, avenidas e calçadas decentemente transitáveis, levando em conta os portadores de deficiência física e mental; acesso à educação e saúde gratuitas, inclusive para as famílias dos estrangeiros e seus filhos; um sistema de segurança capaz de vencer o pesadelo do medo que domina nossas cidades; parques, jardins e espaços de lazer, esporte e encontro – enfim, tudo o que compõe o conjunto de itens para uma cidadania justa, digna e plena. Salvas as diferenças, vale o mesmo para a zona rural, de forma particular no que diz respeito à escola, saúde, segurança...

Casa da família e casa da humanidade

O conceito de casa hoje vem ganhando um significado cada vez mais amplo. Além de um lugar onde habita uma família, tal noção pode ser ampliada para englobar uma comunidade, uma aldeia rural, uma cidade ou metrópole, uma nação ou até mesmo a humanidade no seu conjunto. Retornamos aqui à Carta Encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si'*. Ilustrativo a esse respeito é o subtítulo que lhe deu o pontífice, “sobre o cuidado da casa comum”.

O Santo Padre aponta com lucidez e veemência proféticas os responsáveis pela devastação do planeta Terra, como casa e mãe de todos os seres vivos, da biodiversidade. A desertificação de grandes áreas, o desmatamento abusivo e descontrolado, a poluição do ar e das águas, o aquecimento global – eis alguns dos problemas relacionados ao desrespeito ao meio ambiente. A economia globalizada, com seu crescimento progressivo e sua tecnologia de ponta, e devido a um ritmo vertiginoso de produção e consumo, compromete os recursos naturais e o equilíbrio dos diferentes

ecossistemas. Pessoas, famílias, empresas e governos indicam que as responsabilidades são, ao mesmo tempo, múltiplas e diferenciadas.

O fato é que os primeiros prejudicados pelos males causados a nossa “casa comum” acabam sendo as populações de baixa renda, vítimas mais ameaçadas pelas “mudanças climáticas”. Indefesas diante de catástrofes cada vez mais extremadas, tais como secas, desertos ou inundações, milhares e milhões de pessoas “se veem obrigadas a migrar com grande incerteza quanto ao futuro de suas vidas e de seus filhos” (LS, n. 25). Mais adiante, citando a Conferência Episcopal Boliviana, o pontífice continua: “Tanto a experiência comum da vida cotidiana como a pesquisa científica demonstram que os mais graves efeitos de todas as agressões ambientais pesam sobre as pessoas mais pobres” (LS, n. 48).

O texto insiste que a chamada “questão social” não pode ser desvinculada da “questão ambiental”, uma vez que “o impacto dos desajustes atuais se manifesta também na morte prematura de muitos pobres”. Carências de ordem social se entrelaçam e se agravam diante da predação progressiva do meio ambiente. “Gostaria de advertir que não costuma haver consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos” (LS, n. 48 e 49). Disso resulta a necessidade daquilo que o Papa Francisco chama de “ecologia integral”, no sentido de que ou salvamos o Planeta, com suas diversas formas de vida, ou perecemos junto com ele.

Por isso é que o documento do sucessor de Pedro vem sendo denominado “evangelho da ecologia” ou “carta verde”. Procura mostrar o vínculo estreito entre os direitos humanos, de um lado, e os direitos da Terra, de outro. Ambos se interligam para defender e preservar a biodiversidade. O tema nos remete às páginas bíblicas da criação onde “Deus viu que tudo era bom” (Gn 1,31). E remete à necessidade do “cultivo e do cuidado” da obra tão rica e tão fértil que o Criador deixou em nossas mãos. Não para explorar abusiva e indiscriminadamente, aqui e agora, com lucros crescentes e imediatos, de todos seus recursos naturais, todas as suas fontes de energia e toda a força de trabalho humana. Mas,

como vimos, para preservá-la em benefício da vida em suas variadas formas e das gerações futuras.

“Hoje, porém – diz o pontífice – não podemos deixar de reconhecer que um verdadeiro discurso ecológico se converte sempre em um discurso social, que deve integrar a justiça nas discussões sobre o ambiente, para escutar tanto o clamor da terra quanto o clamor dos pobres” (LS, n. 49). A expressão “casa comum”, além de lar familiar, calor humano e refúgio acolhedor, amplia a própria concepção, “alargando o espaço de sua tenda” (Is 54,2), para abrigar todos os povos e raças, todas as culturas e nações. Numa palavra, para garantir a fonte e a preservação da existência a todos os seres vivos e a toda a humanidade.

Conclusão

Com isso, a temática da CF/2016 inclui e interliga, ao mesmo tempo, a casa enquanto edifício concreto e familiar de moradia, a infraestrutura e o saneamento básico que lhe conferem maior valor e qualidade, bem como um meio ambiente saudável e sustentável para a convivência justa, fraterna e solidária sobre toda a terra.

Os esforços para conseguir uma habitação digna a todas as famílias se cruzam e se entrelaçam com o empenho pela proteção da ecologia integral, tendo em vista a família mais ampla de todos os filhos e filhas de Deus. Convém não esquecer que essa meta implica renúncia por parte de alguns, um nível de vida mais sóbrio e responsável, para que os bens possam ser compartilhados por todos. A chamada pobreza evangélica vale não só para os religiosos e religiosas, mas para o conjunto das comunidades humanas.

Evidentemente, semelhante objetivo exige concentrar nossas ações não tanto no crescimento econômico a qualquer preço, como prega a ideologia neoliberal da economia globalizada, mas sobretudo na partilha equitativa dos bens produzidos. Partilha que deve ser acompanhada pela extensão dos recursos naturais, como a água potável e o alimento, por exemplo, a todas as regiões, pessoas e seres vivos do Planeta.

Essa economia do crescimento pelo crescimento e do mercado total, em ritmo alucinado e vertiginoso, baseada no trinômio produção-consumo-descarte – “essa economia mata”, tem repetido com frequência o Papa Francisco. E aponta a necessidade de lançar as bases de uma nova economia, onde os pobres sejam incluídos, decidindo efetivamente o quê, para quem e como produzir!

Somente em tais condições e em novas perspectivas de produção e uso adequado dos bens, ganharão prioridade os direitos humanos básicos, com destaque para o direito de todo cidadão de morar com dignidade.

Bibliografia

- ELIOT, J. H. *Um lar para quem não tem casa: interpretação sociológica da primeira carta de Pedro*. São Paulo: Paulus, 1985.
- FRANCISCO, Papa. *Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015. (Coleção Voz do Papa, Doc. 201).
- STEGEMANN, E. W.; STEGEMANN, Wolfgang. *Historia social del cristianismo primitivo. Los inicios en el judaísmo y las comunidades cristianas en el mundo mediterráneo*. Navarra, España: Verbo Divino, 2001 (as citações do texto têm tradução livre).

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Que importância tem a habitação, em seu sentido mais amplo, para a conquista, preservação e garantia da dignidade da pessoa humana e da família?
2. Por que o sonho da casa própria, como um direito básico de todo cidadão, normalmente acaba sendo relegado a segundo plano pelo poder público?
3. O que tem a ver a casa enquanto moradia familiar com a “casa comum” do meio ambiente, de que fala o Papa Francisco na Carta Encíclica *Laudato Si’*?

A espiritualidade proposta pela encíclica “Louvado Sejas”

41

FREI BETTO★

A encíclica socioambiental do Papa Francisco é um documento que, além de sua profunda conotação ecológica, traz um enfoque novo para a espiritualidade cristã. A começar do subtítulo: “Sobre o cuidado da casa comum”. Há toda uma teologia sobre o cuidado. Leonardo Boff dedicou ao tema várias obras.¹

Cuidar de si mesmo, do próximo e da obra de Deus é a primeira exigência bíblica. A Criação foi entregue aos nossos cuidados. Os Evangelhos retratam Jesus como o homem que cuida dos enfermos, dos excluídos e dos pobres, e elogia quem também o faz, como o bom samaritano e o centurião romano empenhado em cuidar de seu servo enfermo.

A “casa comum” é o Universo do qual somos frutos e, em especial, a Terra, morada dos humanos e de inúmeras formas de vida. Nosso planeta tornou-se sacrário pela encarnação de Deus em Jesus de Nazaré.

Uma ecologia holística

A encíclica homenageia São Francisco de Assis, evocando sua *fraternura* para com toda a Criação, do mais simples inseto às esplendorosas estrelas. Ao dedicar o documento ao santo do qual tomou o nome, o Papa ressalta que ele vivia “numa maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo” (10).

A espiritualidade holística do jovem de Assis abarcava todos os seres, identificando neles, como imagem projetada

★ **Frei Betto**, frade dominicano, estudou jornalismo, antropologia, filosofia e teologia. É assessor de movimentos pastorais e sociais. Autor de 60 livros, escreve para vários veículos de comunicação e lançou, em agosto de 2015, a obra *Um Deus muito humano*: um novo olhar sobre Jesus (Fontanar).

1 Cf. *Saber cuidar. Ética do humano*: compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

no espelho, a face do Criador. O Papa ressalta que a Terra é a nossa mãe (Pachamama) e nossa irmã, pois tudo que há nela, inclusive nós, homens e mulheres, resulta de 13,7 bilhões de anos de evolução do Universo.²

“Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos” (2), diz o documento pontifício. A Terra está doente, contaminada pelo uso irresponsável de agrotóxicos; pela poluição do solo, do mar e do ar; pelo desmatamento criminoso; pela exploração predatória de seus recursos. Por si mesmo já não é capaz de se recuperar. Sua única salvação é a urgente intervenção humana.³

“Entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa Terra oprimida e devastada, que ‘geme e sofre as dores de parto’” (Rm 8,22), clama o Papa ecoando a expressão paulina (2).

Curioso Francisco encarar a Terra como um ser “oprimido e devastado”! A vida espiritual modifica o nosso modo de olhar as pessoas e a Criação. O capitalista ambicioso mira o Planeta como fonte de recursos capazes de multiplicar a sua riqueza. O Papa, nos passos de Francisco de Assis, o vê como merecedor de amor, veneração e cuidado. “Um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus” (8).

Teilhard de Chardin, citado como referência na encíclica (83), foi quem ressaltou, na linha da teologia paulina, a dimensão holística (pleroma) do Corpo de Cristo.⁴ Este é formado não apenas por quem segue os preceitos evangélicos, mas também pelo conjunto da Criação. O Papa enfatiza: “O nosso corpo é constituído pelos elementos do Planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos” (2). A dimensão holística consiste exatamente em “ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado” (5). Francisco repete a mesma ideia com outras palavras: “O divino e o humano se encontram no menor detalhe da túnica inconsútil da criação de Deus, mesmo no último grão de poeira do nosso planeta” (9).

2 Frei Betto. *A obra do artista: uma visão holística do Universo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

3 Cf. James Lovelock. *A vingança de Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

4 Frei Betto. *Sinfonia universal: a cosmovisão de Teilhard de Chardin*. Petrópolis: Vozes, 2011.

Uma espiritualidade socialmente abrangente

Viver é uma experiência eucarística. De comunhão permanente. Não podemos “considerar a natureza como algo separado de nós ou uma mera moldura de nossa vida” (139). O oxigênio que aspiramos e nos mantém vivos nos é fornecido pelas plantas e plânctons. A cada vez que expiramos alimentamos as plantas e os plânctons com gás carbônico. Ao sentar à mesa para comer, nos servimos de vegetais, cereais, animais (frango, peixe ou carne de boi) que morreram para nos dar vida.

“Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e consumo, nas estruturas consolidadas de poder que hoje regem as sociedades” (5). Isso porque “não podemos deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas” (43).

Eis a dimensão política da espiritualidade. Não se trata de cuidar apenas de nossa vida interior. O Evangelho nos exige mais: “cuidar e melhorar o mundo” (5). Isso requer mudanças, não apenas em nosso estilo de vida, muitas vezes baseado no consumo de produtos por cuja origem e qualidade não indagamos, mas também mudar “modelos de produção e consumo” consolidados em “estruturas de poder” (5).

Francisco nos alerta: não basta constatar as consequências das estruturas da sociedade em que vivemos, como a desigualdade social e a degradação ambiental. É preciso conhecer as causas. Pois “a deterioração do meio ambiente e da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do Planeta. (...) os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres” (48). Aqui a dimensão holística adquire um caráter social: “Tudo está inter-relacionado e o cuidado autêntico da nossa própria vida e das nossas relações com a natureza é inseparável da fraternidade, da justiça e da fidelidade aos outros” (70).

A encíclica é um documento socioambiental. Nela estão interligadas a preservação da natureza e a defesa dos direitos humanos: "Deveriam indignar-nos sobretudo as enormes desigualdades que existem entre nós, porque continuamos a tolerar que alguns se considerem mais dignos do que outros" (90). "Toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos" (93).

A natureza como fonte de revelação divina

Nenhuma encíclica é tão poética como a "Louvado Sejas". Expressões como esta soam como um salmo pós-moderno: "Todo o Universo material é uma linguagem de amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós. O solo, a água, as montanhas: tudo é carícia de Deus" (84).

Aprendemos no catecismo que as fontes da revelação divina são a Palavra de Deus (a Bíblia), o magistério eclesiástico e a tradição da Igreja. Agora o Papa Francisco acrescenta uma quarta: a natureza. "Ao lado da revelação propriamente dita, contida nas Sagradas Escrituras, há uma manifestação divina no despertar do sol e no cair da noite" (85).

E uma das mais expressivas manifestações dessa convicção é o cântico "Louvado sejas" de São Francisco de Assis, que dá nome à encíclica. Nele se refletem os salmos que glorificam a natureza como reflexo da face divina.⁵ Nesse sentido, vale afirmar que o Papa nos oferece um documento panenteísta, de quem vê em toda a Criação a presença de Deus. Ao contrário dos panteístas, que consideram que tudo é Deus.

Por uma espiritualidade ecológica

A encíclica culmina no capítulo "Educação e espiritualidade ecológicas", que nos exige "apontar para outro estilo de vida". Isso significa fazer uma verdadeira reflexão penitencial: a educação em nossos colégios católicos incute a preservação ambiental unida à defesa dos direitos dos mais pobres? É uma educação crítica ao consumismo? Uma educação que ensina a evitar o supérfluo? "Dado que o mercado

5 Cf. Salmos 19, 103, 104, 146 e 148, entre outros.

tende a criar um mecanismo consumista compulsivo para vender seus produtos, as pessoas acabam por ser arrastadas pelo turbilhão de compras e gastos supérfluos. O consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma tecnoeconômico” (203).

O Papa Francisco nos propõe uma nova postura diante da vida e do mundo, de despojamento e simplicidade – “quanto menos, tanto mais” (222). Nos propõe adotar pequenos cuidados, como economizar água, apagar a luz, orar antes e depois das refeições etc. “O exemplo de Santa Teresa de Lisieux convida-nos a pôr em prática o pequeno caminho do amor, a não perder a oportunidade de uma palavra gentil, de um sorriso, de qualquer pequeno gesto que semeie paz e amizade. Uma ecologia integral é feita também de simples gestos cotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo” (230).

Bases de uma espiritualidade ecológica

O que seria uma espiritualidade ecológica? Suas linhas centrais estão bem definidas na encíclica:

Uma espiritualidade integral: crítica ao ascetismo exacerbado, platônico (que contrapõe o espírito ao corpo), distante do Evangelho: “Temos de reconhecer que nós, cristãos, nem sempre recolhemos e fizemos frutificar as riquezas dadas por Deus à Igreja, nas quais a espiritualidade não está desligada do próprio corpo nem da natureza ou das realidades deste mundo, mas vive com elas e nelas, em comunhão com tudo o que nos rodeia” (216).

“A crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior” (217), sublinha o Papa. E prossegue: “Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial de uma existência virtuosa” (217), como foi o exemplo de São Francisco de Assis.⁶

Uma espiritualidade de reconciliação com a Criação: “Para reatualizar essa reconciliação, devemos examinar as nossas vidas e reconhecer de que modo ofendemos a criação de Deus

6 Vide Faustino Teixeira. *Laudato Si'*: uma espiritualidade ecológica. *Boletim Rede de Cristãos*, ano XXIII, n. 270, p. 2, jun. 2015. Id. IHU-Online, n. 462, ano XV.

com as nossas ações e com a nossa incapacidade de agir. Devemos fazer a experiência de uma conversão, de uma mudança de coração” (218).

Cada um de nós é responsável pela preservação ambiental. O que pode parecer um simples gesto irresponsável, como jogar um papel na rua, pode ter consequências sérias, entupindo bueiros e propiciando enchentes em épocas de chuva. Separar seletivamente o lixo, cultivar hortas orgânicas, reutilizar a água do banho ou captar água da chuva são maneiras de reverenciar a natureza e declarar amor ao próximo.

Uma espiritualidade crítica ao consumismo: “A espiritualidade cristã propõe uma forma alternativa de entender a qualidade de vida, encorajando um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo” (222).

A sociedade capitalista neoliberal na qual vivemos estimula, para alavancar o lucro, o consumo desenfreado. Os produtos, com durabilidade efêmera, são periodicamente reciclados; a moda induz à compra do supérfluo; a publicidade intensiva nos torna vulneráveis a adquirir o que não necessitamos realmente.

Libertar-se do consumismo é uma exigência dessa espiritualidade que os Franciscos (o santo e o Papa) nos propõem. E devemos incentivar as crianças e jovens a, periodicamente, esvaziarem suas gavetas e armários para dar o que lhes sobra a quem de fato necessita.

Uma espiritualidade capaz de cuidar da natureza e do bem comum: “A paz interior das pessoas tem muito a ver com o cuidado da ecologia e com o bem comum, porque, autenticamente vivida, reflete-se num equilibrado estilo de vida aliado com a capacidade de admiração que leva à profundidade de vida” (225).

Jesus viveu em uma sociedade conflitiva e ele mesmo esteve todo o tempo envolvido em conflitos: o infanticídio promovido pelo rei Herodes; a fuga para o Egito; o assassinato de seu primo João Batista; as discussões com fariseus e saduceus; sua prisão, tortura, julgamento e morte na cruz.

No entanto, desfrutava de paz interior. Paz que decorre na confiança em Deus, do serviço desinteressado ao próximo, da capacidade de manter os olhos bem abertos para contemplar “os lírios do campo”.

Uma espiritualidade contemplativa: “Uma ecologia integral exige que se dedique algum tempo para recuperar a harmonia serena com a Criação, refletir sobre o nosso estilo de vida e os nossos ideais, contemplar o Criador, que vive entre nós e naquilo que nos rodeia e cuja presença ‘não precisa ser criada, mas descoberta, desvendada’” (225).

Vivemos em uma sociedade acelerada. Ansiosas por se conectarem com redes de amigos, as pessoas ficam sempre atentas ao telefone, incapazes de se desligarem do afluxo de contatos e notícias. Isso corrói a vida interior, dificulta a oração e a concentração, esgarça a subjetividade.

É preciso saber ser dono do próprio tempo. Não confundir urgência com importância. Estabelecer prioridades, buscar o silêncio e a comunhão com a natureza, deixar que Deus “ore” em nós.

Uma espiritualidade de profundo senso comunitário: “É necessário voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos” (229).

Quantas vezes nos queixamos da comunidade na qual estamos inseridos – família, vida religiosa, paróquia, instituição – sem nos perguntarmos “o que devemos fazer para melhorar a convivência?”. Agimos confortável e egoisticamente pela omissão, e não pela atuação transformadora e integradora.

Toda comunidade é um corpo da qual, como acentua São Paulo (1Cor 12), cada um que ali se encontra é membro ativo e importante.

Uma espiritualidade cidadã e política: “O amor, repleto de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade, que

toca não só as relações entre os indivíduos, mas também as macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos. Por isso, a Igreja propôs ao mundo o ideal de uma 'civilização do amor'" (231).

Assim, o cristão não pode aceitar uma sociedade que põe a competitividade acima da solidariedade; a apropriação privada das riquezas acima dos direitos humanos; a degradação da natureza acima da preservação ambiental.

A espiritualidade não é um exercício intimista de confortável relação com Deus. A exemplo de Jesus, ela tem efeitos sociais, políticos e econômicos. Pois não se trata de abraçar uma salvação individual, indiferente a quem tem fome, sede, está nu ou enfermo (Mt 25). A proposta de Jesus é assumirmos o compromisso com o seu Reino – “venha a nós o vosso Reino”. E não o contrário. Portanto, empenhar-se para construir a “civilização do amor”, na qual toda forma de egoísmo, sobretudo estrutural, seja erradicada, como os fatores que favorecem a desigualdade social.

Uma espiritualidade eucarística: “A Criação encontra a sua maior elevação na Eucaristia. A graça, que tende a manifestar-se de modo sensível, atinge uma expressão maravilhosa quando o próprio Deus, feito homem, chega a ponto de fazer-se comer pela sua criatura. No apogeu do mistério da Encarnação, o Senhor quer chegar ao nosso íntimo através de um pedaço de matéria” (236).

“Fazei isto em minha memória”, o sacerdote repete, na missa, as palavras de Jesus. Fazer o quê? A consagração do pão e do vinho? Ora, Jesus nos pediu muito mais: fazer o que ele fez – a vontade de Deus no amor ao próximo e à natureza. Portanto, só deveria se sentir no direito de se aproximar da mesa eucarística quem faz o que fez Jesus – dar o seu corpo e o seu sangue para que outros tenham “vida e vida em abundância” (Jo 10,10).

Uma espiritualidade trinitária: “As Pessoas divinas são relações subsistentes; e o mundo, criado segundo o modelo divino, é uma trama de relações. As criaturas tendem para

Deus; e é próprio de cada ser vivo tender, por sua vez, para outra realidade, de modo que, no seio do Universo, podemos encontrar uma série inumerável de relações constantes que secretamente se entrelaçam” (240).

Creemos em um Deus comunitário – Pai, Filho e Espírito Santo. Toda vez que perdemos a dimensão trinitária da espiritualidade cristã, corremos o risco de cair no fundamentalismo. Quem prioriza o Pai tende a uma espiritualidade autoritária, conservadora. Quem realça apenas o Filho, tende à militância vazia de oração. Quem abraça preponderantemente o Espírito Santo pode se transformar em um carismático verticalista, cego às exigências de justiça da fé cristã.

Uma espiritualidade mariana: “Maria, a mãe que cuidou de Jesus, agora cuida com carinho e preocupação deste mundo ferido. Assim como chorou com o coração trespassado a morte de Jesus, também agora se compadece do sofrimento dos pobres crucificados e das criaturas deste mundo exterminadas pelo poder humano” (241).

A espiritualidade mariana deve estar sempre apoiada em dois pilares: no *Magnificat* (Lc 1,46-55), no qual Maria entoou seu compromisso com uma espiritualidade libertadora, que “derruba os poderosos de seus tronos e promove os humildes; enche de bens os famintos e despede os ricos de mãos vazias”, e no apoio incondicional que ela deu à missão arriscada de seu Filho Jesus.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. O que significa, hoje, viver uma espiritualidade holística?
2. É possível cuidar do meio ambiente sem cuidar dos direitos dos mais pobres?
3. Das características da “espiritualidade ecológica”, quais faltam à minha vida cristã?

IR. HELENA T. RECH, STS*

Introdução

Estamos vivenciando o Ano da Vida Consagrada. A palavra *consagração*, do ponto de vista teológico e no seu sentido mais profundo, significa: *deixar-se alcançar por Deus, deixar-se escolher e penetrar pela própria santidade de Deus*. A pessoa *consagrada* é alguém que foi admitida à intimidade pessoal com Deus Trindade, permitindo ser transformada por dentro e reservada para uma missão especial.

A vocação à Vida de Consagração, cuja iniciativa gratuita e amorosa é sempre de Deus, supõe uma resposta livre e também cheia de amor. A mulher e o homem Consagrados respondem ativamente, entregando-se sem reservas, deixando-se possuir por ele para o envio. Configurar-se com Cristo e ser penetrados/as pela ação santificadora de Deus Trindade, invadidos/as por seu amor gratuito, é o sentido mais profundo da vocação consagrada para o seguimento de Jesus, no seu discipulado.

A pertença ao Deus de Jesus que chama, unge e consagra de forma gratuita e pessoal não se reduz à renúncia daquilo que a pessoa tem ou faz, mas é consagração de tudo o que ela é: sua capacidade de amar e ser amada (âmbito da castidade), a capacidade de usar e programar sua liberdade (âmbito da obediência), a capacidade e o desejo de possuir (âmbito da pobreza), seus sonhos, desejos e projetos. Nesta e noutras formas de Vida Consagrada o que a constitui, isto é, sua fontalidade, é a Trindade. E a fonte de seu dinamismo profundo é a experiência de Deus¹ vivenciada no cotidiano da vida e missão, no discipulado de Jesus.

* **Ir. Helena T. Rech** é religiosa da Congregação das Servas da SS. Trindade (STS), teóloga, doutora em Espiritualidade, membro do Conselho Editorial da CRB, escritora de livros, artigos, CDs de relaxamento, assessora nacional de retiros, cursos e para VRC, bem como dos cursos de Formação da CRB Nacional.

¹ Cf. CLAR. *La vida según el Espíritu en las comunidades Religiosas de América Latina*. Maio, 1973, p. 4-8.

Uma experiência de amor e sedução

“*Tu me seduziste, Javé, e eu me deixei seduzir*” (Jr 20,7)

Seguir Jesus, na Vida Consagrada, é antes de tudo sentir-se uma pessoa amada e seduzida por Aquele que nos “con-voca” e coloca nossos pés nas pegadas de Jesus. Ele conquista nosso coração com um amor apaixonado: “Agora sou eu que vou seduzi-la, vou levá-la ao deserto e conquistar seu coração” (Os 2,16).

Essa experiência de amor e sedução de Deus nós a fazemos em Jesus. Só Jesus, o Filho Amado, pode nos fazer conhecer o Pai e seu amor (Lc 10,22; Mt 11,27). Ele é o mediador na revelação de Deus que é amor e ternura. Jesus nos faz conhecer e experienciar, no sopro da Divina Ruah, o amor do Pai. A autêntica experiência de Deus não é uma mera experiência de criaturidade, mas uma experiência de filiação que nos leva a conhecê-lo como Pai.² Esta foi a experiência típica e única de Jesus: saber-se Filho Amado. Tal experiência o levou a invocar a Deus como Abbá. É uma experiência que cria vínculo, intimidade e uma relação de amor.

Quem segue Jesus na Vida Consagrada foi seduzido/a; seu coração foi conquistado e alcançado por Deus para ser reservado e enviado: “E subiu ao monte, e chamou a si os que ele quis, e eles foram até ele. E constituiu doze, para que *ficassem* com ele e para *enviá-los* a pregar, e terem autoridade de expulsar demônios” (Mc 3,13-15).

“*Chamou a si para que ficassem com ele*”: este aspecto destaca um dos traços essenciais da experiência do seguimento na Vida Consagrada: a *proximidade*,³ a intimidade, a contemplação. Seguir Jesus consiste em caminhar para Pai e caminhar com Jesus na história, anunciando e testemunhando com a vida, o amor terno e *sedutor* de Deus Pai.

A experiência do seguimento na consagração religiosa sempre será inseparável da experiência do Deus de Jesus. Jesus não deixou uma *doutrina* sobre Deus. Mas os Evangelhos revelam a radical experiência de Deus que Jesus teve e a apresenta como uma realidade central em sua vida. Esta relação de Jesus com Deus Pai marcou profundamente o

2 FAUS, J. I. G. *Acesso a Jesus*, 45.

3 Cf. TEIXEIRA, F. L. C. *A espiritualidade do seguimento*. São Paulo: Paulinas, 1994. p. 23-24. O autor acentua no seguimento a dimensão de proximidade, “estar junto”, “ficar” com Jesus e afirma que: “a experiência de proximidade é a raiz primeira e fundamental da própria Fé”. A Fé em Jesus relaciona-se exatamente com a experiência de proximidade.

povo e os discípulos a tal ponto que um deles pede a Jesus para ver o Pai (cf. Jo 14,8). Vida Consagrada sem experiência de Deus é vazia. Seguir Jesus numa vida de consagração significa sermos pessoas enamoradas por Aquele que nos *seduziu*; sermos pessoas *apaixonadas* por Jesus e pelo Reino, de modo muito especial pelos pobres e excluídos, os preferidos de Jesus.

Quando o Papa Francisco nos convoca neste Ano da Vida Consagrada, é para revermos nossa vida toda, de forma integral. Deixar nossos caminhos rotineiros e sem novidade, nossas certezas incertas, nossas respostas vazias, desgastadas e renovar o nosso ardor espiritual e missionário, aquecer o coração no fogo do Amor Trinitário; tirar tantas sandálias rotas e envelhecidas que nos impedem de arriscar novos passos, de sair, de despojar-nos e deixar-nos novamente “seduzir” por ele. A espiritualidade integradora será a porta do novo caminho da Vida Consagrada e sempre de “mão dupla”. Entrada e saída. *Entrar* na interioridade, na intimidade e no silêncio contemplativo. A intimidade com o Pai é unção e convite a *sair* para colocar nossos pés nos passos de Jesus, com a simplicidade de aprendiz, e ir para onde ele nos levar ou enviar. Na leveza da Divina Ruah deixar-nos conduzir para onde o Pai nos quer; deixar que a Ruah Divina nos revele o rosto terno e amoroso de Deus no meio dos desafios e dores da humanidade, fazendo-nos mulheres e homens consagrados em meio às turbulências do mundo, cultivando um coração contemplativo e apaixonado por Aquele que nos seduziu e ungiu para a missão.

Reaprender a arte de buscar

O grande desafio da vida espiritual é o da inteireza. Sermos nós mesmas, nós mesmos. Buscadoras e buscadores de nós, com simplicidade, transparência e profundidade. Em nós buscar e reaprender a deixar-se “seduzir”, “alcançar”, “amar” e “conduzir” pela Trindade que nos habita. Reaprender o caminho da “Casa” é uma arte. Reaprender a buscar dentro de

nós a Trindade Amada e não no “céu” que imaginamos, mas no céu que está em nós, como nos ensina uma jovem Carmelita: “o céu é Deus e Deus está em minha alma” (Elizabete da Trindade). Esta jovem descobriu com sabedoria a arte de buscar e encontrar Deus tão perto, tão próximo, habitando na intimidade de seu coração, sua *casa interior*.

É de dentro de nós e não nos manuais e livros de espiritualidade que reaprenderemos a arte de buscar a oração diária, buscar a espiritualidade que alimenta nossa consagração, que sustenta a missão e recria as nossas relações, hoje, tão frágeis e superficiais em tantas comunidades religiosas.

Já afirmamos que a Vida Consagrada sem a Experiência de Deus é vazia. E sem espiritualidade, a Vida Consagrada é sem sentido e sofre de anemia profunda. Fica fraca, sem cor, sem sabor, sem sentido. A espiritualidade é o abraço, o fio de ouro que “costura” todas as dimensões de nossa vida; é o sentido mais profundo da existência, da fé, do amor, da entrega. É como o sabor do “vinho novo” que passou pelo processo de amadurecimento da uva moída, fermentada, decantada, filtrada... até chegar a ser um vinho saboroso. É o abraço que integra a experiência do nosso passado para podermos compreendê-lo e integrá-lo com o presente, e nos abre para a ousadia do futuro novo.

Na busca de vivenciar a espiritualidade cristã, o Mistério Santo de Deus Trindade – “visto, ouvido e tocado” (1Jo 1,3), na intimidade do coração – é ao mesmo tempo contemplado na trama do cotidiano com sua conflitividade, desafios, alegrias, surpresas e dores.

A espiritualidade, qual chama que “arde sem se consumir” (Ex 3,3), pervaga todos os espaços de nossa corporeidade, afetividade, consciência, missão, relações, e nos convida a “tirar as sandálias” (Ex 3,5), pois nossa vida é terra santa, cada irmã e irmão é terra santa, a natureza é terra santa, o pobre é terra santa de onde brota o grito de Deus: “Eu vi, eu vi a miséria do meu povo, ouvi seu clamor...” (Ex 3,7). A espiritualidade nos ajudará a manter acesa a chama do primeiro amor, alimentará nosso encanto por Jesus e seu projeto, e nos dará o ardor missionário e a

audácia profética. Precisamos ser conscientes do dom do Espírito Santo. Pois o esforço pessoal é importante, sim, para a busca, mas não é tudo.

A espiritualidade cristã é, antes de tudo, um dom do Espírito. Ele é o *mistagogo* do itinerário espiritual de cada pessoa. Ele cava dentro de nós a sede de Deus (Jo 4,7) e ao mesmo tempo sacia nossa sede, mergulhando-nos no manancial: Deus Uno e Trino.

A espiritualidade não se confunde ou se identifica com oração, meditação, contemplação, práticas de piedade, muito embora ela integre e se alimente dessas dimensões. Uma pessoa pode rezar muito e não ter uma espiritualidade que a ilumine, alimente e dê sentido ao seu caminho de Vida Consagrada.

Onde buscar e alimentar a espiritualidade?

Como mulher consagrada apaixonada por Jesus e seu Projeto, compartilho algumas experiências bonitas, às vezes sofridas, dos desafios e buscas de tantas pessoas Consagradas e de muitas Congregações que acompanho e assessoro nestes mais de trinta anos dedicados à Vida Consagrada no Brasil. Quero partilhar algumas convicções nascidas dessas assessorias, do ministério do acompanhamento espiritual; partilhas de buscas para manter acesa a “chama do Primeiro Amor”, a paixão pelos pobres, e não perder-se nos atrativos do caminho; para saber ler e discernir os “sinais” de Deus, conservar um coração enamorado, aprender a recomeçar sempre e ser discípula/o aprendiz.

A centralidade da Pessoa de Jesus

Somos um universo fortemente secularizado e, ao mesmo tempo, não há dúvidas de que há uma grande sensibilidade ao religioso, ao mítico e místico, que exige o sagrado e faz emergir “Deus” e um grande desejo dele sob diversas formas: uso de velas, incensos, cores, ervas, astrologia, búzios, cartas, cristais, energias e forças da natureza. Nessa busca o importante

é preencher o ego, as emoções, ter experiências intensas, momentâneas e prazerosas, sem nenhum compromisso.

A espiritualidade cristã é integradora e traz a marca do encontro com o Deus Vivo e a experiência de seguimento de Jesus no compromisso com seu Projeto.

Jesus de Nazaré é nosso modelo e único caminho de acesso à Trindade. Só o Filho amado pode nos fazer conhecer o Pai e nos revelar seus segredos (cf. Lc 10,22; Mt 11,27).

O seguimento é uma experiência existencial. Viver a Consagração de forma integrada e existencial é viver, na Fé, a adesão e submissão à Pessoa de Jesus e ao seu projeto. E isso só é possível na vivência de uma espiritualidade profunda e integradora, onde Jesus está no centro.

Para isso, é preciso conhecer, aderir e apaixonar-se por Jesus e seu Projeto. O Deus de Jesus é o Deus dos pequenos e dos simples, e não dos sábios, dos teólogos, dos entendidos. É o Deus que se revela como o Deus da graça e do perdão; o Deus da compaixão e da ternura, Pai que encontra mais alegria em perdoar e dar a vida do que cobrar o erro. É o Deus da vida cotidiana, “profana”, com suas misérias e alegrias; é o Deus daqueles que não conhecem a lei.

Viver a espiritualidade no cotidiano é viver a umbilical dependência de Deus. Sem esquecer a condição humana (= somos *húmus*), na gratuidade e no despojamento, comprometer-se com e como Jesus a viver de forma simples e pobre. Uma vida apaixonada por Jesus onde nada e ninguém pode roubar-nos a alegria e a capacidade de amar, a fidelidade da entrega, a gratuidade de dar sempre o melhor de nós, em especial nos desafios e sofrimentos do caminho junto aos pobres e pequenos do Reino. Aí alcançaremos maturidade e liberdade de pessoas consagradas no hoje da história.

Para alimentar a espiritualidade, viver a centralidade da Pessoa de Jesus e a “maturidade de Cristo” exige-se: esvaziamento, *kenosis*, renúncia, obediência amorosa, entrega, escuta atenta da Palavra e do coração. Isso não se aprende na

escola de teologia, mas na “Escola de Jesus”, seguindo seus passos e entrando no seu discipulado.

Nossa referência permanente é a pessoa, a mensagem e a missão de Jesus Cristo, como recorda o decreto *Perfectae Caritatis*: “Dado que a Vida Religiosa tem por norma última o seguimento de Cristo proposto no Evangelho, esta deve ser a regra suprema de todos os Institutos” (PC 2).⁴

Escuta atenta e contemplativa da Palavra

O que é a Palavra de Deus? É algo muito diferente do sentido que lhe damos na língua portuguesa, como um enunciado de um conceito, ideia, imagem.

No sentido bíblico, Palavra não é um vocábulo ou som. Na Bíblia a Palavra é uma “coisa” – “matéria”. Sem matéria não há Palavra. *Jesus, o Logos-Verbo*, isto é, a Palavra “que se fez carne e veio habitar em nosso meio” (Jo 1,1). Esta Palavra Encarnada revela-nos a certeza de que Deus se faz e se fará presente no meio do mundo como expressão do seu amor. A palavra de Jesus, por ser Palavra do Pai, virá sempre acompanhada de sinais, materializando-se, tornando-se sinal visível aos seus discípulos e à multidão que o ouve e o segue. Ele veio para reafirmar a aliança que Deus fez com Abraão e Sara, Moisés, Profetas, Mulheres e com a humanidade.

Portanto, o sinal acompanha a Palavra. Se alguém diz que ama alguém, essa palavra necessita ser acompanhada por uma coisa material, que sinaliza para aquele que escuta a verdade contida na palavra. Jesus, ao dizer que “amar é dar a vida” (Palavra), ao morrer e ressuscitar, materializa-se para dar o significado à Palavra.

Vivemos um tempo de inflação de palavras que não são acompanhadas de gestos concretos; muitas vezes, palavras ocas e vazias, sem nenhum significado material. São palavras enganadoras e sedutoramente pronunciadas, e não acompanhadas de sinais visíveis.

Se a Palavra não se fizer sinal de vida, deixa de ser Palavra. Se ela não for provocadora de justiça, solidariedade e

⁴ *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*, São Paulo: Paulus, 1997. p. 277-295.

partilha, deixa de ser Palavra. Só a justiça consolida a Palavra, pois a primeira missão de Jesus foi igualar a todos. Ninguém mais estaria excluído da justiça. O Pai ama a todos!

A pessoa consagrada vive sua missão no mundo, sendo profeta a serviço do amor, da justiça, da solidariedade. Assim, a Palavra tornar-se-á *coisa* e *matéria*. A palavra “consagrado” vem da fusão de duas palavras, que se intercomunicam e dão um sentido mais profundo a elas: “con”, sentido comunitário, ser e fazer com os outros e para os outros, jamais só, sempre com os demais (humanidade); e “sagrado” é o espaço do profeta, chamado para ocupar os espaços da humanidade, como “consagrado e profano” (excluídos).

A verdadeira *palavra* não é a que pronunciamos só com a boca, mas a que sai do profundo de nosso ser e se *encarna* na vida, nos gestos. Em clima de silêncio, à luz da Palavra, aprenderemos a reconhecer os *sinais* de Deus. A *palavra* gestada no silêncio contemplativo do coração é como água fresca da fonte que sacia a sede silenciosa e eficazmente. É como o pão no deserto que sacia o peregrino faminto ou como o colo acolhedor que aconchega o desanimado, ombro que apoia e fortalece quem está sem forças para caminhar.

Só o silêncio e a contemplação poderão gerar palavras vivas e de vida. Para isso é necessário *escutar* e *aproximar-se* da Palavra. *Silêncio*, *escuta*, *Palavra* são companheiras inseparáveis para quem busca cultivar uma Vida de Consagração profunda e amadurecida. A Palavra de Deus nos introduz e nos seduz nos caminhos de Deus.

Moisés é pastor de ovelhas de Jetro, seu sogro. Certo dia, leva o rebanho pelo deserto adentro e chega ao monte de Deus, o Horeb. Ali é atraído por algo surpreendente: uma sarça em chamas que não se consome. Pensa: “Vou aproximar-me para admirar esta visão maravilhosa...”. E Moisés se aproxima para olhar. Javé vê que Moisés se aproxima para olhar e do meio da sarça o chama: “Moisés, Moisés!” (Ex 3,3s.)

“Aproximar-se” significa: chegar perto, avizinhar-se, colocar-se dentro, mergulhar na realidade que está diante de si. Moisés deixa que a *presença* e a *Palavra* de Javé penetrem

seu coração, tomem conta de todo seu ser. Deixou de satisfazer-se com visões parciais, com sua rotina cotidiana, e voltou seu olhar, sua interioridade, para o essencial – a libertação do seu povo do Egito.

Não será este o apelo do Papa Francisco e o verdadeiro caminho da Vida Consagrada? Aproximar-se, penetrar, mergulhar em Deus, escutar sua Palavra e contemplar sua presença no cotidiano? Deixar uma espiritualidade vaga, onde somos espectadores, e buscar Aquele que nos chama desde a “sarça ardente” se revelar e tocar nosso interior? Coloquemo-nos dentro da sarça, chama do amor da Trindade que nos aquece no cotidiano e nos faz Palavra viva do seu amor. Obedecer e deixar-se enviar é deixar-se *queimar* pela Palavra e ser “Luz das nações” (Is 49,6). Na *proximidade* e intimidade com Deus e junto aos pequenos e amados do Reino (Palavra encarnada), aprenderemos a ser mulheres e homens místicos e proféticos no mundo, *luz e sarça* de Deus, que “ouve, vê e desce junto à opressão do povo sofrido” (cf. Ex 3,7-10).

Uma Vida Consagrada mística

A palavra “mística” provém do grego *mistikós* = conhecimento experiencial de Deus em seus mistérios. O essencial da mística é a amorosa e misteriosa comunhão do cristão com Deus.

O teólogo Karl Rahner é o autor da célebre frase: “o cristianismo do século XXI será místico ou desaparecerá”. Para ele a “mística” não se refere a experiências psicológicas ou fenômenos religiosos caracterizados por êxtases, devaneios, visões. Mas à experiência de Deus de forma pessoal e profunda. “A palavra ‘mística’ vem do adjetivo *mystikós*, sendo este derivado dos verbos *myo* (fechar olhos e boca para gerar um mistério internamente) e *myeo* (penetrar no mistério)”.⁵

Portanto, a mística cristã pode ser definida como uma experiência do Deus presente e infinito, provocada na alma por uma especial moção do Espírito Santo. É dom do

5 MOREIRA, Carlos. *Caminhos da mística cristã* (artigo internet).

Espírito, busca e descoberta do caminho interior. No tocante ao seu conteúdo, é experiência de Cristo. O que vale é seu conteúdo e não a forma.

A mística cristã orientar-se-á pelo seguimento de Jesus: experiência contemplativa, compromisso solidário para com os pobres e compromisso de transformação pessoal e social. A mística do seguimento é da interioridade e das mãos abertas, do silêncio contemplativo e dos olhos abertos para a realidade. É uma mística que procura a unidade em todas as diferenças, na medida em que um *fio divino* perpassa o universo, a consciência e a ação humana para formar uma unidade, uma *pericorese* com Deus Trindade, pois tudo sai e tudo volta para esta fonte de Amor “uno” e “trino”. Essa vida de amor é de tal profundidade e radicalidade que elas se unificam e formam uma comunhão.⁶

Parafraseando Karl Rahner, creio poder aplicar sua sabedoria profética a todas as mulheres e homens consagrados e dizer: *A Vida Consagrada do século XXI será mística ou desaparecerá.*

Assim como o anjo de Deus toca Elias no caminho, somos tocadas/os em meio ao corre-corre, ao cansaço, às incertezas e crises: Vida Consagrada, “levanta-se e come, pois o caminho é superior às suas forças” (1Rs 19,7). Existe em nós uma presença que não desiste de nós, pois somos pessoas “seduzidas”. Quando nos desviamos do caminho ou fugimos como Elias, nosso Amado nos “toca” interiormente e insiste: “levanta-te, volta teu olhar para o alto, em direção à luz, ergue-te, alimenta-te da Palavra, da mística dos santos e do pobre, do silêncio contemplativo, da espiritualidade do caminho, do pão do céu, da simplicidade e do único necessário. O espaço de luz e de paz está no teu interior”.

E neste ano dedicado à Vida Consagrada, o Papa Francisco nos convida a:

- *contemplar o passado com gratidão* – olhemos para nossos fundadores e fundadoras, místicos e proféticos, carismáticos e ousados, destemidos e confiantes; seduzidos por Deus, não temeram deixar tudo e se enveredar por caminhos novos, quando Deus lhes pediu para *encarnar* na vida e na história um carisma a

6 Cf. BOFF, L.; BETO, Fr. *Mística e espiritualidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

serviço da VIDA. Contemplemos o caminho do cristianismo, dos mártires, dos místicos e profetas do passado com gratidão.

- *abraçar o presente com paixão* – ser mulheres e homens “con-sagrados”, *enamorados, seduzidos, místicos, profetas...* inseridos no mundo atual como presença “materializada” de Jesus, da *pericorese* trinitária, da *com-paixão*, da justiça e da paz. É importante a vivência de uma mística pessoal, mas no presente a Vida Consagrada e toda a humanidade são convocadas, independentemente de credo ou cultura, a aprender, investir e cultivar a *Ecoespiritualidade* e a *Mística do Cuidado*. O grito Ecológico deve tocar o coração da Vida Consagrada. Não é mais possível sermos surdos/as e calar este grito. Na *Carta Encíclica Laudato Si’ sobre o Cuidado da Casa Comum*,⁷ o Papa Francisco traduz o “grito” da terra e, nele, as dores no grito de toda a humanidade. A *Mística do Cuidado* é urgente. Deve ser a nossa *paixão* neste presente histórico. Não haverá mais uma “Arca de Noé”. Salvamo-nos todos ou pereceremos todos, este é o grande desafio atual. Cuidemos de nossa “Casa Comum”, cuidemos da Vida para que seja “vida para todos”, como Jesus fez, e não só para uns poucos privilegiados.
- *Olhar para o futuro com esperança* – a esperança brota e cresce no coração de Fé, que é confiança e se entrega. Vivemos um tempo de luzes e sombras, esperanças e incertezas, medos e conflitos internos, comunitários, sociais, políticos, culturais, religiosos, econômicos... Jesus viveu esta realidade, em seu tempo. Nossos Fundadores/as, místicos, profetas também. Nem por isso desanimaram, desistiram, fugiram. O *horizonte* de Deus é um horizonte de esperança, e a esperança nos coloca em movimento, em saída, uma “Igreja em saída”.⁸ Olhar para o futuro com esperança é convite a encarnar e ser uma Vida Consagrada “em saída”. Saída de si, saída de seus muros, saída em direção de..., saída do velho e conhecido, para o novo e desafiador do Evangelho, da mística do discipulado, do “cuidado da Casa Comum”, e não só de nossos “prédios”. Voltemos nosso olhar para o *futuro de Deus e da humanidade*; voltemos nosso olhar para Jesus e para o que anunciou e encarnou; encarnemos a Palavra e a mística: da *tenda*, das *sandálias*, da *sarsa*, do *perfume* precioso derramado

7 *Laudati Si’*, n. 13

8 Expressão do Papa Francisco, *Evangelii Gaudium*.

em abundância, não apenas “gotas”; do grito de Jesus “vem para fora”, dos *cinco pães e dois peixinhos* que saciam a fome de todos, do *vinho* das bodas e do convite a subir o monte *Tabor* e descer para a planície onde o *povo faminto e sofrido* nos *espera com esperança*. Olhar para o futuro com esperança, com o *olhar* e o *coração* de mulheres e homens “con-sagrados”, “em saída” para a montanha de Deus e a planície da vida, com Deus presente no povo.

Um convite final

A reflexão deste tema que brotou do coração é simples e incompleta. Por isso convido você que leu este texto a continuar escrevendo o artigo a partir de sua experiência pessoal, do carisma e espiritualidade de sua Congregação, de sua experiência missionária; continue a escrever e rezar a partir do Ano da VC, dos escritos do Papa Francisco, dos Místicos de ontem e de hoje.

Ao invés de perguntas para a comunidade refletir, transcrevo algumas frases de místicos para você rezar:

“Ó noite que guiaste, ó noite mais amável que a alvorada. Ó noite que juntaste amado com amada, a amada no amado transformada.”

(Cântico de S. João da Cruz)

“Nada te turbe, nada te espante, tudo passa. Deus nunca muda. A paciência tudo alcança. Quem a Deus possui, nada lhe falta. Só Deus basta.”

(Santa Teresa D’Ávila)

“Andar em Jesus Cristo me parece que é sair de si mesmo... estou persuadida de que o segredo da paz e da felicidade está em esquecer-se de si mesmo, em esvaziar-se inteiramente de si...”

(Isabel da Trindade)

“O essencial é que eu viva a medida do amor que Deus me pede.”

(Ir. Maria Celeste Ferreira)⁹

9 Ir. Maria Celeste Ferreira é fundadora da Congregação das Servas da SSma. Trindade. *Diário Espiritual*. Louvain, 10/10/1938.

O Papa Francisco interpela a Vida Consagrada

CARLOS PALÁCIO, SJ*

A carta apostólica “Testemunhas da alegria” (21/11/2014) é um documento surpreendente. O Papa Francisco se dirige aos consagrados e consagradas de maneira direta e próxima, longe do formalismo dos textos oficiais. É o sucessor de Pedro, consciente da importância da Vida Religiosa Consagrada (VRC) para a vida e missão da Igreja; mas é também – e faz questão dessa pertença – um membro de uma Ordem religiosa: “vosso irmão, consagrado a Deus, como vocês”.

Maneira insólita de um Papa se expor, mas extremamente próxima e calorosa porque fala ao coração. A linguagem é direta, colada à vida e aos problemas concretos, corajosa e contundente. Por isso nos atinge com maior força. O tom existencial de uma linguagem que interpela se sobrepõe, neste documento, ao aspecto teórico e normativo. Honestamente não podemos ignorá-lo.

Pretexto e contexto

É difícil imaginar esta carta como um documento de ocasião. Mesmo relacionada com a convocação do *Ano da Vida Consagrada*, é inevitável situá-la no contexto mais amplo e programático do governo do Papa Francisco, da sua visão da VR e do que espera dela para a missão da Igreja.

Ocasião e motivo da carta

A ocasião da carta é a convocação do “Ano da Vida Consagrada” que o Papa desejaria ver transformado num “autêntico *kairós*, um tempo de Deus, cheio de graça e de

* **Carlos Palácio, SJ**, nasceu em Pedreña, diocese de Santander, na Espanha. Ingressou na Companhia de Jesus em 20 de setembro de 1958 e veio para o Brasil em 1959. É naturalizado brasileiro. Coursou em Roma estudos de Teologia de 1973 a 1975, doutorando-se em Crisologia. É autor de diversos livros.

transformação” para a VRC e para toda a Igreja. Há uma afinidade entre as ideias da carta e a temática da *Evangelii gaudium*: ambas têm um caráter programático.

O motivo imediato da carta e do Ano da VRC é a comemoração do 50º aniversário da constituição dogmática sobre a Igreja, *Lumen gentium* (LG), do Concílio Vaticano II, e do decreto *Perfectae caritatis* (PC), do mesmo Concílio, sobre a renovação da Vida Religiosa (VR). Dois documentos decisivos na evolução pós-conciliar da VR.

O primeiro, a LG, ajudou a definir com clareza o lugar da VR na comunidade eclesial: dom, “carisma”, que não pertence à estrutura hierárquica da Igreja, mas é fundamental para a sua santidade. Pelo segundo, a PC, a VR descobriu que o “retorno às fontes” – o que renova e atualiza a vida cristã e cada instituto – é a volta ao Evangelho como regra suprema.

A referência aos dois documentos simultaneamente diz algo da intenção do Papa Francisco em relação à vida e à missão da Igreja e da VR. Trata-se de inspirar na Igreja uma nova etapa evangelizadora, com um particular estilo de evangelizar que ele nos convida a assumir, seja qual for a atividade apostólica desenvolvida.

Etapa evangelizadora e estilo

O Papa Francisco se dirige aos consagrados com o desejo e a esperança de despertar neles uma autêntica resposta evangélica. Mas pensa também no “povo cristão” e convida a todos – fiéis leigos, comunidades cristãs e episcopado – “a acolherem a Vida Consagrada, de coração e com alegria, como um capital espiritual para o bem de todo o Corpo de Cristo” (III, 5). São palavras carregadas de calor e força, escritas por alguém que se apresenta como “testemunha dessa alegria” e pode falar de dentro da experiência vivida.

Ao desafiar os consagrados na VR, o Papa transmite a toda a Igreja a importância que tem para ela o retorno à fonte comum do Evangelho: “o valor da Igreja, fundamentalmente, é viver o Evangelho e dar testemunho da nossa fé” (II, 1).

Estas reflexões farão eco ao seu pensamento sobre a VR, mesmo que se limitem, em princípio, à carta. A insistência em alguns temas e acentos recorrentes, tanto na carta como na *Evangelii gaudium*, tem por finalidade iluminar um problema que afeta hoje a totalidade da VR: a reestruturação dos Institutos e a adequação da missão da VR à luz da sua atual realidade histórica.

Realismo e esperança

O tom da carta é positivo e esperançado, mas profundamente interpelador. Para o Papa Francisco não há dúvidas de que o Concílio Vaticano II foi um “sopro” do Espírito para a Igreja; e o processo de renovação da VR, mesmo com luzes e sombras, foi um tempo de graça. Nenhum indício de pessimismo ou desencanto na carta, sobre o sentido da VR em nossos dias.

Não porque o Papa desconheça as inúmeras contradições que atravessam a VR neste momento, mas porque sabe por experiência, tendo sido “testemunha dessa alegria”, que esse tipo de vida só se sustenta por graça.

Esperança e interpelação

A serena esperança que emana da carta repousa naquele para quem “nada é impossível” (Lc 1,37). Graça que nos põe em pé para recomeçar.

É uma convicção profundamente arraigada no Papa Francisco, que mira alto porque acredita na reserva de generosidade e de entrega que existe nos seus irmãos e irmãs consagrados. Há na VR potencialidades não exploradas. Por isso tem a ousadia e a liberdade de desafiá-la, de confrontá-la sempre com o *magis* do Evangelho.

Uma das coisas que chama a atenção na carta é a maestria no uso da linguagem. É uma linguagem realista e concreta que não esconde as fragilidades da VR, nem fecha os olhos à sua miséria real. Mas não é um realismo que sequestre a

esperança; a coragem da verdade não perde a ternura nem o respeito pelas pessoas.

O Papa sabe pôr o dedo na ferida sem provocar reações defensivas; por isso é capaz de abrir o caminho para conversões reais, não imaginárias. Reconhecer as fragilidades, olhar face a face as incoerências, dar nome aos desvios e assumir a responsabilidade de ter deixado cair no olvido elementos essenciais da VR, são palavras que abrem espaço para interpelações profundas.

Exemplos de interpelação

Eis dois exemplos que dão o que pensar. Ambos se encontram na explicitação da segunda expectativa para o Ano da VRC (despertar o mundo): “espero de vocês – diz o Papa – gestos concretos de acolhida aos refugiados, de proximidade aos pobres, de criatividade na catequese, no anúncio do Evangelho, na iniciação à vida de oração. Portanto, espero que as estruturas se tornem mais leves, que as grandes casas sejam reutilizadas em favor de obras mais de acordo com as necessidades atuais da evangelização e da caridade, que as obras sejam adaptadas às novas necessidades” (II, 4).

O segundo tem a ver também com a missão. Assim como ao longo da história a caridade e a criatividade da VR souberam fundar lugares de acolhida (mosteiros, comunidades, escolas, centros de espiritualidade, hospitais etc.) – diz o Papa – “espero, pois, que mantenham vivas as ‘utopias’, que saibam criar ‘outros lugares’ onde se viva a lógica evangélica do dom, da fraternidade, da acolhida da diversidade, do amor mútuo” (II, 2).

Os dois textos são um corajoso desafio à VR para que recupere a liberdade diante de opções do passado – necessárias, mas limitadas e contingentes – que foram dando rosto à sua configuração histórica. Nenhuma tradução concreta pode ter a pretensão de esgotar a riqueza de um carisma. A VR não pode ser identificada com nenhuma expressão do passado; ela tem que reinventar-se e recriar o carisma em cada momento da história.

Reações possíveis

Esse é o pressuposto subjacente às duas propostas do Papa, que podem soar à primeira vista excessivamente provocativas. E, por isso, provocar reações de autodefesa.

Uma reação possível seria limitar-se a dizer que são propostas que pecam por falta de “realismo”. E dessa forma desqualificá-las. No fundo, essa reação é uma forma sutil de fugir ao que o Papa chama “profecia” da VR. Ou então a confissão de que à VR falta a coragem de um Evangelho sem glosa. A carta levanta discretamente essa hipótese: “a pergunta que devemos nos fazer este ano é se e como nos deixamos interpelar pelo Evangelho; se este é realmente o vade-mécum para a vida cotidiana e para as opções que estamos chamados a tomar” (I, 2).

A carta é um convite a fazer essa travessia. E oferece o que poderíamos chamar a “mística” que deve sustentá-la, a chave de uma experiência profunda capaz de suportar essa “conversão histórica”.

Os *objetivos* deste Ano da VRC poderiam ser considerados como a base espiritual para ler e interpretar o momento presente. E as cinco *expectativas* poderiam ser lidas como critérios dessa projeção apostólica para o futuro. O conjunto poderia iluminar o espírito da “reestruturação” e ajudaria a compreender o que é uma “reestruturação com Espírito”. É a leitura que tentarei apresentar.

Fundamentação espiritual para viver o presente

Os três objetivos para o Ano da VRC são um convite para ler em profundidade a história passada da VR e contemplar o momento presente à luz da fidelidade maior de Deus, que nos lança ao futuro. Essa fidelidade maior é o verdadeiro eixo estruturante dos três momentos dessa história. Aprender a ler a realidade com o olhar de Deus é a base desta experiência espiritual.

Gratidão para com o passado

Olhar com gratidão o passado é reconhecer a irrupção de Deus nas origens de cada carisma: poder reconhecer-se no carisma, ver-se e encontrar-se nessas origens. O “carisma” não é dado a um fundador (ou fundadora) a título pessoal; inclui “os que virão depois”; e sua finalidade é enriquecer a Igreja. Essa “inclusão” é decisiva para definir a própria identidade e o sentido de pertença. É preciso apropriar-se do carisma para sentir-se responsável por ele.

Aqui se encontra a raiz (e a explicação!) da perplexidade e desorientação de muitas pessoas hoje na VR. No fundo é uma crise de *não identificação* ou de *desidentificação*. A pessoa não se sente mais responsável por manter viva essa chama, porque não aceita as limitações do Instituto como próprias, nem se identifica com suas opções. A vida da pessoa não “pertence” mais ao carisma. Situações dolorosas que se tornam um peso morto para todo o corpo. Manter viva a chama da inspiração original é tarefa de todos.

Ao entrar na VR optamos por uma família que nos precede e que tem uma história. O relato vivo do carisma são as vidas de homens e mulheres que, de geração em geração, transmitiram essa experiência; um carisma “encarnado”, portanto, que nunca existiu num estado quimicamente puro. Por isso, o relato porta as marcas da fragilidade e das limitações dos seres humanos aos que foi entregue. Manter viva a chama desse dom, desse “carisma”, no meio das vicissitudes da vida e da história: eis o milagre e o desafio à VR, ontem e hoje.

Questão de vida: o carisma só vive se faz viver, se sua vida for captada e percebida pelas pessoas, se suscitar perguntas a respeito do sentido e exercer atração. Nas palavras da carta: quando os outros nos veem como “testemunhas da alegria”. A supervivência de um carisma não é questão de proselitismo, dos meios utilizados, das obras realizadas. A cultura atual está cansada de discursos, mas sedenta de testemunhas. A palavra que “fala” com força e exerce atração é o testemunho da vida. Questão decisiva para a VR atual.

O fracasso de muitas tentativas de renovação, a desorientação e perplexidade de muitos religiosos, homens e mulheres, diante dos desafios da reestruturação, poderiam ter aqui a sua explicação. O pessimismo, o desânimo e o desencanto – visíveis de tantas formas hoje na VR – são manifestações evidentes de que a chama do carisma está se apagando e não faz mais viver.

Por isso, o exercício do “olhar o passado com gratidão” só pode ser feito a partir do presente, do interior das contradições atuais. É a única maneira de a VR tomar consciência da fragilidade a que está submetido todo carisma. Desde o início, ao serem depositados nas mãos de homens e mulheres limitados, os carismas estiveram expostos ao vento das circunstâncias sociais e culturais de cada época; e, como consequência, sofreram a hesitação da liberdade humana nas suas respostas, sempre hesitantes e ambíguas.

Viver com paixão o presente

Assumir essa história como própria (reconhecendo que ela se repete em nós) é a forma de reconciliar-se com esse passado e condição para poder viver o presente com paixão (I, 2). Nós somos esse passado! Pecadores, como nossos antepassados, mas pecadores agraciados, chamados a seguir o Senhor. Esse reconhecimento comporta uma dupla experiência: a de estarmos, como eles, envolvidos na ternura e no amor misericordioso do Pai, e a de sentir que, apesar de tudo, Deus acredita em nós. A chama viva do carisma continua acesa não por nossos méritos, mas graças à fidelidade maior de Deus.

Essa experiência – que faz parte da “mística” da travessia – nos permite levar a sério com toda radicalidade o apelo do Papa a “viver o presente com paixão” (I, 2). Não se trata de sentimentalismos, nem de fogo-fátuo espiritual. Viver apaixonadamente o atual momento histórico da VR é ter feito a experiência da ternura e do amor misericordioso de Deus, e, por isso, acreditar que ele nos chama a torná-lo possível. É a responsabilidade de atualizar o carisma, de dar-lhe vida e sentido.

Por essa responsabilidade nos tornamos, em certo sentido, contemporâneos dos fundadores. Trata-se, de fato, de refundar a VR (sem medo do termo), de ter a coragem de tomar as decisões “radicais” que são necessárias hoje, na certeza de estarmos plenamente identificados e em comunhão com os fundadores, mesmo quando somos obrigados a tomar opções diferentes. É a submissão ao Espírito que nos dá a garantia da continuidade.

A grande interpelação e ousadia do Papa é colocar a VR diante do Evangelho. Pois dessa forma a remete aos fundadores, para os quais o Evangelho era a norma decisiva. Esta referência, contudo, não pode ficar num desejo espiritual, fora de qualquer controle e verificação; tem que brotar da experiência (atitudes de vida) e responder a desafios concretos.

O Papa não hesita em dar nome a algumas dessas atitudes. Temos a mesma paixão por Cristo que os fundadores? É ele nosso primeiro e único amor? Sentimos, como nossos fundadores, a compaixão que tomava conta de Jesus ao ver a multidão abandonada (cf. I, 2)?

Futuro com esperança

As perguntas que a carta formula não são inocentes; elas visam respostas concretas: nossa atividade apostólica, nossos trabalhos e obras, nossas presenças são uma resposta atual ao que o Espírito pediu a nossos fundadores? São adequados às necessidades que nos vêm da Igreja e da sociedade? Não teríamos nada que mudar?

“Abraçar o futuro com esperança” é dar uma resposta adequada e evangélica às necessidades do presente, sem ignorar ou fechar os olhos ao atual empobrecimento da VR (envelhecimento e diminuição das vocações, insuportável peso institucional, gritante inadequação entre obras e recursos humanos). Mas essa resposta esperançosa só é possível para quem for capaz de contemplar nessa realidade a fidelidade maior da ternura e do perdão de Deus, reconciliando o passado e o presente, e abrindo-os com esperança para o futuro.

Futuro de Deus, que não repousa sobre as nossas forças ou na capacidade de calcular e interpretar números, de fazer uma rigorosa administração das obras ou da previsão de resultados satisfatórios. Não são os números os que garantem o futuro, mas a conversão ao Evangelho, ao qual queremos voltar e servir.

Imbuídos da “mística da travessia” como base espiritual, os religiosos poderiam encontrar nas “expectativas para o Ano da VRC” critérios para ir dando rosto concreto à VR de amanhã, pondo em marcha uma reconversão realista e concreta da vida e da missão.

Critérios de vida e missão

Alegria de viver o Evangelho

A primeira expectativa é fazer da VR “testemunha da alegria”, que “onde há religiosos haja alegria” (II, 1). Essa tinha sido a tônica da primeira Exortação apostólica do Papa Francisco, a *Evangelii gaudium*: “a alegria do Evangelho enche o coração e a vida daqueles que se encontram com Jesus. (...) Com ele renasce sem cessar a alegria” (n. 1).

É impossível ser “testemunhas da alegria” sem experimentar a beleza de viver o Evangelho e de seguir a Jesus Cristo. A alegria em questão só pode brotar de dentro, como força de atração, como testemunho convincente, como força da vida que fala (cf. II, 1). É o entusiasmo do primeiro amor.

Esse testemunho, diz a *Evangelii gaudium*, tem consequências para a missão apostólica: “cada vez que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho surgem novos caminhos, métodos criativos, outras maneiras de expressar-se, sinais mais eloquentes, palavras carregadas de renovado significado” (ibid., n. 11).

Temos que reconhecer com toda honestidade que não é essa a tônica dominante no momento atual da VR. Muitos dos nossos irmãos e irmãs perderam a esperança, mergulharam na depressão ou na tristeza existencial, são pessoas

desencantadas com a opção de vida que fizeram. Que força de atração podem ter essas vidas?

Os religiosos são homens e mulheres que passam pelos mesmos sofrimentos e provações que qualquer ser humano. Não se trata de construir para eles uma realidade imaginária. Mas se foram marcados pelo chamado de Jesus e fascinados com o seu estilo de vida, essas marcas têm que ser visíveis na vida.

É na vida que a “diferença” introduzida pelo seguimento se faz (ou não) visível; ela é (ou não) a prova de que “nossa entrega total a serviço da Igreja, das famílias, dos jovens, dos anciãos, dos pobres, nos realiza como pessoas e dá plenitude à nossa vida” (I,1). A opção por Jesus Cristo é ou não capaz de preencher nossos corações, sem necessidade de buscar alhures outra felicidade?

A alegria em questão é manifestação da paixão por Jesus e pelo Evangelho. E, ao mesmo tempo, a maneira de verificá-la, de torná-la verdadeira. É isso que pode “despertar o mundo”.

Modo convincente de viver

Essa é a segunda expectativa: “despertar o mundo”. A expressão é surpreendente, está relacionada com o que o Papa denomina profecia – como traço característico da Vida Consagrada – e tem uma conotação apostólica e missionária.

A expectativa de “despertar o mundo” está relacionada com a capacidade de a VR observar o curso da história e saber interpretar os acontecimentos. Requer, por um lado, atenção e vigilância; por outro, grande tato para discernir; e, por fim, coragem para denunciar o mal quando necessário.

Num mundo aparentemente “sem Deus”, o anúncio do Deus cristão – “Deus com mundo”, encarnado, que não se entende sem o mundo – só será ouvido pelo “diálogo da vida” daqueles e daquelas que se encarnam e servem o mundo com o espírito de Jesus. A hermenêutica capaz de “despertar o mundo” é a irradiação dessas vidas e a força de atração de um estilo e modo de viver convincentes.

Desse modo de ser faz parte – e essa é a dimensão apostólica dessa segunda expectativa – ir ao encontro dos homens e mulheres nossos contemporâneos, como Jesus no Evangelho: fazendo-se “próximo”, aproximando-se, acolhendo com ternura as pessoas, abrindo-se às suas alegrias e dores, assumindo seus cansaços e fragilidades. Não é questão de “fazer”; trata-se de *fazer-se* próximo: ser frágeis e fracos com os frágeis, fazer-se tudo a todos, como Paulo (1Cor 9,22).

Foi esse modo de ser e de viver – próximo, acolhedor, solidário sensível às necessidades concretas – que presidiu sempre as iniciativas apostólicas suscitadas pela criatividade carismática dos nossos fundadores. Traduzidas em atos, essas atitudes humanizaram a cultura e a sociedade daquela época.

Qual deveria ser hoje o estilo de vida dos religiosos – homens e mulheres – para humanizar a sociedade técnico-científica da pós-modernidade? Como fazer compreender aos nossos contemporâneos que é possível outra maneira de pensar, de agir e de viver neste mundo? E que essa maneira não só é possível, mas urgente e necessária. Como “acordar o mundo” para “outros lugares” nos quais possa recomeçar a utopia? Mostrando-lhe que é possível a “comunhão” das e nas diversidades. É o terceiro desafio lançado à VR.

Sendo comunhão

Ser “expertos em comunhão”: nas respectivas comunidades; entre os membros de diferentes Institutos; entre todas as vocações da Igreja. Em que consiste essa expertise?

Não é certamente uma realidade adquirida e tranquila na VR. O Papa sabe como é difícil construir figuras concretas de “vida de comunidade” na VR. A “comunhão” é antes um dom de Deus, que se torna vocação e tarefa de todos. Possibilidade real, mas que deve ser construída. É necessário acreditar e apostar nela.

O fundamento dessa comunhão é Jesus. Ao chamar alguns para “estar com ele” (relação pessoal), Jesus os põe uns com outros (relação de comunhão entre eles), para enviá-los

juntos em missão (ser para os outros). Viver com Jesus, estar com ele, cria relações novas em todos os âmbitos. Mas é no Cristo morto e ressuscitado que as relações humanas (nível natural) sofreram uma mutação radical e foram recriadas pela comunhão com o Ressuscitado.

O denso texto da carta aos Efésios (2,11-22) é paradigmático. Todos os âmbitos – étnicos, sociais, políticos, religiosos, de gênero –, que muitas vezes os humanos transformamos em barreiras de divisão, foram postos a nu e desmascarados na morte de Cristo. “Na sua carne – diz de maneira contundente a carta – foi destruído o muro de separação: o ódio” (Ef 2,14ss). E foi refeita a unidade das divisões pelas diferenças.

A partir dessa diversidade, Cristo criou em si uma nova humanidade (v. 15ss). Mas ela tem que ser construída. As bases dessa construção estão lançadas: estar em Cristo, dirá Paulo, é uma nova criação (2Cor 5,17). Essa convicção lhe permite afirmar que a base das relações foi recriada: “já não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 3,28).

Uma das características do nosso mundo tecnológico é a aceleração do tempo, a rapidez das comunicações e a facilidade dos deslocamentos. O turismo e os fenômenos migratórios são sinais (bem diferentes!) dessa mobilidade humana que tornou real em muitos lugares o encontro na vida cotidiana de pessoas, culturas e religiões diferentes. Realidade nova e desafiadora que nos põe diante da urgência de aprender a conviver com o “diferente”, com o “outro”.

É aí que aparece a importância da expertise em comunhão, pedida pelo Papa. Comunhão que sabe tecer as diferenças e conviver e integrar a diversidade étnica, cultural, social, religiosa, de gênero.

A “mística do viver juntos” na chamada VR apostólica é esta “experiência da comunhão” na diversidade de um corpo apostólico que, ao ser enviado a serviço dos outros, proclama com a vida que outras relações são possíveis.

Concluindo: para encontrar o caminho

A responsabilidade que o Papa Francisco deposita em mãos da VR não é meta para um ano, é missão permanente que não se limita a ela; é uma transformação, cujas repercussões deveriam fazer-se sentir na Igreja.

Para enfrentar essa responsabilidade, a VR terá que aprender a contemplar sua vida e história conjugando as três dimensões numa circularidade constante entre gratidão pelo passado, paixão pelo presente e esperança no futuro.

Não estamos unicamente diante de um texto; a carta coloca a VR diante de uma missão na Igreja. Algo muito novo que só podia vir talvez de um Papa “religioso”, que conheça e acredite na VR. É o que explica também o gênero literário do documento (uma carta, cuja força de interpelação é maior que a de um texto normativo) e a autoria do mesmo. Esses são mais alguns indícios da visão que tem o Papa da VR e do que espera dela para a missão da Igreja.

Por isso é justo afirmar que o *Ano da Vida Consagrada* e o apelo lançado à VR nesta carta fazem parte da *intenção programática* do governo deste papado. O Papa Francisco quer levar a Igreja, apoiado no carisma da VR, ao “Evangelho vivido”. Não é por acaso que a carta se refere aos dois documentos conciliares (LG e PC). O “carisma” que é a VR representa um “capital espiritual” para a Igreja e deve ser posto a serviço de uma “nova etapa evangelizadora”. Trata-se de um retorno ao Evangelho como norma de vida: para a VR e para a Igreja. Não é esse o testemunho pessoal do Papa?

O que a Carta à VR propõe não são pequenas maquiagens; são atitudes fundamentais que afetam a maneira habitual de a VR entender a si mesma. O Papa Francisco é contundente: “ninguém (nenhum Instituto) deveria eludir este ano uma verificação séria da sua presença na vida da Igreja e do modo de responder às contínuas e novas interrogações que surgem em torno de nós, ao grito dos pobres” (II, 5).

Essas atitudes poderiam ser condensadas nestas duas frases: a) aprender a viver o definitivo do Evangelho no provisório, e b) viver interrogando-se sem cessar, submetendo-se sem cessar à “suspeita de Deus”. O desafio da reestruturação, que afeta hoje toda a VR, é uma consequência prática dessas mudanças mais profundas.

Provisoriedade significa êxodo contínuo, abandonar a solidéz e segurança das instituições tradicionais e das certezas possuídas de uma vez por todas. Não é questão de relativismos. Vivemos numa cultura em constante transformação, cultura do descartável. As perguntas que ela formula não admitem respostas feitas; é preciso recriá-las a partir da verdade antiga e sempre nova do Evangelho (como aconselha Jesus – Mt 13,52).

É o provisório que nos obriga também a viver formulando perguntas antigas (que nos pede o Senhor? Que espera da VR a humanidade?) que têm de ser discernidas em cada momento, e que podem levar a VR a novos êxodos (lugares – humanos e físicos – desconhecidos, “evidências” que se desfazem ou pequenos problemas que a asfixiam). Sair para dar-se: a vida se encontra dando vida; a esperança, dando esperança; o amor, amando (cf. II, 4). A provisoriedade e o êxodo tornam a VR mais próxima da “humanidade que espera” (por ela) nas “periferias existenciais”, e são o primeiro passo para uma nova adequação.

A reestruturação não é, em primeiro lugar, um problema técnico-administrativo (por si só, as estruturas não geram vida); é uma questão apostólica (a missão) e, portanto, “espiritual”, isto é, de docilidade ao Espírito. Sem a pergunta prévia pelo sentido (que se busca e que se quer com o processo?), a reestruturação terminará em decepção. Não será essa a razão pela qual estão fracassando muitas tentativas de reestruturação? É indispensável “reestruturar com espírito”. O objetivo só pode ser uma vida mais evangélica e uma missão inseparável da vida. Que nos falta? Coragem, liberdade espiritual ou a fantasia criadora do Espírito que nossos antepassados possuíam? O Papa Francisco nos desafia a irmos até o fim.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Há uma afinidade entre a Carta à VR e a exortação *Evangelii gaudium*. Em que sentido fazem parte as duas da “intenção programática” do Papa Francisco? Que o Papa espera da VR para a missão e a vida da Igreja?
2. Que elementos oferece a carta para uma sólida experiência de Deus ou “mística consistente”, que sejam capazes de fundamentar e sustentar a “conversão histórica” à qual está convidando o Papa à VR?
3. Quais as atitudes fundamentais que o Papa desejaria ver transformadas na maneira de compreender e viver a VR?

Redescobrir-se com fé: um apelo à Vida Consagrada Apostólica

77

VINÍCIUS AUGUSTO RIBEIRO TEIXEIRA, CM*

Em que pesem as contradições e riscos a que nos vemos expostos,¹ não podemos deixar de reconhecer que a Vida Consagrada Apostólica (VCA)² é uma realidade de fé e que assim precisa ser encarada, vivida e interpretada. Nada que se confunda com projeção humana, conveniência subjetiva, busca de autorrealização narcísica ou espaço terapêutico de recomposição do equilíbrio perdido.

Antes do Concílio Vaticano II, sobretudo, a vocação de muitas pessoas consagradas se definiu no contexto de uma fé herdada e de um cristianismo sociológico, quando uma atmosfera religiosa envolvia a todos e os pais desejavam e incentivavam o *hábito* ou a *batina* para seus filhos e filhas, geralmente admitidos às comunidades e seminários ainda em tenra idade. Outros, em décadas mais recentes, podem ter sido impulsionados por um desejo altruísta de ajudar os mais necessitados e transformar as estruturas sociais, de modo a promover a equidade e a justiça no mundo. Em nossos dias, o mais recorrente é deparar-se com vocacionados(as) e consagrados(as) movidos pelo anseio de realização humana e pela procura de felicidade.

Independentemente de qual tenha sido a ênfase dada à motivação inicial (cultural, política ou subjetiva), faz-se necessário assentar as bases do discernimento e da vivência vocacional sobre a experiência fundante da fé, fazendo do encontro com Cristo o critério decisivo da relação com Deus, da reconfiguração pessoal e comunitária e do reencantamento apostólico, seja qual for a etapa da vida em que nos achemos. Imperativos éticos, tradições culturais e

*** Vinícius Augusto Ribeiro Teixeira**

é presbítero da Congregação da Missão (Vicentinos ou Lazaristas). **E-mail:** viniciusaugustocm@yahoo.com.br.

1 Um breve panorama da crise atual da Vida Consagrada Apostólica foi apresentado na primeira parte deste ensaio, intitulada “Um olhar sobre a Vida Consagrada Apostólica. Nas trilhas do Vaticano II e do Papa Francisco” (cf. *Convergência*, novembro de 2015).

2 Como já elucidado na primeira parte, a expressão acomodatória Vida Consagrada Apostólica compreende os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, diferenciando-os das Ordens e Comunidades monásticas e contemplativas, cuja natureza, desenvolvimento e estado atual apresentam características distintas.

aprimoramentos psicológicos, ainda que legítimos e imprescindíveis, de modo algum substituem o substrato de uma experiência espiritual.

A Vida Consagrada (VC) se fundamenta na mística cristã de adesão apaixonada a Jesus Cristo e na conformidade com seu estilo de vida. Não foi sem razão que, em sua Exortação programática, o Papa Francisco quis convocar toda a Igreja a “renovar hoje mesmo o encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, a tomar a decisão de deixar-se encontrar por ele, de procurá-lo dia a dia sem cessar”. E acrescenta: “Quem arrisca, o Senhor não o desilude; e, quando alguém dá um pequeno passo em direção a Jesus, descobre que ele já aguardava de braços abertos a sua chegada” (EG 3).³

Vejamos quais as implicações deste retorno ao essencial para a VCA.

Voltar ao essencial

Em toda a vida cristã, mas especialmente na VC, muito acima de qualquer empreendimento, costume ou norma, o que importa é aprender a manter “os olhos fixos em Jesus, que em nós começa e completa a obra da fé” (Hb 12,2). Sem isso, poderíamos apresentar-nos como competentes profissionais do sagrado, exímios cumpridores de tarefas ou até hábeis agentes de transformação social, mas não seríamos propriamente pessoas consagradas, cuja vocação só se constitui *por Cristo, com Cristo e em Cristo*.

Difícil encontrar palavras tão impactantes quanto estas do apóstolo Paulo para expressar o projeto fundante da VC: “O que era para mim lucro tive-o como perda, por amor de Cristo. Mais ainda: tudo considero perda, pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor. Por ele, tudo perdi e tudo tenho como esterco, a fim de ganhar a Cristo e ser achado nele” (Fl 3,7-9b). Em nossa escala de valores, não há nada que possa suplantar ou equiparar-se ao encontro com Cristo. O decreto conciliar *Perfectae caritatis* define substancialmente os consagrados(as) como aqueles que, “deixando tudo por amor de Cristo” (cf. Mc 10,28),

³ FRANCISCO, Papa. *Evangelii gaudium*: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

⁴ *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 282.

⁵ Em diferentes ocasiões, o Papa Francisco se utiliza das palavras adoração e serviço como correlatos de contemplação e ação. São estes, por exemplo, os termos que adota em sua intervenção na Assembleia Plenária da União Internacional das Superiores Gerais, a 8 de maio de 2013, para caracterizar a VCA e a missão de quem nela exerce ofícios de autoridade: “Foi Cristo quem vos chamou a segui-lo na Vida Consagrada e isto significa cumprir

“seguem-no” (cf. Mt 19,21) “como única coisa necessária” (cf. Lc 10,42), “ouvindo sua palavra” (cf. Lc 10,39), “solicitos das coisas que são dele” (cf. 1Cor 7,32). E a consequência deste seguimento radical do Senhor remete-nos ao cerne do modo de ser da VCA: “Por isso, os membros de qualquer Instituto, buscando acima de tudo e unicamente a Deus, saibam conciliar a contemplação, pela qual aderem a Deus pela mente e pelo coração, com o amor apostólico; é este amor que os leva a esforçar-se por se associarem à obra da Redenção e por dilatar o seu Reino” (PC 5).⁴

Configurar-se a Cristo como *unum necessarium* significa, portanto, viver totalmente para Deus e doar-se sem reservas à causa do Reino, testemunhando, na adoração e no serviço,⁵ o primado da fé e do amor. A Beata Savina Petril- li (1851-1923)⁶ serviu-se de expressiva imagem para dizer deste iniludível ideal: “Nossa vida deve ser assimilada à vida de Jesus, como uma gota que cai no oceano, do qual recebe cor e sabor”. Sem referência a Cristo, em quem “Deus e a humanidade se encontram”, nossa vida se tornaria insípida, nossa entrega perderia seu fascínio, nosso ardor vegetaria no ermo. Não foi à toa que a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) definiu como prioridade de seu programa trienal (2013-2016), no tocante à identidade e à mística: “Permanecer com Jesus, que caminha conosco e faz arder o coração, para reapropriar-nos do núcleo identitário da Vida Religiosa Consagrada”.

Como àqueles que se tornariam seus discípulos (cf. Jo 1, 35-42), também a nós, hoje, o Senhor dirige esta indagação: “O que estais procurando?”. Como se nos dissesse: Qual o anseio que vos inquieta? Qual a sede que murmura em vossos corações? O que quereis comigo? Nossa reação, certamente, não se distanciará da reação dos dois homens desejosos de conhecer mais de perto aquele de quem João Batista lhes falara e cuja maneira de ser parecia-lhes a um só tempo diferente e atraente: “Mestre, onde moras?”. Como vives? Ou melhor: para que e para quem vives? Qual o segredo de tua vida? E Jesus, sem multiplicar palavras, convida-os a *ir e ver*. Eles foram, viram e decidiram permanecer com aquele

continuamente um ‘êxodo’ de vós mesmas para centrar vossa existência em Cristo e em seu Evangelho, na vontade de Deus, despojando-vos dos vossos projetos, para poder dizer com São Paulo: ‘Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim’ (Gl 2,20). Este ‘êxodo’ de nós mesmos é pôr-nos num caminho de adoração e serviço. Um êxodo que nos leva por um caminho de adoração ao Senhor e de serviço a ele nos irmãos e irmãs. Adorar e servir: duas atitudes que não se podem separar, mas devem caminhar sempre juntas” (CNBB. *Ensinamentos do Papa Francisco sobre a Vida Consagrada*. Brasília: CNBB, 2015. p. 8).

6 Fundadora da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena (DE ROMA, Romano. *Una povertà che si chiama Cristo: profilo spirituale di Madre Savina Petril- li*. Città del Vaticano: Ed. Vaticana, 1979. p. 57).

7 Expressão colhida de uma das últimas homilias do grande consagrado que foi Dom Vicente Joaquim Zico, CM, arcebispo emérito de Belém (PA), falecido a 4 de maio de 2015. A referida homilia foi proferida no dia 24 de abril do mesmo ano, quando de sua última passagem por nossa Paróquia São José – Calafate (Belo Horizonte – MG), menos de duas semanas antes de sua páscoa definitiva. Para conhecer a trajetória deste homem de Deus, cf. BONNA, Mizar Klautau; FONSECA, Maria de Fátima da. *Fragments da vida de Dom Vicente Zico*. 2. ed. Belém: Editora Marques, 2011. SILVA, Ademir da; GARRIDO, Sílvio. *O apóstolo de Belém: biografia*. Belém: Salesianos, 2003. Os principais escritos da autoria de Dom Vicente estão compendidos nestas duas obras: *Escritos Pastorais*. Belém: Arquidiocese, 2000; *Chamados a ser santos no serviço do povo de Deus: meditações espirituais para sacerdotes*. Belém: CCFC, 2011.

que os tinha cativado. “Não importa onde, o importante é estar com o Senhor!”⁷ E o encontro foi tão marcante que a hora exata em que se deu ficou indelevelmente gravada na memória: “Era a hora décima, aproximadamente” (v. 39). Mas a história não para aí. Depois do encontro e da convivência com o Mestre, os discípulos saem para encontrar e conviver com os outros, transmitindo a todos a alegre novidade que lhes tinha transfigurado o coração, o olhar e a vida: “Encontramos o Messias” (v. 41).

Do discípulo que vai, vê, escuta e aprende, nasce o missionário que testemunha, comunica, irradia e transborda. “Cada cristão é missionário na medida em que se encontrou com o amor de Deus em Cristo Jesus” (EG 120). Temos, pois, necessidade deste encontro que nos dá condições de encontrar a nós mesmos e aos outros, deixando-nos interpelar pelos anseios, sofrimentos e esperanças daqueles que cruzam nossas estradas. É a “cultura do encontro” (EG 220), que abre caminho para a “revolução da ternura”, pontilhada de amor persistente, doação sem retorno e ofertas escondidas, revolução assumida pelo Filho de Deus no mistério de sua encarnação redentora (EG 88). Como elucidada o Santo Padre, ao dizer das “motivações para um renovado impulso missionário”:

A primeira motivação para evangelizar é o amor que recebemos de Jesus, aquela experiência de sermos salvos por ele que nos impele a amá-lo cada vez mais. Com efeito, um amor que não sentisse a necessidade de falar da pessoa amada, de apresentá-la, de torná-la conhecida, que amor seria? Se não sentimos o desejo intenso de comunicar Jesus, precisamos deter-nos em oração para pedir-lhe que volte a cativar-nos. Precisamos implorá-lo cada dia, pedir sua graça para que abra nosso coração frio e sacuda nossa vida tibia e superficial (EG 264).

De fato, o ponto de partida é sempre o amor salvador do Pai manifestado na vida, nos gestos e nas palavras de Jesus Cristo e por ele comunicado a nós, feitos partícipes de sua filiação divina. Este amor, acolhido na fé, leva-nos

a amá-lo, conhecê-lo, segui-lo e anunciá-lo para que outras pessoas acolham e desfrutem da plenitude de vida que Jesus nos oferece e se decidam a palmilhar o seu caminho de doação e serviço, cruz e ressurreição. Mas, para que se possa experimentar a radical novidade deste amor que nos enche de alegria e torna possível nossa entrega a Deus para a edificação do Reino, é preciso cavar mais fundo, ir além, sair da superficialidade, da frieza e da mediocridade em que tantas vezes podemos estacionar nossa consagração. Numa palavra, é preciso deixar-se alcançar por Cristo (cf. Fl 3,12).

A VCA tem necessidade de pessoas profundas, sedentas e apaixonadas, ainda que poucas, limitadas e feridas.⁸ Pessoas verdadeiramente contemplativas do mistério de Cristo, sempre de novo cativadas por seu olhar, aquecidas por sua presença, interpeladas pelo exemplo de sua vida tecida de amor incondicional, dispostas a difundir sua beleza e sua força de transformação na missão de cada dia, como transbordamento do encontro que lhes marcou em definitivo a existência, tornando-a “cristiforme”, conformada à vida de seu Mestre e Senhor, companheiro de caminho e amigo de todas as horas.

“O seguimento é fruto de uma fascinação que responde ao desejo de realização humana, ao desejo de vida plena. O discípulo é alguém apaixonado por Cristo, a quem reconhece como o mestre que o conduz e acompanha” (DA 277).⁹ Nas estradas do seguimento, o Mestre vai nos seduzindo sempre mais, inserindo-nos em seu mistério, redimindo-nos de nossas recusas, infidelidades e tibiezas, orientando-nos através de seu Espírito. Em sua companhia, aprendemos a ser contemplativos e misericordiosos, místicos e proféticos, prudentes e audazes. Só assim, vivendo o cotidiano no espírito de Cristo, poderemos restituir à VC seu verdadeiro fascínio.

Jesus, sempre Jesus! Jesus que nos introduz na comunhão com o Pai e que nos confere seu Espírito de santidade e caridade. Jesus contemplado, amado, adorado e seguido por toda a constelação de homens e mulheres que protagonizaram a história da VC. Jesus, “a quem nada jamais

8 Cf. HAVENNE, Annette. A vivência hoje do núcleo identitário da Vida Religiosa Consagrada. *Convergência*, Brasília, ano XLVII, n. 453, p. 467, jul.-ago. 2012.

9 CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas/Paulus, 2007.

10 Em se tratando desta obra plurissecular de grande densidade e relevância para a espiritualidade cristã, nada melhor do que esta substanciosa pesquisa: MATOS, Henrique Cristiano José. *Matos. Imitação de Cristo: caminho de crescimento espiritual*. Belo Horizonte: O Lutador, 2014.

11 *Exercícios Espirituais*. São Paulo: Loyola, 1990. Belíssima e iluminadora meditação a respeito da centralidade de Cristo na espiritualidade inaciana é a homilia do Papa Francisco por ocasião da Festa de Santo Inácio de Loyola, 31 de julho de 2013 (cf. CNBB. *Ensino do Papa Francisco sobre a Vida Consagrada*, pp. 31-34).

12 *Saint Vincent de Paul*: correspondance, entretiens, documents. Paris: Lecoffre/Gabalda, 1920-1925. 14 tomos [neste artigo, citamos o número do tomo em algarismos romanos, seguido do número da página correspondente à citação]. Para aprofundar a riqueza da espiritualidade vicentina: RENOARD, Jean-Pierre. *Saint Vincent de Paul, maître de sagesse: initiation à l'esprit vincentien*. Bruyères-le-Châtel: Nouvelle Cité, 2010.

podemos antepor” (São Bento), “nosso Deus e nosso tudo” (São Francisco de Assis), “admirável tesouro escondido em nossa alma” (Santa Teresa de Jesus), “vida de nossa vida e única pretensão de nosso coração” (São Vicente de Paulo), “cuja humanidade é o exemplo que devemos imitar” (Santa Luísa de Marillac), “por quem tudo é pouco” (Beata Savina Petrilli), “único modelo, ao qual temos de frequentar” para “gritar o Evangelho com a vida” (Beato Charles de Foucauld). O autor da *Imitação de Cristo* soube resumir com maestria a amplitude deste fascínio exercido pela pessoa de Jesus naqueles que, em suas pegadas, se consagram inteiramente ao Pai, princípio e fim de todo percurso vocacional: “O religioso que, com solicitude e fervor, se exercita na santíssima vida e paixão do Senhor, achará nela, com abundância, tudo o que lhe é útil e necessário, e não precisará buscar coisa melhor fora de Jesus”.¹⁰ Em nosso persistente esforço de revisão de vida, não podemos deixar de perguntar-nos que lugar temos dado a Cristo em nossa consagração. Ele é mesmo o primeiro, o tesouro, o modelo, o amigo? Altamente pedagógico poderá ser o colóquio recomendado por Santo Inácio de Loyola, em seus *Exercícios*: “O que fiz por Cristo? O que faço por Cristo? O que devo fazer por Cristo?” (EE 53).¹¹

Sabemos que esta visceral conversão ao Jesus dos Evangelhos não se detém nele mesmo. Quem ama de verdade o Senhor aprende a “amar o que ele ama” (SV X, 148),¹² como dizia São Vicente de Paulo (1580-1660). Foi assim que o Papa Francisco definiu “a intimidade da Igreja com Jesus” como “uma intimidade itinerante”, geradora de “comunhão missionária” (EG 23). Com efeito, a autêntica identificação com Cristo potencializa a confiante entrega ao Pai providente e encaminha o consagrado(a) para os outros, particularmente os pobres, colocando-nos na corrente da *kenosis* redentora, ou seja, obrigando-nos a descer de nossos pedestais de privilégios e preconceitos históricos, a arregaçar as mangas e a sair de nossas comodidades para descobrir o que significa realmente amar “com o suor do rosto e a força dos braços” (SV XI, 40).

O *Documento de Aparecida* não poderia ter sido mais enfático: “O encontro com Jesus Cristo através dos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé em Jesus Cristo. Da contemplação do rosto sofredor de Cristo neles e do encontro com ele nos aflitos e marginalizados, cuja imensa dignidade ele mesmo nos revela, surge nossa opção por eles. A mesma união a Jesus Cristo é a que nos faz amigos dos pobres e solidários com seu destino” (DA 257).¹³ A identificação com Cristo une num mesmo dinamismo a paixão contemplativa por Deus e a compaixão diligente pelos crucificados da história. Qualquer esforço de revigoração da VCA passa pela relação com os pobres, já que a solidariedade para com os menos favorecidos brota da fé cristológica e põe em marcha a dimensão profética de nossa vocação específica. Ninguém menos do que a Beata Teresa de Calcutá (1910-1997) falava, com impressionante naturalidade, da íntima união com Cristo como alicerce de sua inquebrantável dedicação aos últimos deste mundo e exigência basilar do teor de vida que estabeleceu para a congregação que fundou: “Tudo o que fazemos: oração, trabalho, sofrimento, é por Jesus. Servimos a Jesus 24 horas por dia. Ele nos dá as forças necessárias para levar a vida que levamos e para sentir-nos felizes. Sem ele, não seríamos capazes de fazer o que fazemos. Sem Jesus, nossas vidas não teriam sentido. Jesus é a razão de nossa vida”.¹⁴ Não há dúvida: a motivação fundamental que sustenta uma consagração de modo algum se restringe a um empenho sociotransformador, por importante e necessário que seja assumi-lo, mas sempre como desdobramento de uma motivação primordial. A própria opção pelos pobres, exigência incontestável da fé cristã, deita suas raízes nesta mística da identificação com Jesus Cristo de que nos fala Madre Teresa. É o encontro com Cristo, “razão de nossa vida”, aprofundado na contemplação e na ação, que desperta, justifica e dilata todo esforço de aproximação, promoção e defesa da dignidade dos marginalizados e excluídos, aos quais o Senhor mesmo nos remete e entre os quais nos espera (cf. Mt 25,40). Como recordava São Vicente a seus Padres e Irmãos da Missão: “Nosso Senhor pede que

13 O tema dos pobres, com seus variados rostos, é uma das principais chaves de leitura do *Documento de Aparecida* (cf. SUESS, Paulo. *Dicionário de Aparecida*: 40 palavras-chave para uma leitura pastoral do *Documento de Aparecida*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 106-108).

14 MOORE, Thomas (ed.). *Mother Teresa: no greater love*. California: New World, 1997. p. 143.

evangelizemos os pobres: é o que ele fez e quer continuar fazendo por meio de nós” (SV XII, 79). E poderíamos dispor-nos a *fazer o que ele fez* sem conhecê-lo pessoalmente, sem contemplar sua vida, sem aprender de seu exemplo, sem revestir-nos de seu espírito?

Todo itinerário vocacional se assemelha a um caminho na areia: se não o pisamos constantemente – aprofundando as vivências, intensificando as respostas, ampliando os esforços e firmando os passos –, a trilha termina desaparecendo, ficando apenas o ponto de partida da iniciativa de Deus que de modo algum suprime nossa liberdade e engajamento. Por isso, fundadores os mais diversos insistiam tanto no *amor à própria vocação*. São Vicente admoestava as Filhas da Caridade: “Não tenhais em pouca estima a graça que Deus vos concedeu e da qual deveis vos tornar dignas, continuando a vida que seu Filho levou na terra” (SV IX, 114). Tal foi o caso também de Elisabeth de Robiano (1773-1864), que dizia às Irmãs do Instituto nascido de seu nobre coração: “Apreciái cada dia mais a felicidade de vossa santa vocação”.¹⁵ De fato, vocação é também questão de memória: recordação diuturna do amor com que fomos chamados, para fazer irromper em nós o ardente desejo da livre correspondência. Como garantem os dois últimos Papas, na *Lumen fidei* (LF), encíclica escrita a quatro mãos (29 de junho de 2013), recolhendo as inspirações do Ano da Fé: “A fé não é um refúgio para gente sem coragem, mas a dilatação da vida: faz descobrir uma grande chamada – a vocação ao amor – e assegura que este amor é fiável, que vale a pena entregar-se a ele, porque o seu fundamento se encontra na fidelidade de Deus, que é mais forte do que toda a nossa fragilidade” (LF 53).¹⁶

Neste caminho – em que nossa fragilidade se entrelaça à fidelidade daquele que nos chamou, para tornar-se capaz de um sim convicto e corajoso – não há nada mais essencial e determinante do que estreitar os laços de comunhão e amizade com Jesus Cristo, sem o qual a VCA perderia de vista a bússola segura que a conduz à sua meta, o seio da Trindade Santíssima: “Sem amigo, não podes viver bem e, se Jesus

15 Fundadora das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem (PIRSON, Lutgardis. *Elisabeth de Robiano, madame Lecandèle, baronne de Ghysegghem*. Gembloux (Belgique), 1989. p. 174).

16 FRANCISCO. *Lumen fidei*: Carta Encíclica sobre a Fé. São Paulo: Paulinas, 2013 (no artigo, LF).

não for teu amigo acima de todos, estarás muito triste e desolado... Sobre todos os que te sejam caros, seja Jesus amado de modo especial” (*Imitação de Cristo*, 2, 8, 3). A origem, o espelho e o destino da VCA residem no mistério trinitário, cujo amor somos chamados a acolher, viver e irradiar, como fonte de sentido e esperança para todos. Tudo o que somos e fazemos, como pessoas consagradas, nasce de uma experiência fundante do Deus Uno e Trino. A VC é impensável fora da experiência do mistério que a faz viver e sem o qual ela se perderia em exterioridades ocas. Em sua natureza íntima, a VC brota de um convite inteiramente gratuito do Pai a uma vida visceralmente identificada com Cristo, sob a ação dinamizadora do Espírito. Vocação a uma existência decididamente convertida ao Evangelho para ser transparência da forma de vida de Jesus, norma suprema, critério definidor e horizonte de compreensão de toda consagração autêntica. Por isso, com Bento XVI, Francisco nos recorda: “Não há nenhuma experiência humana, nenhum itinerário do homem para Deus que não possa ser acolhido, iluminado e purificado por esta luz. Quanto mais o cristão penetrar no círculo aberto pela luz de Cristo, tanto mais será capaz de compreender e acompanhar o caminho de cada homem para Deus” (LF 35).

O núcleo identitário da VCA

Vivemos um tempo crucial de graça e provação, de ocasos e auroras. Em meio a tantas mudanças, somos chamados a descobrir o que o Espírito quer nos dizer e em que direção deseja conduzir-nos. Partimos de uma convicção: a VC é um dom de Deus para a Igreja e para o mundo. Seus valores fundantes nada perderam em termos de validade e atualidade, mas necessitam de uma revitalização radical, capaz de dar-lhes novo significado e nova fisionomia, acordando em nós o desejo de vivê-los de maneira mais autêntica e relevante. Precisamos colocar-nos em atitude de discernimento para deixar-nos mover pela força transformadora do Espírito do Senhor, identificando seus apelos nos sinais dos

tempos e dos lugares e abraçando as oportunidades de decantação, crescimento e inovação que se abrem diante de nós. Precisamos, portanto, voltar ao que realmente importa, ao âmago de nossa forma de vida e, a partir deste núcleo, recriá-la por dentro. Como toda a Igreja, também a VC se reconhece *semper reformanda*, sempre necessitada de conversão.

Ao considerar a essência da VCA, três perguntas fundamentais se impõem: *De quem procede e a quem se orienta (fonte e meta)? Para que existe (finalidade)? Como se estrutura (modo)?* As três perguntas correspondem ao seu *núcleo identitário*, àqueles elementos fundantes que, devidamente integrados e articulados (não como realidades justapostas), constituem sua vocação específica, visibilizam sua razão de ser, potencializam sua ação e qualificam seu testemunho.¹⁷ Trata-se do *tripé* que consolida e aprimora a presença e a atuação dos consagrados(as) na Igreja e no mundo: *mística* ou profunda experiência de Deus, de quem se origina e a quem se orienta toda consagração autêntica; *missão* de evangelização e serviço à vida, segundo a finalidade do Instituto ou Sociedade a que se pertence; vida fraterna em *comunidade*, modo como se estrutura e organiza nosso estilo de vida. Mística, missão e comunidade: nada de novo, apenas o de sempre, só que agora interpelado por novos apelos e clareado por nova luz! Falamos, então, da base antropológica sobre a qual se estribam e edificam nossa conformidade com Cristo e a consequente opção pelo Reino: ser, ser-com, ser-com-para. Ser de Deus, ser com os irmãos ou irmãs que acolheram o mesmo chamado, ser para o serviço dos outros. Em forma de oração, poder-se-ia ainda dizer: *nada sem ti, Senhor; nada sem os Irmãos ou Irmãs, tudo para todos a quem somos enviados*.¹⁸

Com a profundidade dos místicos e a lucidez dos profetas, a grande mulher consagrada que foi Madre Teresa de Calcutá sintetizou assim sua compreensão da identidade da VCA:

Nossa vocação é esta: pertencer a Deus. Não somos simplesmente assistentes sociais, professoras, enfermeiras. Somos

17 Uma tematização original do *núcleo identitário* pode ser encontrada em: PALÁCIO, Carlos. Começar de novo: por uma reconstrução da especificidade da Vida Religiosa Apostólica. *Convergência*, Brasília, ano XLVII, n. 453, pp. 472-483, jul.-ago. 2012.

18 Cf. HAVENNE. *A vivência hoje do núcleo identitário da Vida Religiosa Consagrada*, p. 465.

contemplativas no coração do mundo, pois passamos as 24 horas do dia em contato direto com Jesus Cristo, seja na oração, onde ele nos encontra; junto aos pobres, onde ele nos espera; ou na comunidade, onde ele se faz presente. E, se não fosse assim, não poderíamos viver nossa consagração.¹⁹

Também a vivência dos *conselhos evangélicos* se ancora no lastro mais amplo do *núcleo identitário*, que lhes fornece condições de concretização e aperfeiçoamento contínuo, em vista de uma consagração humanamente significativa e evangelicamente eficaz.²⁰ Assim, os votos possibilitam à VC tornar-se uma metáfora viva do Reino em meio aos revezes da história, delineando uma maneira singular de lidar com as três coordenadas existenciais do ter, do poder e do prazer, submetendo-as à *forma vitae* de Cristo. Em outros termos, os votos dão às nossas energias vitais a orientação e o equilíbrio que tiveram na vida de Jesus de Nazaré. De fato, o ponto de partida e o fio condutor dos conselhos evangélicos residem no encontro pessoal com Cristo, que nos ensina a acolher o amor do Pai e a viver no dinamismo da confiança e da disponibilidade, sem as quais toda consagração ficaria carecendo de consistência *mística* e coerência interna. Só uma verdadeira *mística* torna possíveis a liberdade, a prontidão e a perseverança do sim. Os votos são emitidos ou professados dentro de uma *comunidade*, cujos membros se reconhecem chamados ao mesmo fim apostólico, são movidos pelo mesmo ideal e se apoiam mutuamente na fidelidade. Por fim, os votos se orientam para a *missão*, lapidam a humanidade do consagrado(a) e capacitam para o serviço do Reino, segundo a peculiaridade do carisma confiado pelo Espírito ao(s) fundador(es). Em uma sociedade dissipada por tantas ambições mesquinhas, pela desordem afetiva e pela sedução do poder, o amor nem sempre encontra espaço para se expressar em gratuidade e serviço. A VCA é chamada a testemunhar a lógica do dom total a Deus e aos irmãos, exercitando-se na castidade, na pobreza e na obediência, sem jamais renunciar àquela alegria que visibiliza o sentido profundo da entrega. Nesta base:

19 MOORE. *Mother Teresa: no greater love*, p. 198.

20 Para uma releitura teológica dos Votos, pelos quais “os religiosos criam a forma de vida distintiva e característica, mediante a qual participam na missão da Igreja, testemunhando e realizando o Reino de Deus neste mundo” (p. 257), vale a pena retomar a intervenção de S. M. Schneiders no Congresso Internacional da Vida Consagrada: A Vida Religiosa no futuro. In: *Paixão por Cristo, paixão pela humanidade*. São Paulo: Paulinas, 2005. pp. 249-286. Cf. também: OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. *Viver os Votos em tempos de pós-modernidade: desafio para a Vida Consagrada*. São Paulo: Loyola, 2001.

- a) A *castidade* recorda a fecundidade com que Deus cumula o coração humano para torná-lo capaz de um amor sem medidas, à semelhança do amor manifestado na vida de seu Filho Jesus (cf. Jo 13,1). Na sociedade contemporânea, o sentimento e a emoção fundam a autocompreensão do indivíduo e suas relações. Os afetos preponderam sobre qualquer racionalidade e o corpo exerce forte influência como polo de autoafirmação, interação e prazer. Em função de uma momentânea satisfação pessoal, tudo o mais é relativizado. A palavra amor sofre desgastes pelo excesso, mas sua vivência radical mostra-se muito distante da convivência humana. Por trás das desordens afetivas, das instabilidades emocionais e dos desequilíbrios sexuais, ocultam-se, na realidade, um vazio existencial e uma insaciável sede de amor verdadeiro. Nesta sociedade erotizada que sabe tanto sobre sexo e quase nada de amor, a VC sente-se interpelada a testemunhar a perene jovialidade do amor vivido e ensinado por Jesus de Nazaré. De fato, a castidade nos liberta do egoísmo e revela nossa identidade mais essencial: dar e receber amor. Assim, estimula um modo maduro, generoso e sadio de viver a afetividade, elevando-a ao nível de um amor ao mesmo tempo concreto e universal, pronto a sofrer e a oferecer-se, se preciso for. Na ordem da *mística*, o amor é dom recebido e livre correspondência àquele que nos amou primeiro (cf. 1Jo 4,5). Significa ter o coração nas próprias mãos para entregá-lo ao Senhor, deixando que sua presença habite nossas solidões, inunde nossos vazios, curando afetos feridos e orientando sentimentos confusos. A *comunidade* fraterna pode se tornar elemento de estabilidade afetiva, inspirado pela fé e aberto à plena realização, terreno de relações transparentes e respeitadas, irrigadas por manifestações apropriadas de ternura e cuidado, livres de aversões, apegos e duplicidades. Na *missão*, a castidade revela todo o seu potencial apostólico, permitindo ao amor de Deus atuar através de nosso coração e desdobrando-se em doação perseverante e serviço gratuito, banhados de entusiasmo, zelo e criatividade.

À luz do mistério da encarnação, pelo qual o Filho de Deus tomou um corpo em tudo semelhante ao nosso, exceto no pecado (cf. Hb 4,15), a VC não pode prescindir da positividade do corpo. Neste tempo de dessacralização da corporeidade, os consagrados(as) devem tornar visível a beleza da obra-prima do Criador, assumindo plenamente a corporeidade como templo no qual Deus habita e do qual irradia sua bondade.

- b) A *pobreza* abre o coração e a inteligência do consagrado(a), levando-o a manter-se inclinado sobre os fracos, solitários e rejeitados. Não há bem que antes não tenha sido recebido das mãos providenciais de Deus, ainda que através da natureza, da família ou da comunidade (cf. Tg 1,17-18). Na ótica do dom, nada do que se recebe gratuitamente pode ser retido em benefício próprio, desde a vida, os talentos pessoais, a capacidade de trabalho e seus frutos, os recursos materiais etc. Dessa forma, a avidez, o consumismo e o acúmulo desonram a VC, assim como a irresponsabilidade, o comodismo e a preguiça a envergonham. No que se refere à *missão*, o voto de pobreza se exprime na generosidade da entrega, na gratuitidade do serviço, na compaixão ativa para com os menos afortunados, na disposição contínua de dar e receber, sem exigências desmesuradas. Na *comunidade*, a pobreza evangélica se traduz em um estilo de vida simples e sóbrio, na renúncia ao supérfluo, na resistência convicta ao aburguesamento que nos distancia do comum das pessoas, no uso consciencioso e transparente dos bens, na partilha das responsabilidades, na solicitude recíproca, na igualdade fundamental entre todos os membros da comunidade. No campo da *mística*, a pobreza suscita uma atitude espiritual de primeira grandeza, aquela que possibilita à pessoa consagrada colocar-se diante de Deus com as “mãos vazias” (Santa Teresa de Lisieux), como pobre que se reconhece dependente e necessitado de sua graça, que dele tudo espera, abandonando toda falsa segurança e confiando firmemente em seu amor (cf. Lc 18,9-14). Pelo contrário, a busca sôfrega de comodidades e bens

sufoca a disponibilidade missionária, ofusca o olhar contemplativo, insensibiliza diante dos pobres, impede uma autêntica vida de comunhão.

- c) A *obediência* parte do pressuposto de que a VC se compõe de pessoas suficientemente adultas, livres e responsáveis, que se movem por um ideal comum, radicado no Evangelho, em resposta a uma vocação específica. Obediente é aquele que se deixa surpreender por Deus dentro das condições normais da vida, apoiando-se em seu amor sempre fiel. Assumida voluntariamente, em conformidade com Cristo (cf. Fl 2,8; Hb 5,8), a obediência exercita a liberdade do consagrado(a), direcionando suas decisões e escolhas pessoais na perspectiva de uma crescente santidade de vida, de uma participação lúcida e comprometida nos rumos da Comunidade de pertença (incluído aqui o exercício da autoridade como serviço) e da ardorosa disponibilidade para as distintas necessidades e solicitações apostólicas. Longe de confundir-se com submissão infantil ou alienação da responsabilidade, a obediência apela para a atitude espiritual do discernimento, por meio do qual o consagrado se põe à escuta do Senhor para captar seus desígnios e eleger os procedimentos adequados à realização de sua vontade, na vida pessoal, na comunidade e na missão. Para isso, serve-se de algumas mediações, que interagem entre si, sempre iluminadas pela fé: a própria consciência (retamente orientada para o bem), as intuições dos outros membros da comunidade, os clamores e as esperanças dos pobres e das pessoas a quem se deve servir, os sinais dos tempos ou os acontecimentos da história, as necessidades da Igreja (universal ou local), as solicitações do Instituto ou Sociedade, a autoridade dos superiores (tanto quanto possível, livre de condicionamentos psicológicos: dominação, ciúme, autoafirmação, interesses, coerção etc.). Todas estas mediações, embora legítimas e abalizadas, são limitadas e passíveis de correções e aperfeiçoamentos, devendo ser submetidas aos crivos indispensáveis da Palavra de Deus, da genuína tradição eclesial e do legado dos fundadores

(atualizado nas Constituições). Só assim será possível verificar a autenticidade do discernimento e de seus frutos, na porção necessária a cada posicionamento inspirado pelo Senhor. Aqui, sobressai o papel dos superiores, cuja finalidade não é outra senão ajudar a comunidade a manter-se dócil às moções do Espírito, tanto no previsto quanto no imprevisto; a não se desviar das diretrizes do carisma fundacional e a não perder o foco das buscas fundamentais, estimulando a participação de todos nos processos de discernimento e na aplicação das decisões por ele suscitadas. Por isso, a VCA tem premente necessidade de homens e mulheres com suficiente integridade humana e autoridade moral para animar as comunidades na correspondência criativa ao carisma próprio. À luz do *núcleo identitário*, o voto de obediência se traduz em participação responsável e colaboração generosa no crescimento integral da comunidade (local, provincial e/ou congregacional), não apenas quando as solicitações coadunam com as expectativas e desejos subjetivos, mas também quando supõem um pouco mais de abnegação e esquecimento de si em favor do bem comum e de uma fidelidade mais ampla, contextualizada e inventiva.

O *Documento de Aparecida* realça o potencial profético dos conselhos evangélicos na sociedade contemporânea:

Num continente onde se manifestam sérias tendências de secularização, também na Vida Consagrada, os religiosos são chamados a dar testemunho da absoluta primazia de Deus e de seu Reino. A Vida Consagrada se converte em testemunha do Deus da vida em uma realidade que relativiza seu valor (obediência), é testemunha de liberdade frente ao mercado e às riquezas que valorizam as pessoas pelo ter (pobreza), e é testemunha de uma entrega no amor radical e livre a Deus e à humanidade frente à erotização e banalização das relações” (castidade) (DA 219).

Em outros termos, integrados ao *núcleo identitário*, os Votos possibilitam à VCA tornar-se o que é chamada a ser, recuperar sempre de novo sua própria identidade como sinal

expressivo do Evangelho na história, discípula-missionária de Jesus Cristo, anunciadora entusiasta do absoluto de Deus e da primazia de seu Reino, promotora incansável da comunhão e da fraternidade, testemunha samaritana da compaixão e da gratuidade, servidora peregrina da vida e da esperança, exercitando-se continuamente no amor incondicional a Deus e ao próximo (castidade), na solidariedade para com os pobres (pobreza) e no discernimento compartilhado da vontade do Senhor (obediência). Uma nova maneira de compreender e viver os conselhos evangélicos, sob o prisma do trinômio mística-comunidade-missão, mostra-se indispensável ao processo de recriação da figura histórica da VCA, de modo que esta vocação específica tão marcadamente profética seja não apenas admirada, à semelhança de uma valiosa peça de museu, mas sobretudo assumida como ideal empenhativo, fonte de sentido e caminho de santificação. E tudo isso requer fidelidade, imaginação e persistência para dar consistência e continuidade ao processo iniciado.

Um ícone bíblico (Mc 3,13-19)

Marcos situa a escolha dos Doze no contexto da atividade missionária de Jesus na Galileia.²¹ Absorvido pelo anúncio do Reino, ele sobe à montanha, lugar do aprofundamento de sua experiência de Deus, de sua radical e singular intimidade com o Pai, vivida na contemplação da glória (cf. Mc 9,2-10) e em meio às provações (cf. Mc 14,26-42). Doze são os discípulos mais próximos de Jesus, seus primeiros companheiros. Trata-se de uma clara alusão às doze tribos de Israel, libertas da escravidão no Egito, cuja organização tinha como princípio estruturante a aliança entre Deus e o povo. Estes discípulos foram constituídos líderes do novo povo eleito, daqueles que, acolhendo o dom da aliança selada em Jesus Cristo, são enviados a viver e testemunhar os valores e exigências do Reino. A instituição dos Doze segue de perto a estrutura dos itinerários vocacionais do Primeiro Testamento (cf. Ex 3,7-12; Jr 1,4-10; Is 6,8-10). Basicamente a mesma estrutura aparecerá nos outros Evangelhos posteriores a Marcos (cf. Mt 10,1-4; Lc 6,12-16; Jo 1,35-51):

21 Para melhor compreensão da perícopé, cf. VAN LINDEN, Philip. Marcos. In: BERGANT, Dianne; KARRIS, Robert (org.). *Comentário bíblico*. São Paulo: Loyola, 1999. v. 3, p. 52. Cf. também: BALANCIN, Euclides Martins. *Como ler o Evangelho de Marcos: quem é Jesus?* São Paulo: Paulus, 2007. pp. 56-59. Este ícone bíblico é sugerido pelo Padre C. Palácio em sua abordagem do núcleo identitário: *Começar de novo: por uma reconstrução da especificidade da Vida Religiosa Apostólica*, p. 480-483.

- a) “*Chamou a si os que ele queria*”: a iniciativa é sempre do Senhor, que chama, consagra e envia. O que conta não são as pretensões ou prerrogativas pessoais.
- b) “*E eles foram até ele*”: todo chamado supõe resposta. À iniciativa de Jesus, os discípulos correspondem com uma decisão consciente, livre e comprometedora.
- c) “*Para que ficassem com ele*”: a permanência com o Mestre é condição de possibilidade do discipulado. Para aprender de Jesus, é necessário estar com ele, tornar-se seu amigo, compartilhando de sua vida, assumindo o mesmo projeto pelo qual ele se doou inteiramente.
- d) “*Para enviá-los a pregar, e terem autoridade para expulsar os demônios*”: a vocação é sempre para a missão. Ao serem chamados, os seguidores de Jesus são revestidos de sua autoridade para fazerem o que ele fez (anúncio do Reino, por palavras e ações libertadoras) e continuarem sua obra salvadora, convidando à conversão; expulsando tudo aquilo que desfigura a vida, cerceia a liberdade, aliena e oprime o ser humano; suscitando, assim, pleno acolhimento à salvação de Deus revelada e oferecida em Cristo.

O Evangelho formula a experiência vital que dá unidade ao *modus vivendi et operandi* da VCA: *estar com Jesus* inclui, necessariamente, *conviver fraternalmente* com os demais e deixar-se *enviar em missão* a serviço da mesma causa pela qual o Mestre viveu, conviveu e se entregou: o Reinado do Pai. Na dinâmica do seguimento, o agir é um extravasamento do ser e o envio, um prolongamento do chamado. E, como nenhum discípulo pode viver ilhado, a convivência fraterna pertence às entranhas de sua vocação, sem a qual sua missão ruiria. Jesus constituiu uma comunidade de itinerantes, que levavam uma vida simples e despojada, doando-se inteiramente aos outros, compartilhando os bens, aceitando a generosidade das pessoas, comunicando a Boa-Nova pelo que viviam, falavam e faziam.

É possível desentranhar, deste breve trecho do Evangelho de Marcos, sólido embasamento e vigoroso impulso para a redescoberta e a revitalização da identidade

da VCA, chamada a ser memória viva da *sequela Christi*, sintetizada numa forma original e específica de encarnação dos valores cristãos. Os mesmos três elementos de capital importância, que, inseparavelmente relacionados, perfazem um itinerário programático de *vida doada em comunidade para a missão*:

- a) intensa convivência com o Senhor, livre adesão a seu chamado e experiência do Deus que se revela em Jesus, de modo a percebê-lo na vida de cada dia;
- b) união cordial com os irmãos ou irmãs que se reconhecem destinatários do mesmo chamado;
- c) missão como desdobramento necessário da vocação a uma existência configurada a Cristo, missionário do Reino. É assim que toda pessoa consagrada faz do seguimento do Senhor a sua maneira própria de existir na Igreja e no mundo.

Nos passos dos fundadores

A seiva que fortalece e faz crescer encontra-se nas raízes. Neste processo de revitalização do *núcleo identitário*, nada mais salutar do que perscrutar os fundadores, buscando nas raízes de cada carisma a seiva inspiradora da criatividade fiel e da disponibilidade generosa com que se deve responder aos apelos místicos, comunitários e apostólicos, tendo como escopo uma cuidadosa recomposição do tecido da VC. Portadores de uma graça singular, geradora de carismas específicos, os fundadores se inserem no quadro daqueles que “procuraram seguir a Cristo com maior liberdade e imitá-lo mais de perto, consagrando, cada um a seu modo, a própria vida a Deus” (PC 1). Portanto, a tentativa de consolidar os valores que constituem o *núcleo identitário* não pode abrir mão do recurso à experiência destes homens e mulheres dinamizados pelo Espírito.²²

A título de exemplo, citamos São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac. Prudentes e corajosos iniciadores de uma nova forma de conceber e concretizar a VCA, eles se deixaram surpreender por Deus e, em permanente

22 No campo da experiência espiritual dos fundadores e de sua transmissão, vale consultar o *best-seller*: CIARDI, Fabio. *I fondatori, uomini dello Spirito*: per una teologia del carisma di fondatore. Roma: Città Nuova, 1982. Esta obra traz interessantes estudos de casos (São Francisco de Assis, Santo Inácio de Loyola, São Vicente de Paulo, Santo Eugênio de Mazenod e Beato Tiago Alberione).

colaboração, discerniram, assimilaram e transmitiram o carisma que lhes foi comunicado pelo Espírito, delineando a fisionomia da Companhia das Filhas da Caridade (1633) com matizes originais e estribando-a sobre o tripé do dom total a Deus, da cordialidade fraterna e da caridade missionária.²³

Vicente de Paulo estava certo da importância deste ali-
cerce que dá sustentação a toda consagração autêntica. Em sua compreensão, o amor a Deus (mística), o amor aos pobres (missão) e o amor mútuo (comunidade) são como que desdobramentos de uma só caridade, exigências de um mesmo espírito:

Repito, uma vez mais, que o espírito de vossa Companhia, minhas Irmãs, consiste no amor de Nosso Senhor, no amor aos pobres e no amor entre vós, na humildade e na simplicidade. Mais valeria que não houvesse Filhas da Caridade, se não existissem essas virtudes (SV IX, 595-596).

Em São Vicente, em sua vida e em sua palavra sempre sintonizadas com o Evangelho, a caridade – princípio dinamizador da perfeição a que somos chamados no seguimento de Cristo (*perfectae caritatis*) – é o elo que articula contemplação, união e serviço. Em outra conferência, o fundador sublinha a primazia da caridade no ser e no agir de suas Irmãs e acentua a necessidade de assumi-la como espinha dorsal da consagração, seiva vital do dar-se a Deus para o serviço dos pobres, em comunidade fraterna:

Cada uma de vós foi inscrita no livro da Caridade, quando vos destes a Deus para servir os pobres e, particularmente, no dia em que fizestes os votos, recebestes este nome, que vos foi dado por Deus mesmo. Deveis, portanto, viver conforme o nome que tendes, pois foi Deus quem o deu à Companhia (...). Assim, conservai-o cuidadosamente, procurai ter sempre a veste da caridade, cujos sinais são o amor de Deus, do próximo e de suas Irmãs” (SV X, 472-473).

23 Sobre a original concepção da Companhia das Filhas da Caridade, ver: VERNASCHI, Alberto. *Per chiostro le vie della città: la identità di ieri e di sempre delle Figlie della Carità*. Roma: Vincenziane, 2001.

União com Deus em todas as coisas, empenho no serviço aos pobres e cordialidade na vida comunitária são valores perfeitamente harmonizados nas frequentes recomendações de Luísa de Marillac às Filhas da Caridade. Ela se mostrava convencida de que as Irmãs jamais conseguiriam manter vivo e atuante o espírito da Companhia sem a interação dinâmica entre estes três aspectos constitutivos de sua maneira própria de seguir Jesus Cristo, prolongando seu entranhado amor ao Pai e sua compaixão para com o próximo. A síntese mais expressiva dessa perspectiva encontra-se no *Testamento Espiritual*, recolhido pelas Irmãs que assistiram a fundadora em seus últimos momentos. Nele, transparecem as mais íntimas convicções de Santa Luísa a respeito da vocação da Companhia e seus mais ardentes desejos para a Comunidade nascida de seu coração fecundado pelo Espírito:

Minhas queridas irmãs, continuo a pedir a Deus sua bênção para vós e rogo-lhe que vos conceda a graça de perseverar em vossa vocação para servi-lo da maneira que ele vos pede. Tende grande cuidado com o serviço dos pobres e, sobretudo, vivei juntas numa grande união e cordialidade, amando-vos umas às outras, para imitar a união e a vida de Nosso Senhor. Pedi à Santíssima Virgem que seja vossa única mãe.²⁴

Para perseverar na vocação que receberam, configurando-se a Cristo e servindo a Deus tal como devem, as Filhas da Caridade não podem subtrair ao dinamismo da caridade tanto o *cuidado para com os pobres* quanto a união e a cordialidade que devem caracterizar seu *viver juntas*. Para Luísa, familiaridade com o Senhor (opção por Deus), serviço qualificado aos últimos (opção pelos pobres) e vida fraterna em comunidade (opção pela Companhia) são aspectos fundantes de uma mesma vocação e, juntos, traçam o caminho pelo qual a Filha da Caridade se põe no seguimento de Jesus Cristo, cujo Espírito lhes “inspirou a escolher este gênero de vida” (SL L. 179). De fato, como

24 *Sainte Louise de Marillac: écrits spirituels*. Paris, 1983, p. 823. Para conhecer melhor o perfil humano, espiritual e apostólico desta mulher singular, cf.: VV.AA. *Santa Luísa de Marillac, ayer y hoy*. Salamanca: CEME, 2010.

no itinerário de Vicente de Paulo e Luísa de Marillac, o espírito de Cristo deve ser sempre o *leitmotiv*, o fio condutor e o ponto de referência da VC.

A sabedoria e a santidade dos fundadores, sintetizadas em seus escritos, captadas pelas gerações que se seguiram e atualizadas nas Constituições, representam um recurso imprescindível na esteira da reconfiguração identitária da VCA. Toda identidade descansa em sua história e nutre-se daquilo que suas raízes lhe fornecem. Mas, como uma realidade dinâmica, em constante devir, a identidade se mantém aberta ao futuro e susceptível de interpelações e enriquecimentos vindos de fora, razão pela qual assume e incorpora valores de cada época ou cultura, desde que estejam em harmonia com sua unidade de referência, à qual deve ser sempre fiel para não se diluir ou macular com a assunção de mentalidades e práticas incompatíveis ou até nocivas a seu espírito. A necessária interação entre fidelidade e criatividade deve ser precedida e acompanhada de senso crítico e cuidadoso discernimento, de modo a preservar a genialidade dos fundadores e despojar-se de formas inócuas e estruturas decadentes que tendem a encobrir o que realmente conta, ainda que tais formas e estruturas já tenham sido úteis em outras épocas.

A força comunicativa de um carisma não pode se retrair em face das novas sensibilidades e modelos culturais, em nome da mera preservação de costumes. Há momentos em que, para corresponder ao que realmente somos chamados a ser, ao que Deus espera de nós, temos necessidade de mudanças significativas e amplas, que nos permitam voltar ao essencial e, a partir dele, redefinir o que fazemos e como vivemos. É neste sentido que se pode ler o que escreveu, certa vez, Dom Helder Camara: “Feliz de quem entende que é preciso mudar muito para continuar o mesmo”.²⁵ Para crescer em fidelidade, é preciso *recriar com amor*. Sobre isso, refletiremos oportunamente na terceira e última parte deste estudo.

25 Sobre a relação de Dom Helder com a VC, ver o interessante artigo de J. Comblin: Dom Helder e a Vida Religiosa. *Convergência*, Brasília, jul.-ago. 2009.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. À luz do *núcleo identitário*, o que caracteriza essencialmente a VCA?
2. Quais as inspirações que o(s) fundador(es) de sua Congregação têm a oferecer para iluminar o processo de revitalização da identidade da VCA?
3. Como o ícone bíblico sugerido pode encorajar este processo?

Critérios de discernimento da realidade sociopolítica na missão da Igreja e da VRC

99

ROBSON SÁVIO REIS SOUZA*

O cenário sociopolítico brasileiro apresenta uma série de desafios para uma análise mais sistêmica da realidade em que vivemos. Não obstante, é nesses momentos de crise e questionamentos de valores éticos, estéticos e culturais que se fazem necessárias as tentativas de se “lançar luz” sobre os problemas, a fim de enfrentá-los e superá-los. A pretensão deste artigo não é uma análise exaustiva do cenário atual. Pretendemos, pelo menos, apresentar alguns elementos que podem nos auxiliar na árdua tarefa de compreensão do grave momento nacional.

Para aquelas e aqueles que, comprometidos com a missão da Igreja e da Vida Religiosa Consagrada, não podem se limitar a meros expectadores descompromissados da realidade, vale a lembrança do Papa Francisco, que sugere critérios para a ação do cristão na Igreja e no mundo:

(...) a ação evangelizadora inclui sempre a Igreja, a sociedade e cada sujeito individual como força renovadora e razão de ser da ação de todo Povo de Deus; é sempre discernimento das realidades concretas; é preferível à estabilidade e à estagnação; tem um foco concreto: a opção pelos pobres; o diálogo com o mundo social, cultural, religioso e ecumênico deve promover a cultura do encontro e a inclusão do outro na vivência da fraternidade e, por fim, a ação deve considerar a primazia do humano.¹

Numa sociedade capitalista, a combinação de grave crise política com relativa crise econômica abre uma janela

*** Robson Sávio Reis Souza** é licenciado em filosofia; doutor em Ciências Sociais; professor e coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas; articulista de jornais e sites; blogueiro; autor de vários artigos e do livro *Quem comanda a segurança pública no Brasil?*.

¹ Baseado no estudo 107 da CNBB, “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade”.

de oportunidades para o recrudescimento de discursos de diversos grupos de interesse em disputa pelo poder no seio da sociedade. Não podemos ser ingênuos, desconsiderando os vários interesses em jogo: são grupos que lutam pela manutenção do seu *status quo*; outros, que demandam a tomada do poder político pelas vias mais diversas; outros, que lutam pela ampliação de direitos numa sociedade marcadamente injusta e desigual social e economicamente...

É nesse contexto de disputas por mudanças ou pela manutenção de um estado patrimonialista, elitista e marcadamente concentrador de renda e riqueza que observamos a radicalização de discursos e práticas conservadoras, antidemocráticas e, no limite, que beiram ao fascismo.

A Igreja Católica não é isenta nem desinteressada neste contexto. Como instituição, que ainda concentra significativa força política, religiosa e cultural, sua ação, inação e/ou omissão ante os desdobramentos da crise marcarão profundamente os caminhos a serem trilhados pela sociedade brasileira no presente e no futuro. Não existe isenção em momentos de crise. Toda ação, omissão ou inação significam, objetivamente, tomada de posição, com suas consequências.

Analisando alguns aspectos da realidade brasileira

Desde 2013, presenciamos, não somente no Brasil, mas em várias partes do mundo, sinais de uma crise que, a rigor, pode apontar algo muito mais profundo, ou seja, o esgotamento do modelo capitalista. Esse esgotamento pode ser percebido em várias dimensões: esgotamento do ecossistema, da política, da economia (baseada na acumulação, especulação e no rentismo), das instituições tradicionais – incapazes de dar respostas neste contexto de mudança abruptas.

Quando analisamos a realidade econômica brasileira nos últimos anos, observamos que o modelo de

desenvolvimento iniciado no governo Lula (baseado na exportação de *commodities*, no acesso facilitado ao crédito – e consequente endividamento popular em grande escala –, no consumo de massa – puxado por uma descomunal e caótica expansão urbana) só foi possível pelo poder de compra de produtos brasileiros pelo mercado chinês, que subverteu todo o metabolismo do capitalismo global. Dito de outra forma, a circulação desenfreada e sem lastro de dinheiro foi a tábua de salvação do capitalismo na última década.

Porém, o lulismo também apresenta algumas desventuras: por exemplo, não convidou a classe média para o banquete. Paradoxalmente, os ricos e os pobres foram os grandes beneficiários das políticas públicas nos últimos anos.

Thomas Piketty² numa entrevista recente, demonstrou que o foco das tensões sociais está relacionado com a perda patrimonial da classe média, o que pode explicar, também, o crescimento da direita e do egoísmo social (não somente no Brasil). Segundo Piketty, na década de 1970, a classe média possuía cerca de 30% do patrimônio total. Hoje está mais próximo de 25%.³ Ao mesmo tempo, observa-se um aumento na concentração de renda nas mãos dos 10% mais ricos. Essa perda de posição da classe média, diz Piketty, poderia levar esse segmento para a extrema-direita: “quando não conseguimos resolver os problemas sociais de forma tranquila, a tentação é colocar a culpa no outro: trabalhadores, imigrantes, gregos preguiçosos etc.”.

É importante analisar o fato de que parte da classe média brasileira, historicamente acostumada com privilégios e não com direitos, bandeou para um discurso e prática que beiraram ora o radicalismo, ora o fanatismo. Ao invés de usar seu poderio político para a produção de uma agenda transformadora, baseada em ampliação da justiça social e equidade, ou seja, contra a concentração de renda nas mãos de poucos, segmentos da classe média direcionam seu discurso odioso para os pobres e para aqueles políticos e partidos que representariam tais extratos sociais.

2 PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI* [Título original: *Le capital au XXI e siècle*]. Rio de Janeiro: In- trinseca Ltda., 2014.

3 Segundo o IBGE, os 10% mais ricos no Brasil concentram 42% da renda nacional.

A violência, que sempre determinou a “ordem” das relações sociais no Brasil, tornou-se o recurso utilizado em doses cavalares por setores da classe média e da direita conservadora que tentam reposicionar-se num cenário de disputas reais e simbólicas. Não nos enganemos: a paz dos túmulos não existe mais. Dito de outra maneira, não haverá justiça social e igualdade no Brasil sem tocar nos privilégios historicamente acumulados e coniventemente aceitos, inclusive por parcela da Igreja Católica. Não é possível alcançar a paz sem perder nada.

E por falar em violência...

A violência no Brasil e, em especial, a criminalidade violenta, cresceu assustadoramente nos últimos anos, chegando a níveis inaceitáveis. A (in)segurança pública passou a se constituir um grande obstáculo ao exercício dos direitos de cidadania. Com medo da criminalidade crescente e não confiando nas instituições do poder público encarregadas na implementação e execução das políticas de segurança, percebe-se uma evidente diminuição da coesão social, o que implica, entre outros problemas, a diminuição do acesso dos cidadãos aos espaços públicos; a criminalização da pobreza (à medida que se estigmatiza os moradores dos aglomerados urbanos das grandes cidades como os responsáveis pela criminalidade e violência); a desconfiança generalizada entre as pessoas, provocando a corrosão dos laços de reciprocidade e solidariedade social; a ampliação de um mercado paralelo de segurança privada, que privilegia os abastados em detrimento da maioria dos cidadãos, dentre outros dilemas sociais.⁴

Para responder ao recrudescimento da criminalidade presenciados, por parte do Estado, uma série de medidas reativas. Em sua quase totalidade, essas medidas enfatizam o aumento do poder punitivo, simplificando, sem resolver, e, ao mesmo tempo, restringindo as noções de direitos e de cidadania. Um bom exemplo desse tipo de ação desproporcional do aparato repressivo estatal é a estratégia

4 SOUZA, Robson Sávio R. *Quem comanda a segurança pública no Brasil: atores, crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2015.

utilizada pelas polícias de ocupar as favelas usando, em muitos casos, exclusivamente a força policial. Os resultados se concretizam em inúmeros danos para a comunidade e para o poder público, como, por exemplo, o inaceitável aumento da letalidade da ação policial.

A segurança dos cidadãos é, em si mesma, uma questão que inclui os direitos e as garantias fundamentais e não o limite (desses direitos e garantias). Portanto, ao tratarmos da segurança pública como direito do cidadão defendemos a centralidade das políticas sociais e o aprimoramento institucional das agências policiais e judiciárias. Na resposta à questão do controle da violência está em jogo o tipo de contrato existente entre a sociedade e o Estado. Não podemos esperar uma solução mágica para o problema. O fato é que uma visão verdadeiramente universalista da segurança pública permitiria antecipar-se ao conflito com a satisfação dos direitos sociais, principalmente dos grupos mais vulneráveis.

É fundamental, portanto, repensar o lugar e as condições em que as forças de segurança se inserem na nossa sociedade. Ademais, é fundamental que as políticas de segurança explorem as capacidades institucionais e a consistência entre os níveis de governo (nacional, estadual e municipal), abandonando a ingênua ideia de que lideranças individuais em algum desses níveis, por si mesmas e por sua própria autoridade, resolverão milagrosamente os problemas.

Outros sinais da crise (ou do esgotamento de um modelo)

Uma crise sociopolítica se instala e agudiza quando uma combinação de fatores produz um clima a detonar disputas reais e simbólicas. Na crise política brasileira, alguns elementos são mais ou menos evidentes. Em primeiro lugar, mas não necessariamente nesta ordem, temos os dilemas do chamado presidencialismo de coalizão: um arranjo político que demanda capacidade de produção de agenda

política pelo presidente e habilidade na articulação com outros poderes, como o Legislativo. Comenta-se muito da rigidez da atual presidente Dilma Rousseff. Critica-se a mandatária pelo estivo centralizador e pouco aberto às composições e negociações. Mas não se aventa a hipótese segundo a qual a política do presidencialismo de coalizão é permeada de negociatas com a participação passiva dos mandatários. Neste sentido, o que seria um defeito da atual presidenta, visto de outro ângulo poderia indicar justamente o oposto.

Para além da crise do presidencialismo de coalizão, os analistas políticos apresentam também uma crise de representação, marcada pelo distanciamento entre representantes e representados. Adicionem-se neste cenário os limites da democracia representativa, os poucos e frágeis mecanismos de democracia direta e participativa, nossa cultura altamente individualista e pragmática, a criminalização da política pelos segmentos conservadores (oligopólios e mídia), a perversidade do mercado eleitoral (via financiamento privado das campanhas), a burocratização e centralização partidária e o papel seletivo desempenhado pela mídia e pelo Judiciário.

Além desses elementos, temos na configuração política brasileira elementos marcantes de uma longa tradição autoritária e elitista, a centralização unipessoal do poder (principalmente, no Poder Executivo), a concentração de poder nas mãos de elites políticas tradicionais (a facilitar o clientelismo), a corrupção e o desvio de recursos públicos, um sistema eleitoral defeituoso (principalmente pelo abuso do poder econômico nas eleições), a má organização partidária (extinção, fusão, multiplicação ilimitada de partidos e legendas; partidos *pragmáticos* ao invés de *programáticos*), além de outras questões como a desproporcionalidade da representação política dos Estados no Legislativo Federal; a baixa (ou a não) representação de segmentos sociais (indígenas, negros, mulheres) nos Parlamentos.

A ação das bancadas religiosas

105

A democracia no Brasil tem demonstrado que, historicamente, as elites político-econômicas podem até ceder em alguns momentos, mas, sempre, se rearticulam e voltam a dominar a pauta do Congresso. Depois da Ditadura tivemos uma primavera cívica que redundou na Constituição de 1988, mas logo na sequência amargamos governos que determinaram uma agenda neoliberal, voltada para o atendimento das demandas econômicas das elites tradicionais, repetindo a velha organização de favorecimento da Casa Grande em detrimento da senzala.

Com a eleição de Lula, em 2002, abriu-se uma janela de oportunidades, possibilitando alguns avanços no campo social. Porém, o governo do PT, como já discutimos anteriormente, em alianças com setores retrógrados da sociedade, não avançou em reformas estruturais e, contente com arranjos incrementais, acabou por alimentar uma ampla coalizão que hoje domina, em diversos setores e segmentos, uma agenda das mais conservadoras e perigosas.

Uma parcela importante dessa coalizão conservadora é formada por parlamentares cujos discursos moralista e conservador são identificados como sendo um discurso religioso. Fala-se muito da atuação conservadora da bancada evangélica. Mas o tradicionalismo moral que tem marcado a atuação da Frente Parlamentar Evangélica só avança graças ao apoio daqueles que se autodeclararam católicos. Uma pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) aponta que a bancada evangélica tem 75 deputados federais e três senadores. Portanto, cerca de 15% dos deputados. Significa que os outros 85% não são evangélicos e, destes, a maioria esmagadora se autodeclara católico.

É óbvio que as estratégias e os compromissos do principal líder da bancada evangélica, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (e parte do seu séquito), dão um *plus*, em certa medida, à sanha moralista, conservadora e

retrógrada dessa legislatura (ressalvando que existem parlamentares evangélicos identificados com pautas progressistas). Mas, como diz o velho ditado, “uma andorinha só não faz verão”.

O poder econômico, a votação da PEC 171, as bancadas religiosas e o financiamento empresarial de campanhas

Analisemos a votação de primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que diminui a maioria penal. Apesar de instituições de referência social e política, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), terem emitido várias notas públicas se posicionando contra (a redução), pode-se perceber que os deputados que se dizem católicos não aderiram ao chamamento da entidade. É verdade que, formalmente, não há uma bancada católica. Mesmo assim, aqui, cabe uma reflexão mais profunda: ao contrário da cobertura midiática que alardeia a incapacidade de produção de pauta política do governo federal, o que se pode perceber é que, neste contexto de crise ou de um modelo de organização social, as instituições, de maneira geral, estão nessa mesma vala comum. Ou seja, não são consideradas referências para as escolhas éticas, políticas e simbólicas. Afinal, além da CNBB, outras entidades que deveriam gozar de credibilidade na formação de consensos no Congresso, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Anistia Internacional e a OAB (que também se posicionaram contrariamente à PEC 171) não conseguiram pautar os parlamentares. Podemos concluir que, se tais entidades ainda gozam de poder, é também bastante provável que tenham perdido autoridade e prestígio nos últimos anos.

Porém, a novela da votação da PEC 171 foi um *replay* de outra votação: no final de maio, Eduardo Cunha fora derrotado ao tentar aprovar o financiamento empresarial de campanha. Menos de 24 horas depois da primeira votação, o presidente da Câmara realizou manobra regimental, votando novamente o tema e saiu vitorioso. Dezenas

de deputados mudaram seus votos da noite para o dia. (Em países com democracia consolidada, uma mudança na Constituição leva décadas sendo debatida. No Brasil, parece que a maioria dos parlamentares não tem receio do julgamento da história.)

A comparação da votação da PEC 171 com a votação do financiamento privado de campanha, e com o discurso moralista e de viés religioso que domina o Congresso, faz sentido. Podemos aventar a seguinte hipótese: o grande deus ao qual muitos parlamentares prestam seus serviços políticos e religiosos se chama dinheiro e, sendo um deus todo-poderoso num mundo dominado pela economia, é capaz de comprar tudo e não somente as consciências. Neste sentido, uma pergunta é fundamental: o atual Congresso representa, de fato, os interesses da sociedade?

O Papa Francisco nos interpela

Mas nem tudo está perdido. O Papa Francisco tem sido a voz dissonante nesse universo decadente da política institucional. Por exemplo, seu discurso em julho deste ano, na Bolívia (um pequeno e pobre país latino-americano cuja vitalidade cultural e étnica tem se destacado no mundo), abalou as crenças das elites político-econômicas do nosso continente. Simbolicamente, Francisco mandou um recado contundente aos herdeiros do colonialismo latino-americano que, vira e mexe, querem subjugar, pelo poder do capital, as nações deste continente.

Em seu pronunciamento claramente anticapitalista, durante o segundo Encontro Mundial de Movimentos Populares, em Santa Cruz de la Sierra, Francisco referiu-se ao sistema econômico como uma “ditadura sutil”. “A distribuição justa dos frutos da terra e do trabalho humano não é mera filantropia. É um dever moral.”

Como homem atento aos movimentos políticos e sociais deste continente e conhecedor dos mecanismos de dominação que historicamente impedem os avanços sociais na América Latina, o Papa chamou a atenção para a

concentração da mídia que, a serviço do capital, é o instrumento do “colonialismo ideológico”: “a concentração monopólica dos meios de comunicação social pretende impor pautas alienantes de consumo e certa uniformidade cultural”.

Francisco sabe que a dominação capitalista, que aniquila os pobres e beneficia uma pequena elite político-econômica, só pode ser superada com a “mudança de estruturas”. Assim, entre a elite econômica que se beneficia do sistema “muitos esperam uma mudança que os libere dessa tristeza individualista que os escraviza”. No meio de centenas de ativistas, entre os quais integrantes do MST (que tanto assustam as elites tupiniquins), sem-teto, indígenas e quilombolas brasileiros, o Papa perguntou: “reconhecemos que este sistema (capitalista) impôs a lógica dos lucros a qualquer custo, sem pensar na exclusão social ou na destruição da natureza?”.⁵

Para o Papa Francisco, a economia não deveria ser um mecanismo de acumulação, mas uma forma de administração da “casa comum”, que é o nosso planeta. E, portanto, a economia deveria garantir a todo cidadão os três “T”: terra, teto e trabalho.

Digamos juntos, de coração: nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhum povo sem soberania, nenhuma pessoa sem dignidade, nenhuma criança sem infância, nenhum jovem sem possibilidades, nenhum idoso sem velhice digna. Sigam a sua luta e, por favor, cuidem muito da Mãe Terra.

O capitalismo, em seu formato especulativo e rentista da atualidade, além de destruir as comunidades e as minorias étnicas e sociais, corrobora também a destruição do planeta, ao extrair violentamente todas as riquezas naturais, transformando-as em produtos comercializáveis.

Digamos sem medo: queremos uma mudança real, uma mudança de estruturas. Este sistema já não se aguenta, os camponeses, trabalhadores, as comunidades e os povos tampouco o aguentam. Tampouco o aguenta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco.

5 Esse discurso se insere no contexto da revolucionária encíclica *Laudato Si'*.

Aqui, o discurso de Francisco se conecta, com bastante clareza, com o argumento anteriormente apresentado segundo o qual há mais que uma crise política e econômica em curso. Trata-se do esgotamento de um modelo altamente individualista, excludente, explorador, produtor de um individualismo exacerbado que destrói a natureza, o outro e, no limite, tudo e todos.

É significativo, também, o mea-culpa do Papa em relação à cumplicidade da Igreja Católica com os poderosos latino-americanos, principalmente durante o período colonial.

Alguns podem dizer que, quando o Papa fala de colonialismo, ele se esquece de algumas ações da Igreja. Mas eu digo isso a vocês com lamento: muitos pecados foram cometidos contra os povos latinos em nome de Deus. Eu, humildemente, peço perdão, não apenas pelas ofensas da Igreja em si, mas também pelos crimes cometidos contra povos nativos durante a chamada conquista da América.

Amedrontados com o discurso contundente do Papa, os grandes veículos da mídia (como sempre parciais quando se trata de críticas aos poderosos ou ao capitalismo) preferiram focar toda a cobertura do encontro do Papa em questões assessorias, como no episódio da troca de presentes entre Evo Morales e Francisco. As elites político-econômicas da América Latina podem esperar. Mas é muito significativo que o Papa Francisco inclua em sua viagem países como Bolívia e Equador, que estão em luta aberta contra as oligarquias locais e as potências imperialistas da América do Norte e da Europa.

A mídia e a pseudoguerra do bem *versus* o mal

Presenciamos uma incestuosa relação no universo da comunicação de massa: parte do jornalismo está subjugada às conveniências do grande capital, conformado com os

interesses econômicos dos grandes oligopólios midiáticos (que determinam o que deve ser pautado, como, quando, de qual forma, recorte e viés), assim como o que deve ser publicado. Assim, o jornalismo transforma-se ora em mercadoria, ora produto de entretenimento: espetáculo, muitas vezes grotesco, a ser vendido de forma sensacionalista para o deleite do telespectador-consumidor.

As grandes redes de comunicação, as poderosas agências noticiosas, os grandes conglomerados da imprensa determinam o que deve ser divulgado e sob qual ótica os fatos são apresentados à opinião pública. Denunciam veementemente qualquer tipo de censura e, paradoxalmente, aplicam a censura em todos os seus produtos midiáticos.

Há muito se questiona a isenção e a imparcialidade dos meios de comunicação: suas relações imbricadas e promíscuas que envolvem os donos dos veículos (muitos dos quais, editores de suas empresas de comunicação) com setores conservadores e elitistas; a fragilidade de parte de seus quadros profissionais, subjugados (e impotentes) ante as determinações patronais; a cobertura dos fatos de modo enviesado e interesseiro; a naturalização e banalização da violência; a produção de um discurso preconceituoso, a fomentar o ódio e a vingança. Quem perde com essa situação é a democracia, que deixa de ter na imprensa o contraponto às mazelas sociais e políticas.

Restam esperanças: com a ampliação da internet e das redes sociais múltiplas vozes têm despontado no horizonte monofônico da comunicação de massa brasileira. Aqui, valeria uma reflexão mais profunda sobre a utilização dos meios de comunicação de massa pela Igreja Católica. Até que ponto os grandes veículos católicos rompem com a monofônica comunicação dos grandes conglomerados midiáticos e estão comprometidos com uma cobertura justa, formadora de consciência crítica a despertar à cidadania?

Observemos a cobertura que a mídia tem dado às denúncias de corrupção que assolam frequentemente nossa República. A imprensa tem desprezado o

aprofundamento das informações e demonstrado discricionariedade na cobertura. A guerra do bem *versus* o mal reproduz o velho estilo maniqueísta (uma forma de pensar simplista em que o mundo é visto como que dividido em dois, reduzindo os fenômenos humanos e sociais a uma relação de causa e efeito, certo e errado, isso ou aquilo; sendo que a simplificação nasce da intolerância ou desconhecimento em relação à verdade do outro e/ou da pressa de entender e refletir sobre a complexidade de tais fenômenos). Quase não se fala, por exemplo, sobre os corruptores, os donos do capital por detrás dos políticos corruptos. Será que a mídia deseja subjugar a opinião pública à opinião publicada?

Somos bombardeados com um vendaval de informações pontuais, muitas vezes descontextualizadas, passando a (falsa) impressão, por exemplo, de que todos os políticos e partidos são corruptos e desonestos. Ou que um partido é mais corrupto que o outro, ao apresentar somente um lado da informação, escondendo outras facetas da notícia ou mesmo da realidade dos fatos de forma deliberada. Essa situação tem provocando um misto de histeria coletiva de caça às bruxas, expressa na raiva, ódio e desilusão em relação aos políticos em geral, e, por outro lado, um imobilismo cívico – a ideia de que este país não tem conserto.

Outro fenômeno que ressurgiu nas últimas eleições foi um misto difuso de ódio e vingança, fazendo da disputa eleitoral uma verdadeira guerra, quando o processo democrático da escolha dos representantes deveria ser tão e somente um embate civilizado e respeitoso de ideias, opiniões e pontos de vista sobre os rumos do país. A quem interessa um país esfacelado?

Diante de tanta (des)informação, parece que estamos perdidos; que ninguém é honesto; que não vale a pena lutar pela ética, a verdade, a justiça. A mensagem subliminar seria, então, que vale a pena ser desonesto e chafurdar-se nas pequenas corrupções do dia a dia? É essa a mensagem sub-reptícia que nos é passada pela mídia?

O pior dos mundos é quando os cidadãos não reconhecem na ética, na verdade, na mobilização e na luta política os caminhos para as mudanças sociais.

O Judiciário, a violência e o discurso do medo e do ódio

O filósofo e cientista político esloveno Slavoj Žižek nos ajuda a pensar algo muito importante: a unificação de todos os nossos medos (e/ou discursos do medo) numa (falsa) verdade é o grande objetivo que sempre moveu os ideais dos mais conservadores e dos déspotas. Essa estratégia justificou o nazismo (os nazistas tinham horror dos judeus, dos homossexuais...) ou o golpe civil-militar de 1964 (medo do comunismo), por exemplo.

A soma dos muitos medos (os verdadeiros ou aqueles construídos no imaginário social) produz um ambiente propício para se criar um clima de pânico, instalar a desconfiança generalizada, propagandear uma insatisfação irracional, mesmo num ambiente institucionalmente normal e em funcionamento. A partir daí, pode-se construir os pseudo-heróis “salvadores da Pátria”; justifica-se o injustificável; elegem-se bodes expiatórios lançando-os à fogueira da condenação midiática.

Mesmo nos regimes ditos democráticos, a construção orquestrada do medo pelos segmentos cujos privilégios são colocados à prova pavimenta possíveis atalhos antidemocráticos. A partir da unificação dos medos é fácil acatar como verdade inequívoca o discurso do ódio, da violência, da eliminação a qualquer custo daquele que encarna os males e seus seguidores.⁶

Toda essa situação não pode ser desassociada do rescaldo odioso que ainda vigora no país depois das eleições, e não tem, efetivamente, nenhuma relação com a discussão do tema da divisão do país. Afinal, qualquer observador mais atento percebe que são muitos os brasis. A diversidade e a diferença que pululam em todos os cantos deste país explicitam as riquezas social, cultural, étnica, política do Brasil, antes ocultadas pela arrogância do Sudeste.

6 ŽIŽEK, Slavoj.
Violência: seis reflexões laterais. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

Outro problema sociopolítico vergonhoso, camuflado nesse cenário, é a intolerância, o racismo, o preconceito – principalmente de matriz socioeconômica –, o fascismo disfarçado de nacionalismo. Esses “demônios” saíram do armário (porque lá sempre estiveram) e seus adeptos (que se comportam como massa acéfala) querem se impor, afrontando a democracia.

Acrescente-se, por fim, a situação pouco republicana do Poder Judiciário brasileiro. Fala-se muito das mazelas do Executivo e do Legislativo, e com razão. Mas um estudo inspirador de Fábio Konder Comparato, um dos juristas mais respeitados do Brasil, publicado originalmente no site do Instituto Humanitas, comprova que o Poder Judiciário no Brasil é historicamente submisso às elites, corrupto em sua essência e comprometido com a injustiça.

O corpo de magistrados, entre nós, sempre integrou de modo geral os quadros dos grupos sociais dominantes, partilhando integralmente sua mentalidade, vale dizer, suas preferências valorativas, crenças e preconceitos; o que contribuiu decisivamente para consolidar a duplicidade funcional de nossos ordenamentos jurídicos nessa matéria. Ou seja, nossos juízes sempre interpretaram o direito oficial à luz dos interesses dos potentados privados, mancomunados com os agentes estatais.⁷

Infelizmente, alguns privilegiados de ontem não aceitam uma sociedade que tenta construir a igualdade de fato, para além da igualdade de direito. Querem se manter como diferentes, ostentando velhos privilégios da Casa Grande. Por isso, preferem morar e falar bem de Miami. Desconhecem o processo civilizatório, porque a conquista de direitos, mesmo lenta e gradual, é irreversível em qualquer sociedade minimamente democrática e plural.

A consolidação da igualdade de direitos faz parte do processo de ampliação da cidadania e é fundamento da democracia. Não há democracia numa sociedade estamental, como era o Brasil há algum tempo.

7 Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/222caderno-sihuideias.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Peregrinas com os peregrinos

115

300 anos da Congregação das Religiosas do SS. Sacramento – Sacramentinas

IR. ANA IDA CASO DE GODOY, R.S.S.S.*

Celebrar um jubileu é uma ocasião privilegiada para re-visitatar a própria história e também para partilhar as graças recebidas, o caminho percorrido, as descobertas e as esperanças.

O povo andino, com sua visão de mundo, pode nos ajudar a renovar nosso olhar sobre o passado e a acolher o futuro como um dom.

“Para o ocidental o futuro está aberto, é pura possibilidade, o passado, ao contrário, é algo fechado, enclausurado. O homem moderno” – disse Jean Ladrière – “é uma permanente fuga para frente, para o futuro.”

Para o povo andino, ao contrário, o passado está diante de nós com toda a sua riqueza de experiências concretas. Nas línguas aymara/quechua, as palavras “olhos” e “acontecimentos passados” têm a mesma raiz. Por outro lado, “futuro” e “costas” têm também a mesma raiz. Quer dizer: o futuro está atrás de nós, é aquilo que não vemos (Peña Cabrera Antonio, Perú, 2007).

O próprio Jesus os alcançou... (Lc 24,15)

Em 20 de agosto de 1670, na cidade de Privas, departamento de Ardèche, França, nasce Pierre Vigne.

O pano de fundo de sua vida é a violência contínua: quando ele nasceu, não fazia um mês que sua cidade natal havia assistido ao massacre dos camponeses da região de Roure,

*** Ir. Ana Ida Caso de Godoy** é Conselheira-geral da Congregação das Religiosas do Santíssimo Sacramento (R.S.S.S.), desde 2007. Reside em Valence (França), na Casa-Mãe. É pedagoga pela Faculdade de Educação da Bahia (1996) e pós-graduada em Psicopedagogia Escolar e Clínica pelo Centro de Estudos de Pós-Graduação Olga Mettig (2005); foi diretora do Colégio SS. Sacramento – Cachoeira (1997-1998) e formadora da etapa do noviciado (1999-2007).

que a ocuparam ao final de uma de suas insurreições devido à fome ocorrida ao longo de todo aquele século. Além disso, ele viveu o Grande Inverno de 1709, a peste de Marseille, a perseguição contra os huguenotes e a revolta dos camisards. Uma realidade de grande criminalidade num país onde, segundo as palavras de um contemporâneo de Pierre Vigne, “em Vivarais, mata-se um homem tão tranquilamente quanto em outras províncias se mata uma lebre ou uma perdiz”. No meio dessa violência, não muito diferente da que vive o mundo contemporâneo, Vigne não se tornou indiferente, mas escolheu dedicar-se aos mais pobres, deixando um rastro de bondade, respeito ao próximo, convite ao seguimento de Jesus (D. Alain Planet).

Sendo Privas um importante reduto protestante, após sua morte, muitas histórias surgiram divulgando a ideia de que Pierre Vigne e sua família tinham aderido à Reforma e que ele teria se reconvertido ao catolicismo após uma extraordinária experiência diante da Eucaristia. Estudos históricos realizados no processo que culminou com a sua beatificação não confirmaram esta tese. Ao contrário, demonstrou-se claramente a sua participação ativa na vida da Igreja Católica desde a infância.

Os relatos assimilaram o que se chamou a sua “conversão”, experiência decisiva que o levou a optar pelo sacerdócio, à conversão de Paulo de Tarso, de quem ele era grande admirador. Sua “queda do cavalo”, porém, teria se dado diante de Jesus Eucarístico, levado em viático, gênero de história bastante difundido na época, para reafirmar a fé na Presença Eucarística questionada pela Reforma.

O certo é que seu amor à Eucaristia, na qual ele contemplava toda a riqueza do Mistério Pascal, foi o centro de sua vida e de sua missão.

Optando pelo sacerdócio, escolheu seguir uma formação exigente, o que na época não era obrigatório. Profundamente missionário, quis anunciar o Evangelho aos habitantes das zonas rurais mais distantes. Ao mesmo tempo, escreveu livros nos quais utilizou uma linguagem

simples, com exemplos da vida do povo, que refletiam o estilo de suas pregações. Homem de grande cultura, adquiriu para si uma biblioteca e emprestava com prazer seus livros a seus colegas padres ou aos jovens, desejoso de partilhar com eles o conhecimento, favorecendo-lhes uma melhor formação.

Pierre Vigne é notável pela sua retidão na gestão transparente dos recursos materiais que ele colocava a serviço dos mais pobres e das paróquias que ele percorria, incessantemente, como missionário itinerante. Um bom exemplo num mundo ferido pela corrupção. Apaixonado pela Escritura, tecia suas homilias e seus escritos com os fios da Palavra de Deus, de modo que é difícil separar exatamente o que é dele daquilo que ele tomou da Bíblia. Contemplativo, descobria na Criação a linguagem que convidava ao amor do Criador e ao respeito pela Criação.

De uma experiência na vida religiosa com os Lazaristas de São Vicente de Paulo, guardou relações sólidas de amizade e um intenso ardor missionário, cujos métodos ele desenvolveu segundo sua inspiração pessoal, após decidir-se pela vida de sacerdote diocesano. Associou-se aos Padres do SS. Sacramento, uma fundação de D. Christophe d'Authier de Sisgaud (1609-1667), com quem compartilhava um profundo amor à Eucaristia e o apoio fraterno, sustentos para a sua missão.

"... A duas horas de viagem de Jerusalém"
(Lc 24,13)

Nos caminhos da sua missão, Pierre Vigne avista de longe um pequeno povoado chamado Boucieu-le-Roi. Impregnado de uma leitura recente sobre a Terra Santa e a Via Dolorosa, ele imediatamente identifica a localidade com "sua Jerusalém". Decide estabelecer-se aí e logo mobiliza a população local para a construção de uma Via-Sacra. Seu objetivo era anunciar o Evangelho ao povo, atento particularmente àqueles que não sabiam ler. O percurso da Via-Sacra se inicia com um tempo de ação de graças ao Criador

e conduz o peregrino por um caminho de 39 estações, da Quinta-feira Santa a Pentecostes.

“Algumas mulheres...” (Lc 24,22)

Uma vez terminada a construção das estações da Via-Sacra, em 1713, esta começou a atrair peregrinos de todos os povoados vizinhos. A disposição das estações não é linear e mistura-se nas fachadas das casas, dentro da igreja e nos campos e florestas ao redor da cidadezinha. Era necessário alguém para guiar os peregrinos.

Uma jovem, Marguerite de Nozières, se apresenta ao Padre Vigne e se propõe a ajudá-lo nesta tarefa. Devendo providenciar uma habitação para Marguerite, ele pensa em lhe confiar a educação de uma criança, filha do proprietário de uma casa que ela habitaria em troca de um modesto aluguel. Numa época em que as meninas pobres tinham poucas chances de frequentar a escola, Pierre Vigne e nossas primeiras Irmãs vão se inscrever entre os pioneiros da popularização da escola e, de modo especial, da escolarização da mulher.

Muito rapidamente, outras mulheres, algumas bem jovens e algumas viúvas, se juntam à Marguerite com a finalidade de “ensinar às jovens” e de acompanhar os peregrinos de Boucieu. Pouco tempo depois, Marguerite se retira do grupo, talvez para viver uma vida mais contemplativa. As demais Irmãs – como eram chamadas – continuam a caminhada.

No dia 30 de novembro de 1715, sete destas mulheres recebem uma cruz, sinal do estilo de vida que assumiam viver juntas. São elas: Louise Bouveyron, Marie Spéliat, Catherine Junique, Jeanne Rouveure, Marie Bosc, Jeanne Lalaye et Marguerite Rouveure. Alguns anos depois, em 1722, um primeiro grupo faz sua profissão religiosa.

Aos poucos, a Congregação nascente ultrapassou os limites de Boucieu e estabeleceu escolas em outras localidades da região como Rochepaule, Macheville e La Bâtie.

Em 1730, Antoinette Ponthier, sobrinha do Padre Vigne, que também tinha entrado na Congregação, escrevia: “Estamos aqui, onze religiosas associadas para formar regentes de classe que já enviamos a quatorze paróquias de diversas dioceses, onde elas instruem crianças e também moças, o que é muito importante, pois são as mães as primeiras educadoras de seus filhos”.

A atividade das Irmãs começa a se diversificar. Sabe-se que em 1739, por exemplo, elas assumem a missão de um hospital, em Die. Em 1740, quando morre Pierre Vigne, elas eram quase uma centena e estavam espalhadas em dezoito paróquias. Em 1787, a Congregação é legalmente reconhecida, na França, pelo Rei Luís XVI. Segue-se a expansão pelas regiões do Vivarais, Dauphiné e Provence. Neste momento, já existiam 40 comunidades.

“Não era preciso que o Cristo sofresse isso para entrar na sua glória?” (Lc 24,26)

Quando tudo parecia promissor, uma grande dispersão ocorre, consequência da Revolução Francesa, iniciada em 1789. Um dos pontos essenciais do programa revolucionário era a destruição das ordens religiosas. Como tantas outras congregações, as Irmãs Sacramentinas viram suas casas invadidas, saqueadas, fechadas. As comunidades praticamente desaparecem, com exceção de Boucieu, onde, segundo alguns documentos, sempre houve Irmãs, mesmo que, por um tempo, a primeira Casa-Mãe não lhes pertencesse mais. Expulsas das escolas e hospitais, muitas continuaram a praticar obras de caridade na clandestinidade, arriscando suas vidas.

Algumas escaparam da prisão graças à ajuda do Prefeito da cidade de Grignan. Ir. Santa Cruz, por exemplo, foi presa e estava destinada à guilhotina, da qual escapou somente pela queda de Robespierre.

As autoridades civis, porém, conscientes da desordem instalada nos hospitais com a expulsão das Irmãs, acabaram

chamando-as de volta a partir de 1795. Foi o caso, da nossa Congregação, nos hospitais de Tournon e de Valence.

Aos poucos, as relações entre Igreja e Estado começam a se acalmar. Assim, em 1803, Irmã Santa Julie Afforti solicita ao Governador Descorches, que tinha muita estima pela congregação, a casa de Saint-Just, que fica em Romans, para aí instalar a nova Casa-Mãe, o que é estabelecido por um decreto de Napoleão, de quem o governador era muito próximo. Esse período ficou conhecido como o “renascimento”.

De fato, cinco Irmãs aí se reencontram para recomeçar do nad.5 (, q)2-16. qo 0 T4 (n)-2 Tc 046(o p)h-2.4 (4 (31

muito corajosas expunham-se aos insultos dirigidos àqueles que abraçavam a vida religiosa. Os pais também não consentiam vê-las alvo dessas “loucuras”. Foi um período de muitas deserções.

Em consequência, alguns lugares de missão foram fechados. Ainda assim, em 1831, as audaciosas Irmãs conseguiram formar nada menos que 112 professoras e, em 1847, novos estabelecimentos foram abertos em resposta a solicitações.

O período de 1852 a 1869 foi marcado por grandes progressos sob a condução da Madre St. Joseph Bouvaret. Muitos foram os pedidos para que as Irmãs fundassem novos estabelecimentos: asilos, escolas, hospitais, pensionatos, orfanatos para meninos.

Nessa época, inicia-se a expansão fora do território francês. Em setembro de 1869, acontece a primeira fundação na Itália, na cidade de Subiaco. A aprovação das constituições da Congregação pelo Papa Pio IX se daria somente em 1872. A Congregação abriria uma casa em Roma em 1878. Em 1883, o Papa Leão XIII confia à Congregação a direção de uma escola para jovens em Carpineto Romano, sua terra natal, assim como um hospital.

Em 1874, é a vez de a Inglaterra receber a primeira comunidade sacramentina, em Londres. Depois, vieram outras como Brighton (1886) e Leicester Place (1889).

Leão XIII aprovaria definitivamente as Constituições da Congregação em 1885. A partir daí, ela se torna de Direito Pontifical.

Enquanto isso, na França, novas ondas de hostilidade religiosa se preparavam. Em 1901, Waldeck Rousseau, Presidente do Conselho Republicano francês, obteve do Parlamento a aprovação de uma Lei sobre as associações, que culminou com a separação entre Igreja e Estado. Essa lei exigia o cumprimento de certas formalidades por parte das Congregações, para que o exercício de seu ministério fosse autorizado. Em julho de 1902, seu sucessor Émile Combes, ex-seminarista, acentuou esta política no sentido anticlerical.

Enviou uma circular aos Governadores, ordenando o fechamento de suas escolas dirigidas por religiosos e religiosas num prazo de oito dias. Rejeitou, sem examinar, todos os pedidos de autorização que haviam sido encaminhados para cumprir a lei de 1901. Todas as escolas foram suprimidas. As Irmãs Sacramentinas da França foram expulsas de 56 escolas e de hospitais. A Congregação, porém, não foi dissolvida, graças ao título de Congregação a serviço dos enfermos. O Ministério da Saúde necessitava de hospitaleiras. Porém, isso não duraria muito tempo.

Retiradas do Mosteiro de São Justo, em Romans, obtiveram a permissão de transferir a Casa-Mãe para Valence, no departamento de Drôme, onde está até nossos dias. Tempo de muito sofrimento, mas tempo promissor de uma renovação missionária. Como sempre tem acontecido na Igreja, a perseguição gera dispersão, e a dispersão gera expansão!

Várias circunstâncias, nesse período, impediram a realização de projetos na Croácia, na Áustria e na Bélgica. Em contrapartida, a Inglaterra e a Itália receberam novas fundações. Pela primeira vez, a congregação se instala na Suíça, onde permanece durante 25 anos, dirigindo escolas primárias mistas e escolas de economia doméstica. Em 1903, em Mônaco, abre-se um pensionato para senhoras, mas a permanência, neste país, não durou muito tempo...

A Fundação de comunidades no Brasil, em 1903, surge, então, como a “salvação para o presente e a esperança para o futuro”. A história destas fundações é uma verdadeira epopeia que podemos descobrir através das cartas enviadas à França pelas pioneiras desde a viagem em navio para o Brasil até as primeiras implantações (entre março de 1903 e abril de 1905). Estas cartas foram publicadas em dois volumes com o título de “Páginas Íntimas”.

Madre Santa Emerenciana Vigne confiara a Ir. São Felix Baudet esta nova fundação. Ao mesmo tempo em que ambas desejavam ardentemente esta missão para além do oceano, Madre Santa Emerenciana se perguntava, numa de suas cartas: “Irei encontrar almas assaz generosas, para abandonar a Pátria, a família e o berço da Congregação? Aceitar a missão desconhecida?”.

E numa outra carta: “Para a missão no Brasil, cinco Irmãs, pelo menos, serão necessárias de início. A primeira foi facilmente encontrada: Irmã São Felix Baudet. Sua alma de apóstola, sua fé profunda, sua dedicação até o esquecimento de si mesma, seu espírito religioso e seu amor ao nosso caro Instituto são grandes e preciosos valores que eu e meu conselho apreciamos”.

A viagem deste primeiro grupo foi fixada para o dia 20 de março de 1903 e durou 14 dias. As cinco pioneiras foram: Ir. Saint Felix Baudet, Ir. Marie Hermann Colombet, Ir. Saint Rosalie Roche, Ir. Saint François Cotiaux e Ir. Félicité Tachetti.

As fundações se seguiram umas às outras, rapidamente. Em quatro anos, 120 Irmãs francesas, na sua maioria, mas também italianas e de outras nacionalidades, partiram para o Brasil em missão. Nessa época, em nosso país, ainda não havia muitas congregações religiosas, sobretudo nas cidades do interior.

No dia 11 de abril, elas se dirigem de navio para Cachoeira, na Bahia, e de lá, de trem para Feira de Santana, para assumir sua primeira missão: um orfanato. Chegaram no dia 12 de abril e foram recebidas com solenidade e festa! Encontraram um asilo em condições precárias com 27 órfãs, algumas filhas de pais mortos na guerra de Canudos, outras fugindo da fome ocasionada pela seca. O governo havia retirado as subvenções antes concedidas ao asilo o que tornava difícil a sua manutenção.

No início, as Irmãs eram enviadas, sobretudo, para as escolas e os orfanatos, mas algumas também para hospitais.

Em 1904, quatro Irmãs morrem de febre amarela em menos de dois meses, entre elas Madre São Felix, a grande líder do primeiro grupo e, de modo geral, de toda a implantação das Sacramentinas em terras brasileiras.

Enquanto isso, na Europa, entre 1914 e 1918, a Primeira Guerra Mundial espalha morte e destruição. Em 1915, a Congregação atingia o seu segundo centenário, mas os horrores desse tempo de guerra não permitiram exteriorizações de alegria. Estabelecimentos da Congregação abrigavam feridos, doentes, refugiados e órfãos, que contavam com o

serviço das Irmãs. Numerosas foram as que se destacaram como valorosas enfermeiras, até o esgotamento de suas forças.

No Brasil, com marcha lenta, mas segura, a Congregação progredia. De 1903 até nossos dias, um total de 38 fundações, 19 das quais estão em plena atividade.

Quando a Congregação se preparava para celebrar o bicentenário da morte de Pierre Vigne, começa a Segunda Guerra Mundial (1940-1945).

Nos hospitais, as Irmãs, mais uma vez, tiveram importante papel no cuidado aos feridos, servindo, indistintamente, os da sua Pátria como aos inimigos e arriscando suas vidas. Algumas quase chegaram a ser executadas, não fosse a intercessão de um sacerdote que sabia falar alemão e que interpelou os soldados inimigos, que acabaram por deixá-las com vida.

Anos se passaram e novas fundações se fizeram: em 1954, na Irlanda e, em 1964, na Espanha. Mas há muito se desejava dar um passo rumo ao continente africano. Assim, pois, no ano da beatificação de Pierre Vigne, 2004, uma comunidade internacional foi aberta na Tanzânia.

Ao mesmo tempo, no Brasil, buscou-se responder ao apelo da Igreja em relação à Amazônia e uma nova comunidade nasceu, inicialmente, em Itacoatiara, no Amazonas. Mais tarde, deixando esta implantação, uma comunidade foi aberta no Pará, na diocese de Conceição do Araguaia, estendendo-se atualmente a duas cidades: Sapucaia e Xinguara.

Hoje, a Congregação se encontra em sete países: França, Itália, Inglaterra, Brasil, Irlanda, Espanha e Tanzânia.

5. "Contaram o que se passara no caminho e como haviam reconhecido na fração do pão" (Lc 24,35)

Como evoluiu a missão da Congregação ao longo destes anos? Nos primeiros tempos, grande parte da missão das Irmãs Sacramentinas foi voltada para a educação, mesmo que, em determinados momentos, os hospitais tivessem uma grande importância. No início, quase sempre, as

fundações compreendiam ao mesmo tempo um hospital e uma escola. Muitas vezes, a renda da escola servia para a manutenção do hospital.

Porém, Pierre Vigne e as primeiras Irmãs não se dedicaram a desenvolver e escrever uma teoria da educação. Eles, certamente, conheceram a influência de educadores de sua época e traduziram para a sua prática algumas atitudes e diretivas que eles julgaram coerentes com a sua concepção de ser humano e com os objetivos da educação cristã. Pierre Vigne nos legou uma “mística” da educação, através de um Regulamento de Vida escrito por ele e publicado em 1737, no qual ele consagra alguns capítulos à educação da juventude. Em síntese, o fundamento desta prática educativa é o amor, um amor que deseja o bem do outro, que favorece uma boa convivência e semeia os valores do Evangelho.

“É a afeição que os faz aceitar as sugestões do mestre.”

“Os bons princípios devem ser engendrados na infância. As primeiras tintas de um tecido se fixam melhor que as segundas.”

“Oferecer bons livros, evitando os nocivos. Não devemos confiar um objeto cortante a uma criança, pois ela se feriria. Igualmente, não deixamos uma serpente em seu quarto.”

“Evitar dizer alguma palavra à criança, que depois ela seja obrigada a esquecer.”

Qualquer que fosse a sua missão, desde os inícios da Congregação, as Irmãs jamais deixaram de lado o que era a sua marca principal: acompanhar os peregrinos da Via-Sacra de Boucieu-le-Roi. Pierre Vigne também lhes confiou a tarefa de fazer as leituras na igreja e revezar-se diante do SS. Sacramento.

Com o passar do tempo, o acompanhamento aos peregrinos e às peregrinas foi se adaptando segundo as necessidades do mundo de hoje, se diversificando para responder aos desafios da atualidade.

Assim, escolas gratuitas foram anexadas aos colégios e houve inserção no Movimento de Educação de Base, na zona rural. Comunidades pastorais foram fundadas nos meios populares, em cidades pequenas ou na periferia dos grandes centros. Obras sociais surgiram no Brasil. O trabalho da saúde foi se diversificando, com o acompanhamento de pessoas idosas ou doentes em domicílio ou em instituições. E ainda o acompanhamento de mulheres em dificuldade, assentamentos rurais, missão nas zonas ribeirinhas ou desmatadas do Amazonas.

O ardor missionário dos primeiros tempos encontrou mil maneiras de se expandir e de responder às necessidades do povo de Deus.

Não ardia em nós o nosso coração
quando ele nos falava no caminho
e nos explicava as Escrituras? (Lc 24,32)

O que faz arder o coração de uma sacramentina? É Jesus, no mistério da sua Páscoa. A Congregação nasceu trilhando um caminho de contemplação do Mistério Pascal, do “amor até o extremo” de Jesus Crucificado, renovado sem cessar na Eucaristia (Jo 13,1). Jesus, o Belo Sol da Igreja... Jesus na cruz, o mais belo livro... são expressões de Pierre Vigne que ecoam em nossos corações.

A adoração eucarística nos ajuda a permanecer na sua presença e encontrar nele nossa força e alegria. Este tempo gratuito passado com o Senhor, como diz o Pe. Thierry Lambolay, é uma pedagogia “pela qual reaprendemos a fazer uma só coisa de vez, com perseverança e em silêncio”.

Nossa oração também se exprime através de prosternações: “Eu vos adoro, SS. Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, cuja glória enche o universo...” são as palavras que abrem e concluem nosso dia.

Hinos eucarísticos inspirados na Palavra de Deus exprimem nosso louvor a Jesus presente na Eucaristia: “Glória a Ti, Senhor Jesus, Deus que tanto nos ama...”. Estes hinos

são uma herança dos Padres do SS. Sacramento. É importante dizer que esta associação foi dissolvida na Revolução Francesa e nunca mais se restabeleceu. Assim, nos tornamos as únicas herdeiras de seu rico patrimônio espiritual.

À luz do que faziam as primeiras Irmãs, na Via-Sacra de Boucieu, a Palavra e a Eucaristia constituem o alimento para que possamos acompanhar nossos irmãos e irmãs no caminho da vida, que é caminho pascal. Qualquer que seja nossa missão, somos chamadas a caminhar ao lado de nossos irmãos e irmãs, especialmente os que mais sofrem, escutá-los, repartir com eles o pão da Palavra e da Eucaristia, o pão de cada dia, a vida... Semear a esperança da Ressurreição em toda parte aonde somos enviadas...

No último Capítulo geral, em 2013, as Irmãs expressaram por imagens trazidas de todas as comunidades a sua compreensão do carisma: fonte, trigo brotando, massa de pão, pão partilhado, ponte, arco-íris, caminho, ciranda.

Em Maria, Nossa Senhora do SS. Sacramento, encontramos uma companheira de vida e de missão. Ela, que gerou Jesus, nos ajuda neste caminho de abertura para que ele seja também gerado em nós e, assim, possamos levá-lo ao mundo.

7. "É verdade! O Senhor ressuscitou!" (Lc 24,34)

Celebrar 300 anos de fundação nos tem proporcionado muitos momentos de aprofundamento de nossas raízes, de redescoberta do caminho percorrido. Guardando preciosamente a memória do nosso passado, reinventando a cada dia aquilo que é fonte de fecundidade, lançamos sementes plenas de esperança rumo ao futuro, arriscando novos passos.

Podemos também dizer, com imensa gratidão, que “só enxergamos melhor porque estamos sobre os ombros de nossas predecessoras” (Jean Luc Martinez).

Este tem sido um tempo rico de ação de graças, de perdão e de esperança, tempo que reaviva em nós a força da ressurreição e que clareia nosso olhar para reconhecermos que Jesus sempre esteve conosco ao longo do nosso caminho!

Referências

- BUIANAIM, Ir. Maria Jeanne d’Arc, R.S.S.S. *Atividades Educacionais da Congregação Sacramentina*. Tese de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba, SP, 1983. Publicado em 1991.
- _____. *Pe. Vigne Missionário e Educador*. São Paulo: Loyola, 1990.
- CONGREGATION DES SŒURS DU SAINT SACREMENT. *Pages Intimes 1903*. Imprimerie Valentinoise, 1904.
- _____. *Pages Intimes (Deuxième Série) 1904-1905*. Imprimerie Valentinoise, 1905.
- _____. *L’éducation de la jeunesse selon Pierre Vigne*. Collection: Règle de Vie hier et aujourd’hui II, 1981.
- CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS DO SS. SACRAMENTO. *Evangelizando em Terras de Santa Cruz – Brasil – 1903 a 2003*. Revista publicada na ocasião do centenário da Congregação no Brasil.
- GEREST, Annie; CONGREGAÇÃO das Religiosas do SS. Sacramento. *Pierre Vigne, a caminho com os humildes*. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 2013.
- LAMBOLEY, Pe. Thierry, SJ. *A experiência do tempo na Vida Religiosa*. Palestra: Quando os meios de comunicação nos aceleram. Paris: Centro Sèvres, março de 2013.
- MENEZES, Ir. Maria Verônica, R.S.S.S. *Sacramentinas no Brasil de 1903 a 1978*. Salvador: Escola Gráfica Nossa Senhora de Lorêto, s.d.
- VERNET, Mons. Félix. *História da Congregação: religiosas do SS. Sacramento de Valence – 1715 a 1940*. Tradução de Ir. Maria Verônica Menezes, R.S.S.S. Lyon, França: Editora M. Lescuyer, 1941.

Animação Vocacional

Desafios e perspectivas na alegria da Vida Consagrada

129

IR. MÁRCIO HENRIQUE FERREIRA DA COSTA, FMS*

Chamados a viver!

Somos chamados à vida. Deus é quem toma a iniciativa de nos chamar para a fundamental tarefa de viver. Não podemos refletir vocação sem falar da existência. Sem falar de nossa responsabilidade de cuidar com amor do dom mais precioso que Deus nos ofereceu. E, ao nos oferecer, nos dotou de beleza, de inteligência, de dinamismo, de força, nos fez ser íntegros, capazes de pensar, refletir e agir. Precisamos, diante disso tudo, dar uma resposta a Deus, resposta essa que se reflete em nossa própria vida através de cuidado, entrega, doação e gratuidade nas relações interpessoais, na relação com a natureza e na relação com o próprio Deus.

Inicialmente, experimentamos a leveza da vida. Entendemos que a vida é um dom de Deus, a nossa experiência merece ser louvada e agradecida. Compreendemos que dom é gratuidade. Manifestação da bondade em nosso caminho. Assim sendo, a vida necessita ser festejada, respeitada e amada. Ao nascermos somos recebidos com festa e muita alegria (Antonio Alvimar, 2013).

Diante desse mistério da vida, podemos perceber que, para refletir sobre vocação, é fundamental compreender Deus como maior inspiração. Como Animadores Vocacionais somos convocados a refletir sobre a vida com os/as vocacionados/as, que por vezes se encontram “desorientados”, “desnorteados”, em busca de soluções e de respostas

*** Ir. Márcio Henrique Ferreira da Costa** é religioso da Congregação dos Irmãos Maristas. Nasceu no ano de 1985, em Aracoiaba/CE, Brasil. É bacharel em Teologia pela PUC-PR, atualmente cursa Psicologia na Universidade Católica de Brasília, desenvolve assessorias para diversas Congregações na área de Animação Vocacional. Hoje, reside em Brasília, exercendo a função de Coordenador da Animação Vocacional na Província Marista Brasil Centro Norte. **Endereço do autor:** QSD, área especial, 01; 72020-000 – Taguatinga Sul – DF.

para suas tantas inquietações. Não nos cabe apresentar-lhes respostas prontas, mas ajudá-los a encontrar o melhor caminho para viver com intensidade e plenitude a vida.

Nossa missão, enquanto Animador Vocacional, tem como maior referência Jesus Cristo, que, por sua vez, é o Animador Vocacional por excelência. No Evangelho de Lucas, na perícopé dos discípulos de Emaús (Lc 24), Jesus toma a iniciativa de se aproximar dos “vocacionados” e caminhar com eles, independentemente do contexto, da realidade, da cultura e do gênero. Deseja, inicialmente, “conhecê-los” e “escutá-los”. Talvez essa seja a primeira iniciativa a ser tomada por um Animador Vocacional: precisamos nos aproximar dos jovens, sem nossos *pré-conceitos*. Em seguida, Jesus toma a liberdade de “questioná-los” sobre a realidade que eles partilham. O diálogo do Animador Vocacional com o vocacionado passa pelo caminho da partilha de vida. Mas temos o dever de ajudar o vocacionado a fazer o discernimento. O caminho do discernimento, por sua vez, passa pelos questionamentos, para que o vocacionado encontre a melhor resposta pessoal ao chamado de Deus. Tudo isso exige de um Animador Vocacional que percorra um caminho, vivenciando um itinerário com o vocacionado.

Itinerário e processo vocacional

Ao falar de itinerário, pensa-se em caminho, em processo, em etapas, em momentos, em fases fortes e marcantes que norteiam nossas vidas. Aqui vamos fazer uma abordagem de itinerário na perspectiva vocacional. Por essa razão, a palavra itinerário ganha peso motivacional e simboliza um grande caminho a ser feito com o/a outro/a. O percurso que Jesus faz com os discípulos, de Jerusalém a Emaús (Lc 24,13-35), é um paradigma para o itinerário vocacional. Se essa caminhada é entendida como uma ação vocacional, entendemos que dentro dela se desenvolve todo o processo vocacional necessário para conduzir um/a vocacionado/a a uma opção de vida.

Compreendemos aqui a diferença entre duas palavras-chave na ação vocacional: *itinerário* e *processo*. O itinerário deve ser o sinal de que a ação vocacional exige uma profunda caminhada entre as etapas *despertar*, *discernir*, *cultivar* e *acompanhar*, marcando entre elas o início, o meio e o fim da caminhada vocacional. O processo, por sua vez, acontece nesse caminho, se desenvolve a partir das relações que inclui conhecimento mútuo, diálogo, partilha de vida, acolhimento, celebração, exercício de memória orante, opção pessoal e compromisso missionário.

Podemos dizer que o caminho percorrido pelos discípulos, de Jerusalém a Emaús, é o itinerário vocacional. O *processo*, por sua vez, acontece dentro do itinerário. Por essa razão, faz-se necessário compreender o que acontece em cada momento; ajudar o vocacionado a viver com intensidade cada passo do amadurecimento vocacional e, sobretudo, a encontrar clareza e consciência diante de suas escolhas na vida. Nesse itinerário devem ser contempladas as quatro etapas: despertar, discernir, cultivar e acompanhar.

Pastoral Vocacional e Animação Vocacional

Tendo como base e maior referência para o trabalho vocacional a pessoa de Jesus Cristo, antes de refletir sobre cada etapa vocacional, precisamos compreender que movimento queremos construir para refletir sobre vocação. Para isso, vamos resgatar alguns retalhos da história vocacional em nossa Igreja. Observando a perspectiva vocacional histórica, a Igreja tem trilhado e nos apontado um novo caminho de ação vocacional. Esse novo caminho tem sido discutido nos congressos vocacionais da Igreja no Brasil e por alguns teóricos da Animação Vocacional, como nosso saudoso José Lisboa. Hoje, talvez, um dos maiores desafios para nós, consagrados e consagradas, seja conciliar nossas particularidades institucionais com o que a Igreja sinaliza em relação à Animação Vocacional, de forma criativa e inovadora.

Esse novo caminho, apontado por nossa Igreja, sinaliza uma trajetória importante e uma mudança no modo de compreender a ação vocacional. Quando olhamos para a história da Igreja, antes do Concílio Vaticano II toda e qualquer ação vocacional estava reduzida à vocação sacerdotal. O Concílio apresentou o novo modo de ser Igreja, “Igreja povo de Deus”. Com isso, o significado de vocação foi ampliado. Isso implica que, a partir de então, todos os homens e mulheres são chamados por Deus e convidados a dar uma resposta.

Esse contexto apresenta-nos a necessidade de compreender a trajetória de uma *Pastoral Vocacional* para uma *Animação Vocacional*. Na análise de José Lisboa, este trajeto se faz necessário ser compreendido, porque apresenta uma possibilidade de solução para “salvar nossa Igreja da grande crise vocacional que se vê e se fala”. O fato é que se vê, ainda hoje, em nossa Igreja, que se atua diretamente com Pastoral Vocacional. Entretanto, o termo “pastoral vocacional torna-se redutivo, uma vez que a preocupação com as vocações fica limitada ao âmbito dos pastores”. Minha reflexão deseja, portanto, despertar e esclarecer que podemos encontrar outras possibilidades e caminhos com o termo “Animação Vocacional”.

Se todos somos chamados por Deus, faz-se mais que ne

Podemos até nos questionar quanto ao sentido dos termos. Mas compreendemos que na realidade existem diversas formas de atuação vocacional que estão totalmente ligadas à Pastoral Vocacional e à Animação Vocacional. O que deve ficar claro, entretanto, é que não existe melhor forma ou melhor modelo de atuação vocacional. Faz-se necessário compreender o sentido e a identidade de trabalhar com Pastoral Vocacional e trabalhar com Animação Vocacional para que se saiba vivenciar valores de ambas as partes com o/a vocacionado/a de hoje.

Podemos elencar aqui características que ainda são peculiares daqueles que fazem Pastoral Vocacional e daqueles que atuam com Animação Vocacional.

Pastoral Vocacional

- A preocupação maior é com a etapa do despertar.
- Cultura do “arrebanhamento” vocacional: quanto mais vocações, melhor!
- O chamado é direcionado à vocação específica; não se reflete e não se apresentam outras possibilidades vocacionais aos jovens.
- Agregamos os seguintes termos à Pastoral Vocacional: *recrutamento vocacional* e *arrebanhamento vocacional*.

Animação Vocacional

- A preocupação maior é ajudar o/a vocacionado/a a vivenciar as quatro etapas (*despertar, discernir, cultivar e acompanhar*).
- Acredita-se em um trabalho vocacional com tempo, que proporcione ao jovem vivência profunda de um itinerário.
- Apresentam-se ao jovem diversas possibilidades de opção vocacional, para que ele faça opção vocacional por consciência, por identificação e encanto.
- Agregamos os seguintes termos à Animação Vocacional: *acompanhamento vocacional* e *orientação vocacional*.

O itinerário vocacional e suas etapas

Agora, sim, conscientes da possibilidade de ampliar nosso trabalho vocacional, podemos discutir sobre as etapas vocacionais. Apresento-lhes, portanto, alguns questionamentos importantes ligados ao que já refletimos nos tópicos anteriores: Estamos dispostos a nos aproximar dos jovens? A conhecê-los? A caminhar com eles? Escutá-los? Questioná-los? Sentar à mesa com eles? Partilhar o pão? Revelar Jesus?

Esses questionamentos podem nos ajudar a compreender que assumir um itinerário vocacional exige de nós despojamento, compromisso, seriedade, disposição, paciência, respeito ao acompanhante e seu ritmo, ter convicção de que o vocacionado deve responder seus próprios questionamentos e, sobretudo, compreender que somos mediadores no processo. Ser mediador é ser sinal significativo na vida de quem está no caminho vocacional. Só pode ser mediador/a aquele/a que tem consciência primeiro do seu próprio chamado vocacional. Depois, deve ser uma pessoa que goste e que esteja disposta a fazer caminho com o/a vocacionado/a. Tendo em vista esse grande desafio, podemos mergulhar em cada etapa vocacional e entender um pouco o sentido de cada uma no Itinerário Vocacional.

Despertar vocacional

O despertar vocacional é o início de toda a caminhada. O grande desafio para nós, religiosos/as, é justamente fazê-lo de forma criativa, profunda e organizada. Precisamos estar dispostos a gastar tempo com o despertar vocacional. Ele deve ser marcante na vida dos/as vocacionados/as. É o tempo em que o jovem já apresenta interesse, inquietação e profunda vontade de conhecer-se e entender o que Deus tem como plano em sua vida. Duas reflexões para ampliarmos a dimensão do despertar: primeira – quebrar o paradigma de que o acompanhamento vocacional é único e exclusivamente para quem vai ser

religioso ou sacerdote; segunda – o despertar vocacional, na lógica da Animação Vocacional, é muito mais amplo do que somente a escolha específica. É um chamado à vida. Precisamos, portanto, cuidar dela. Ser feliz e encontrar o caminho da plenitude. O despertar é um tempo. Deve ser claro ao jovem o entendimento de que antes de qualquer escolha vocacional específica precisamos nos preocupar com o chamado à vida.

A etapa do despertar vocacional apresenta como objetivo: “Levar todas as pessoas que fazem parte da comunidade cristã a tomar consciência de que são chamadas pelo Pai, por meio de Jesus Cristo, na ação do Espírito, para uma missão bem específica na Igreja”. Uma etapa permanente e voltada para todo o povo de Deus, que deve ser “sacudido” para se comprometer com o Reino de Deus.

Essa etapa acontece progressiva e simultaneamente em três dimensões:

1. *Dimensão humana da vocação*: Nosso primeiro chamado é para sermos pessoa humana, cultivando aqueles valores que nos conferem dignidade. Às vezes, fracassamos em nosso itinerário vocacional porque queremos que os jovens abracem uma vocação específica quando eles ainda nem conseguiram se reconhecer enquanto pessoas humanas. Não podemos queimar etapas. Refletir sobre nossa humanidade é fundamental no itinerário.
2. *Dimensão cristã da vocação*: Despertar para a vivência do compromisso batismal, para o exercício fiel da missão, que nasce a partir do Batismo que recebemos. Também, aqui, costumamos errar muito, pois, com muita facilidade, tendemos a logo transformar pessoas em padres, religiosos(as), sem antes nos perguntarmos se tais pessoas são, de fato, cristãs. Consequências: padres, religiosos(as) com sede de poder, de dominação, com manias autoritárias, incapazes de dialogar, de perdoar e, sobretudo, incapazes de amar. A dimensão cristã nos faz olhar para Cristo; perceber que devemos nos inspirar nele, nas atitudes dele, nas palavras dele; e, antes de qualquer escolha específica, fazer opção de estar com ele.

3. *Dimensão eclesial/ministerial da vocação:*

com coisas desagradáveis aos seus olhos, que estão no fundo do oceano, degradando aos poucos a natureza bela.

A experiência do Discernimento é, justamente, esse mergulho. Mergulhamos dentro de nós mesmos, nos deparamos com nossas belezas e nos encantamos com elas. Certamente, encontraremos também nossas mazelas, fraquezas e desafios pessoais, que também fazem parte de nós e precisam ser reconhecidos para darmos passos significativos no Discernimento.

A experiência do mergulhador nos ajudará a compreender que não podemos viver com o que temos de fraquezas e mazelas. Mas precisamos tomar conhecimento e consciência delas, para evitá-las em nossa vida, e tentar manter nosso oceano sempre limpo. No acompanhamento vocacional, o jovem que está no Discernimento deve fazer um caminho de purificação de suas motivações. Deve encontrar-se com sua integralidade, ou seja, suas belezas, suas forças, suas fraquezas, limitações. E saber que, com tudo isso, Deus continua a chamá-lo e a lhe conferir uma missão.

O Discernimento deseja aprofundar dimensões importantes do itinerário. Por isso, deve ser um tempo bem maior para que o vocacionado viva uma profunda descoberta de si mesmo, do outro e de Deus em sua vida. É um momento em que, constantemente, precisamos olhar para a pedagogia de Jesus, sondar as intenções, alertar para a radicalidade e a seriedade da opção. Muitas vezes, limpar o caminho, remover obstáculos, ajudar a clarear o que se busca.

Elementos que não podem faltar no Discernimento

- Nesse momento, deve-se dar especial atenção não apenas às aptidões do(a) candidato(a), mas às suas reais motivações. O que realmente está levando essa pessoa a buscar este tipo de vocação específica?
- Para isso é indispensável conhecer bem o(a) vocacionado(a): sua história, sua cultura, sua família.

- No caso em que as motivações se revelem inválidas ou imaturas, isto é, infantis, fantasiosas, irrealis, egocêntricas, não sendo possível uma mudança, o Discernimento deve levar a pessoa a desistir de forma definitiva ou, até, que aconteça a conversão.
- Sendo o Discernimento algo tão complexo e delicado, é importante que ele seja feito com a ajuda de uma equipe com pessoas experientes em várias áreas: psicologia, pedagogia, espiritualidade, teologia, família.
- As principais atividades dessa etapa são: Direção Espiritual, Orientação Psicológica e Encontros de Discernimento.

Cultivar vocacional

Nesta etapa, supõe-se que o/a vocacionado/a já tenha feito uma profunda caminhada de Discernimento. Certamente, depois de tudo o que ele/a vivenciou, refletiu e experimentou, já tenha claro em seu coração aquilo que se encantou e que deseja escolher como vocação específica. Vem aí a necessidade de viver a etapa do cultivar que, por sua vez, deseja ajudar o/a vocacionado/a a encontrar-se com as verdadeiras motivações que o/a fazem escolher tal opção.

A etapa Cultivar é um momento em que o vocacionado se confronta com a opção que ele busca. Nesse momento deve ficar claro para ele os benefícios, os riscos e as responsabilidades de sua opção. Por isso é necessário oferecer-lhe elementos fundamentais para que ele faça um processo de identificação. É também fundamental a dinâmica do testemunho. O vocacionado precisa ter contato, experienciar e conhecer o que ele deseja para a vida dele.

Sem dúvida, podemos dizer que essa etapa do itinerário é um momento de fortalecer o desejo que o jovem manifestou na etapa de Discernimento. Aqui é de extrema importância o acompanhamento pessoal, a orientação do Animador Vocacional e, conseqüentemente, não deixar que o jovem se perca em seu projeto de vida. Podemos dizer que “Cultivar Vocacional” é descobrir mais a fundo os sinais do chamado

divino, verificados e percebidos durante todo o processo. Isso requer dizer que não basta constatar a existência de sinais autênticos de vocação. É preciso que haja um espaço de tempo reservado para “alimentar” esses sinais.

Não se pode passar imediatamente do Discernimento para a opção por uma vocação específica. A pessoa precisa ser preparada para tal opção, e o Cultivar é esse tempo de preparação. É preciso superar o imediatismo que tantas vezes caracteriza o processo de itinerário vocacional. O medo de perder vocações leva tantas vezes à pressa, à precipitação. Muitas vezes falta eclesialidade no itinerário vocacional: desejar vocações para a Igreja. Por isso, já o Discernimento é bitolado, redutivo, direcionado. O(a) jovem termina optando por não conhecer alternativas.

Sendo essa uma etapa que visa alimentar, desenvolver, reforçar a opção amadurecida no período de Discernimento, convém que ela seja caracterizada pelo aprofundamento, em três níveis:

1. *Espiritual*: O(a) vocacionado(a) deve ser levado(a) a fazer uma experiência, cada vez mais intensa, de comunhão com a Trindade, a partir da opção que está sendo feita. Uma atividade que poderá ajudá-lo muito é a Leitura Orante da Bíblia.
2. *Comunitário*: Independentemente da opção vocacional que escolhermos, precisamos com urgência ser pessoas comunitárias, capazes de partilhar o pão, de cuidarmos uns dos outros, de nos relacionarmos com sabedoria e, nessa relação, fortalecer nossa identidade vocacional.
3. *Missionário*: Certamente, a experiência de compreender a opção vocacional como uma missão pode ajudar o vocacionado a ser mais consciente de sua escolha, a entender que Deus não o chamou por acaso, mas para viver uma experiência profunda de missão. A missão, por sua vez, deve tocar o coração do vocacionado, a ponto de compreender que sua opção deve ser também um compromisso social, humano e gerador de vida.

Acompanhamento Vocacional

Podemos fazer a seguinte reflexão acerca do Acompanhamento: ele pode ser uma etapa como as outras; entretanto, creio que deva ser trabalhado no itinerário vocacional, em todas as etapas, devendo perpassar todo o caminho vocacional. Se o colocamos como uma etapa exclusiva, podemos perder a força do acompanhamento nas outras etapas.

Um dos nossos maiores desafios é lidar com o Acompanhamento Vocacional. Se o itinerário que nos propomos fazer com o/a vocacionado/a for criativo, tenha profundidade em cada etapa, metas, perspectivas, certamente exigirá de nós maior compreensão em como acompanhar as vocações. Trata-se de encontrar em todas as etapas as verdadeiras motivações, o verdadeiro sentido do processo que ele está vivenciando.

Se o Acompanhamento Vocacional é levado a sério pelo Animador Vocacional, no sentido de garantir que os processos e a conversa pessoal com o vocacional aconteçam, certamente o processo será vivenciado com muito mais profundidade pelo vocacionado. Este é o compromisso que devemos assumir no itinerário vocacional: fazer a experiência que Jesus faz com os discípulos de Emaús de se aproximar, conhecer, caminhar com os vocacionados e ajudá-los no acompanhamento pessoal e grupal.

Para que o Acompanhamento seja bem realizado são necessárias: paciência, calma, espera, firmeza e coragem da parte de quem acompanha. Faz-se necessária a presença constante do(a) orientador(a) vocacional durante o processo. Essa pessoa é aquela que sempre “estende a mão” ao(à) vocacionado(a). Seu papel não é ser “muleta”, que gera dependência e estagnação, mas ser companheiro(a) de caminhada, ajudando sempre mais a pessoa a firmar-se e a andar com os próprios pés.

Na concepção de José Lisboa:

Os métodos de acompanhamento devem libertar e não amarrar o(a) vocacionado(a). As pessoas precisam vencer os próprios condicionamentos que impedem uma resposta

verdadeiramente livre. Ao mesmo tempo, não devem ser condicionadas por nada e por ninguém. A opção deve ser consciente, isto é: quem responde deve saber o que está fazendo. Alguns casos necessitarão de acompanhamento psicológico. É necessário manter um sadio equilíbrio entre o acompanhamento individual e o grupal.

Se, em todo o itinerário vocacional, o Acompanhamento for realizado com frequência e seriedade, certamente o vocacionado terá em seu projeto de vida definições maduras, conscientes. E, com certeza, estará encontrando o caminho certo a ser seguido.

Conclusão

A Animação Vocacional tem a missão de cuidar do nascimento, discernimento, desenvolvimento e acompanhamento das vocações. Sendo a vocação um chamado divino, não cabe a nós estabelecer parâmetros para a iniciativa de Deus. Mas, simplesmente, cuidar e dedicar total atenção ao processo vocacional. Por essa razão, as etapas vocacionais se fazem importantes, pois elas priorizam e garantem valores essenciais na caminhada.

A resposta ao chamado divino é um caminho a ser percorrido. Como tal, ela vai acontecendo aos poucos. Não se chega a uma opção de maneira rápida e veloz, mas aos poucos, passo a passo. “É caminhando que se faz o caminho.” A opção vai amadurecendo durante o processo. Por isso deve ser cuidada com carinho e atenção.

Por fim, podemos concluir afirmando que toda vocação é uma obra de Deus. Nessa obra precisamos gastar tempo despertando, discernindo, cultivando e acompanhando. É nessa dinâmica que certamente encontraremos pessoas mais humanas e mais capazes de vivenciar o amor de Deus na sociedade.

Referências

- ALVIMAR, Antonio. *Ser tão cheio de fé*. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2013.
- OLIVEIRA, José Lisboa Moreira. *Teologia da Vocação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. *Evangelho da vocação: dimensão vocacional da Evangelização*. São Paulo: Loyola, 2003.
- PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-NORTE. *Plano de Animação Vocacional*. 2014.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Que importância damos aos Itinerário Vocacional em nossas instituições?
2. Nosso trabalho com a Animação Vocacional desenvolve processo, cuida das etapas ou ainda estamos trabalhando com modelos de recrutamento vocacional?
3. Quais os maiores desafios para se trabalhar com Animação Vocacional hoje? E o que fazemos para superar os desafios e ser mais criativos na Animação Vocacional?



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Convergência* recebe colaboração espontânea de artigos inéditos que serão avaliados pelo Conselho Editorial, o qual decide pela sua publicação ou não, de acordo com os seguintes critérios:

- o conteúdo deve estar em sintonia com o objetivo da revista, que é oferecer subsídios de formação, reflexão e aprofundamento para as comunidades religiosas;
- os artigos devem ser enviados em arquivo Word, em fonte Times New Roman, tamanho 12 (com rodapé tamanho 10), contendo entre 25 e 30 mil caracteres com espaço;
- elaborar, no final de cada artigo, pelo menos três questões para ajudar a leitura individual e o debate em comunidade, além de bibliografia consultada;
- enviar juntamente com o artigo os dados biográficos do autor e endereço para contato;
- os artigos deverão ser enviados três meses antes da data prevista para a publicação, no seguinte endereço eletrônico: <publicacoes@crbnacional.org.br>.



ASSINATURAS

Prezado(a) assinante,

Os valores vigentes para a assinatura da revista *Convergência* são os seguintes:

- R\$ 135,00 (para o Brasil)
- R\$ 189,00 (para o exterior)

Assinaturas novas e renovação de assinaturas podem ser feitas das seguintes maneiras:

- Através do site <crbnacional.org.br>, imprimindo o boleto bancário
- Boleto bancário via e-mail (convergencia@crbnacional.org.br)
- Depósito diretamente na conta da CRB Nacional: Banco do Brasil, ag. 2863-0, c/c 306934-6, lembrando que é necessário mandar o comprovante por fax ou e-mail.

Por favor, sempre que houver algum problema entre em contato conosco através do e-mail

convergencia@crbnacional.org.br

ou pelo telefone **(61) 3226-5540**

ou pelo fax **(61) 3048-6479**.

Teremos o maior prazer em atendê-lo(a).